

1º SIMULADO

TSE - TJAA



2024

PÓS-EDITAL

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na Folha de Respostas, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto CB1A1-I

Dizer que o petróleo é um elemento de influência nas relações geopolíticas contemporâneas é repetir o óbvio. Desde que ele se tornou a matriz energética básica da sociedade industrial e o elemento fundamental para o funcionamento da economia moderna, ter ou controlar as fontes de petróleo e as rotas por onde ele é transportado representa questão de vida ou morte para as sociedades contemporâneas.

Quando pensamos na geopolítica do petróleo neste início do século XXI, o primeiro fato que nos vem à mente são os conflitos do Oriente Médio, como a guerra Irã-Iraque e a guerra do Golfo em 1990-1991. Reduzir esses conflitos ao elemento “petróleo” seria um erro, pois questões outras estavam e estão envolvidas. Contudo, não se deve esquecer que aí estão as maiores reservas petrolíferas do mundo.

No entanto, se examinarmos com alguma atenção as notícias do dia a dia, veremos como o problema do petróleo dentro da geopolítica contemporânea não é algo que afeta apenas os países do Oriente Médio. A busca pelo “ouro negro” está tendo impacto em outras regiões do mundo.

Em nível menor, países como o Brasil têm enfrentado os mesmos problemas das maiores potências no que se refere a suprir suas necessidades energéticas, e isso tende apenas a piorar. Aqui cabe uma reflexão sobre os efeitos geopolíticos da futura mudança da matriz energética global. Mesmo sendo algo pouco provável em curto e médio prazo, o próprio esgotamento do petróleo vai obrigar a economia global a convocar outras fontes de energia, como a nuclear ou as células de hidrogênio. As alterações na sociedade global que tal mudança provocará serão, evidentemente, imensas, mas ninguém parece ainda ter refletido a contento sobre seus impactos geopolíticos.

João Fábio Bertonha. Notas sobre a geopolítica do petróleo no século XXI. In: Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais, n.º 58, p. 9-10, 2005 (com adaptações)

Acerca dos sentidos e de aspectos linguísticos do texto CB1A1-I, julgue os itens a seguir.

1. O segmento “por onde” (último período do primeiro parágrafo) poderia ser substituído por pelas quais, sem prejuízo da correção gramatical e do sentido do texto.

2. No terceiro parágrafo, a expressão “dia a dia” poderia ser grafada como dia-a-dia, sem prejuízo da correção do texto, pois as duas formas são admitidas pela ortografia oficial em vigor.

3. Conforme a perspectiva defendida no texto, a questão petrolífera é o cerne da origem dos conflitos entre nações que ainda ocorrem em diferentes regiões do mundo.

4. A correção gramatical e o sentido do texto seriam preservados caso o segmento “em 1990-1991” (segundo parágrafo) fosse reescrito da seguinte maneira: no período de 1990 há 1991.

5. No segundo período do segundo parágrafo, o vocábulo “pois” poderia ser substituído por porque, mantendo-se a correção gramatical do texto.

6. O emprego da vírgula logo após “moderna” (último período do primeiro parágrafo) é facultativo.

7. No segundo parágrafo, poderia ser evitada a repetição da palavra “conflitos” se o trecho “Reduzir esses conflitos” fosse reescrito como Reduzir-lhes, sem prejuízo do sentido e da correção gramatical do texto.

8. No segundo período do último parágrafo, a forma verbal “cabe” estabelece concordância com o termo “reflexão”.

9. A correção gramatical e a coerência do texto seriam mantidas caso o trecho “nos vem à mente” (primeiro período do segundo parágrafo) fosse reescrito da seguinte maneira: vem a nossa mente.

10. No último período do segundo parágrafo, a próclise do pronome “se” justifica-se pela presença do vocábulo “não”.

11. No penúltimo período do texto, o verbo “obrigar” rege dois complementos: “a economia global” e “a convocar outras fontes de energia”.

12. No primeiro período do último parágrafo, a forma verbal “têm” está flexionada na terceira pessoa do plural porque estabelece concordância tanto com “países” quanto com “Brasil”.

Texto CB1A1-II

Há 70 anos, em 3 de outubro de 1953, era criada a PETROBRÁS, uma empresa estatal que detinha o monopólio da prospecção e exploração do petróleo no território brasileiro. A criação da empresa foi fruto da campanha “O petróleo é nosso”, iniciada após a eleição de Getúlio Vargas para seu segundo período na Presidência.

Sete décadas após sua criação, ficaram para trás o acento agudo e o foco exclusivo no território brasileiro. A PETROBRAS do século XXI opera em 14 países, prioritariamente nas áreas de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo, gás natural e seus derivados, e ganhou reputação internacional no desenvolvimento de tecnologia avançada para a exploração petrolífera em águas profundas e ultraprofundas. Ficou para trás também o caráter 100% estatal. Atualmente, a PETROBRAS está organizada como sociedade de economia mista, submete-se às regras gerais da administração pública e não mais detém o monopólio da exploração do petróleo em território nacional. Seu papel, no entanto, vai além da obtenção de lucro e envolve aspectos como geração de emprego e renda, além da promoção do desenvolvimento local nos lugares onde instala suas unidades e empreendimentos. Estes, muitas vezes, se situam em regiões remotas, que não despertam o apetite de companhias privadas. Permanece, assim, uma empresa estratégica para diversos aspectos do desenvolvimento econômico do país.

Renato Coelho. Jornal da UNESP,
3/10/2023 (com adaptações).

A respeito dos sentidos e de aspectos linguísticos do texto CB1A1-II, julgue o item que se segue.

13. No quarto período do segundo parágrafo, a forma verbal “submete-se” poderia ser substituída pela locução **deve respeitar**, sem prejuízo do sentido e da correção gramatical do texto.

14. Os vocábulos “Estes” e “que”, empregados no penúltimo período do texto, retomam termos distintos.

15. É correto concluir das informações do texto que as atividades da PETROBRAS no exterior diminuíram o impacto da empresa no Brasil, o que levou à sua privatização.

16. No primeiro período do texto, o trecho “que detinha o monopólio” poderia ser reescrito como: **cujo monopólio tinha**, mantendo-se a correção gramatical do texto.

17. O emprego de vírgula no último período do texto seria dispensado, sem prejuízo do sentido original e da correção gramatical do texto, caso o vocábulo “assim” fosse deslocado para o início do período, da seguinte maneira: Assim permanece uma empresa (...).

18. A palavra “fruto” (segundo período do primeiro parágrafo) poderia ser substituída por idéia, sem prejuízo da coerência e da correção gramatical do texto.

19. Em “Estes, muitas vezes, se situam em regiões remotas” (penúltimo período do texto), é obrigatória a próclise do pronome “se” em razão da expressão adverbial “muitas vezes”.

20. É obrigatório o emprego do acento indicativo de crase no vocábulo “às” em “às regras gerais da administração pública” (quarto período do último parágrafo).

Julgue os itens seguintes, referente a direito administrativo.

21. A sanção e o veto, pelo presidente da República, de projetos de lei aprovados pelo Congresso Nacional são exemplos de atos administrativos de controle.

22. Nas licitações públicas, a participação de pessoa jurídica em consórcio depende de autorização expressa no edital do certame.

23. De acordo com a Lei n.º 8.112/1990, o servidor não poderá eximir-se do cumprimento de seus deveres por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política.

24. O poder disciplinar confere à administração pública a prerrogativa de apurar infrações e aplicar sanções aos servidores públicos, bem como às pessoas físicas e jurídicas privadas que estabeleçam relação jurídica especial com ela.

25. O controle administrativo decorre do poder de autotutela conferido à Administração Pública que deve efetivar a fiscalização e revisão de seus atos, mediante provocação ou de ofício, com a finalidade de verificar os aspectos de ilegalidade ou inconveniência do ato.

26. Os órgãos e entidades da administração pública, direta ou indireta, estão sujeitos à supervisão do ministro de Estado competente, salvo as agências reguladoras, que dispõem de disciplina especial.

27. O capital social das sociedades de economia mista deve ser integralmente público, e a participação do Estado no capital social das empresas públicas deve ser majoritária.

28. Os ministérios, órgãos integrantes da administração direta, não possuem personalidade jurídica própria.

29. A responsabilidade objetiva do Estado se fundamenta na teoria do risco administrativo.

30. Rafael, agente público, chocou o veículo que dirigia, de propriedade do ente ao qual é vinculado, com veículo particular dirigido por Paulo, causando-lhe danos materiais.

Acerca dessa situação hipotética, julgue o seguinte item.

A responsabilidade da administração pelos danos causados a terceiro é objetiva, ou seja, independe da comprovação do dolo ou culpa de Rafael.

Julgue os itens a seguir a respeito do direito constitucional

31. O pagamento da remuneração de determinado servidor ocupante de cargo público de nível médio de tribunal regional eleitoral foi suspenso sob a justificativa de ele acumular o cargo público com um emprego público de nível médio em autarquia. O servidor contestou a medida, alegando que, além de haver compatibilidade de horários para o exercício de ambos, a Constituição Federal de 1988 não proíbe a acumulação de cargo e emprego públicos em diferentes instituições. A partir da situação hipotética anterior, julgue o item seguinte.

A proibição constitucional de acumular cargos ou funções de forma remunerada aplica-se, por exemplo, a autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

32. O pagamento da remuneração de determinado servidor ocupante de cargo público de nível médio de tribunal regional eleitoral foi suspenso sob a justificativa de ele acumular o cargo público com um emprego público de nível médio em autarquia. O servidor contestou a medida, alegando que, além de haver compatibilidade de horários para o exercício de ambos, a Constituição Federal de 1988 não proíbe a acumulação de cargo e emprego públicos em diferentes instituições. A partir da situação hipotética anterior, julgue o item seguinte.

É correto afirmar que, na situação apresentada, a suspensão do pagamento da remuneração do servidor foi determinada pelo CNJ, pois a este órgão compete controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e o cumprimento dos deveres funcionais de seus membros e servidores.

33. A CF garante ao trabalhador a irredutibilidade salarial, o que impede que o empregador diminua, por ato unilateral ou por acordo individual, o valor do salário do trabalhador. A redução salarial só será possível se estiver prevista em convenção ou acordo coletivo.

34. O inciso VIII do art. 5.º da Constituição Federal de 1988 prevê que “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei”. Em relação a esse dispositivo constitucional, julgue o item seguinte.

O preceito constitucional mencionado consiste em norma de eficácia limitada.

35. A República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos o pluralismo político e rege-se, nas suas relações internacionais, pelos princípios da independência nacional e da igualdade entre os Estados.

36. Entre os crimes considerados imprescritíveis pelo ordenamento jurídico brasileiro, incluem-se o de racismo e os hediondos.

37. O habeas corpus é um remédio constitucional gratuito, que pode ser impetrado por qualquer pessoa e que visa proteger direito líquido e certo.

38. O nascido no estrangeiro, com pai brasileiro ou mãe brasileira, que venha a residir no Brasil adquire automaticamente a condição de brasileiro nato ao atingir a maioridade civil.

39. O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os brasileiros com idade entre 18 anos e 70 anos, desde que não sejam analfabetos.

40. A CF assegura aos partidos políticos autonomia para sua organização interna, inclusive para adotar os critérios próprios de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada, contudo, a celebração de coligações nas eleições proporcionais.

Julgue os seguintes itens a respeito do direito eleitoral

41. De acordo com o Código Eleitoral, o eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o juiz eleitoral até 30 (trinta) dias após a realização da eleição, incorrerá na multa de 3 (três) a 10 (dez) por cento sobre o salário-mínimo da região

42. De acordo com o entendimento do Tribunal Superior Eleitoral, A suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessa com o cumprimento ou a extinção da pena, desde que haja reabilitação ou prova de reparação dos danos.

43. A fraude à cota de gênero, que pode ser apurada mediante AIJE, enseja a cassação de todas as candidaturas beneficiadas pela fraude.

44. De acordo com o Código Eleitoral, para o efeito da inscrição, é domicílio eleitoral o lugar de residência ou moradia do requerente, e, verificado ter o alistando mais de uma, considerar-se-á domicílio qualquer delas.

45. De acordo com a Lei nº 5.504/1997, para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de seis meses e estar com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo. Havendo fusão ou incorporação de partidos após este prazo, será considerada, para efeito de filiação partidária, a data de filiação do candidato ao partido de origem.

46. De acordo com a Lei nº 9.096/1995, os prazos de filiação partidária não podem ser objeto do estatuto dos partidos políticos.

47. Conforme entendimento do Tribunal Superior Eleitoral, no processo de registro de candidatos, o partido que não o impugnou não tem legitimidade para recorrer da sentença que o deferiu, ainda que se trate de matéria constitucional.

48. Kiara é Ministra do Tribunal Superior Eleitoral. Glauber, parente por afinidade de Kiara em segundo grau, é cidadão brasileiro, advogado há 15 anos, possui notável saber jurídico e idoneidade moral e deseja compor o mesmo Tribunal que Kiara integra. Considerando as informações apenas indicadas neste enunciado, de acordo com o Código Eleitoral, Glauber não poderá fazer parte do Tribunal Superior Eleitoral em razão do parentesco que possui com Kiara.

49. De acordo com a resolução nº 23.659/2021, a certidão de regularidade em relação à obrigação de prestar contas à Justiça Eleitoral só pode ser requerida ao Juízo da zona eleitoral que a pessoa se encontra inscrita eleitora.

50. De acordo com a resolução nº 23.659/2021, O Tribunal Superior Eleitoral poderá firmar acordos de cooperação com entidades públicas ou privadas, visando à ampliação, transferência ou aproveitamento de dados biométricos, ouvida a Corregedoria-Geral Eleitoral.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca da Administração Pública, julgue os itens a seguir.

51. A organização formal moderna caracteriza-se por grupos formados a partir de interesses, atitudes e comportamentos comuns, inspirados por formadores de opinião e influenciadores de atitudes.

52. Planejamento, organização, direção e controle são considerados funções básicas e interdependentes na administração das organizações modernas.

53. Organização é a forma que assume toda a associação humana para atingir um objetivo comum.

54. Na dimensão estrutural, a função organização encarrega-se de agrupar as atividades, dividir o trabalho em tarefas e distribuí-las entre as unidades organizacionais.

55. Nas organizações horizontalizadas, com poucos níveis administrativos, quando comparadas com organizações com muitos níveis administrativos, as oportunidades de promoção são mais raras, mas, em contrapartida, as decisões são mais rápidas e o processo de comunicação é mais fluido, com menos distorções.

56. Em organizações altamente centralizadas, o fluxo decisório ocorre em formato bottom-up.

57. Processos primários, também denominados de processos de núcleo, representam as atividades essenciais que a organização desempenha para cumprir sua missão.

58. O desenho de processos está sempre inserido dentro do contexto organizacional; assim, a primeira tarefa associada ao desenho de processo está relacionada ao entendimento da estratégia organizacional ou de negócio.

59. Na gestão de processos, a cadeia de valor é um elo importante entre as estratégias da organização e seus processos, sendo por meio dessa cadeia que se obtém o mapa dos macroprocessos da organização.

60. Os processos de suporte são estruturados de forma a dar suporte aos demais processos, gerenciar recursos e entregar valor diretamente aos clientes.

No que se refere à gestão de projetos, julgue os itens a seguir.

61. Os projetos são executados sempre de forma linear, seguindo uma sequência fixa de etapas.

62. Um mesmo projeto pode ter vários programas a ele subordinados, os quais podem ser conduzidos em sequência ou paralelamente.

63. A definição do que deve ser feito, das atividades, dos recursos necessários, das responsabilidades, da duração, dos custos e dos riscos de um projeto é realizada na fase de planejamento.

64. Os principais produtos finais ou itens que se espera que sejam produzidos durante e ao final da realização de um projeto correspondem ao conceito de principais entregas.

No que se refere ao planejamento estratégico, julgue os itens a seguir.

65. No processo de planejamento estratégico, a etapa de diagnóstico pode ser facilitada pela utilização de uma matriz SWOT, ferramenta que apresenta a visualização das ameaças e oportunidades existentes e das forças e fraquezas presentes da organização.

66. Considere que determinada entidade esteja realizando um diagnóstico institucional para estabelecer seu planejamento estratégico. Nesse contexto, a identificação da visão da referida entidade traduz a dimensão externa desse diagnóstico, sendo aferida a partir de avaliações feitas por clientes e fornecedores.

67. Um processo sistemático de planejamento estratégico consiste em analisar as dimensões internas à organização de forma simultânea à análise das dimensões externas, a exemplo de fatores ambientais.

Sobre a gestão pública e a gestão privada, analise os itens a seguir.

68. Comparativamente à gestão privada, a gestão pública apresenta piores índices de qualidade nos serviços prestados ao cliente, pois a modernização das práticas gerenciais e a excelência no desempenho se restringem ao setor privado.

69. As ferramentas de gestão privada e da gestão pública diferem substancialmente, não se prestando a adaptação dessas ferramentas para utilização em outro ambiente distinto daquele para que foi concebido inicialmente.

70. Visando dar maior celeridade e efetividade à ação pública, a gestão pública deve adotar os mesmos pressupostos gerenciais de eficiência e eficácia da gestão privada.

No que se refere à excelência nos serviços públicos, julgue os itens a seguir.

71. A excelência em gestão pública pressupõe atenção prioritária ao usuário dos serviços públicos.

72. Para alcançar excelência na prestação de serviços públicos, o Estado deve promover amplos debates com a sociedade para estabelecer prioridades e dar transparência quanto a seu papel e seus espaços de atuação.

73. A excelência no serviço público prestado depende da prática de um pensamento sistêmico, que seja capaz de manter relações eficazes e restritas às redes formais de usuários, cidadãos e parceiros, bem como centradas nos elementos internos à organização.

74. A cortesia, a rapidez no atendimento, a confiabilidade e o conforto são requisitos para um serviço público de qualidade e devem ser oferecidos a todos os usuários indistintamente.

No que se refere à gestão de qualidade, julgue os itens a seguir.

75. A gestão da qualidade é o exercício em que se supervisionam as atividades, as tarefas e os processos utilizados na criação de um produto ou serviço para que possam ser mantidos em um padrão alto e consistente.

76. Qualidade percebida diz respeito à qualidade efetivamente reconhecida pelo consumidor durante sua experiência de consumo.

77. O controle da qualidade total tem por objetivo avaliar o nível de qualidade dos produtos e dos serviços ofertados pela organização.

78. A busca por qualidade nas organizações iniciou-se sob a ótica da qualidade estratégica e evoluiu para a lógica da inspeção de produtos e serviços.

79. Entre as dimensões de estudo da qualidade está o desempenho, que diz respeito à probabilidade de falha no funcionamento de um produto.

No que se refere à gestão de pessoas, julgue os itens a seguir.

80. Atualização de registros e processamento de benefícios são exemplos de atividades de gestão de pessoas executadas no nível operacional.

81. No âmbito da gestão de pessoas, os empregados das organizações são considerados recursos humanos objetificados como parte do patrimônio físico da organização.

82. A relação entre o indivíduo e a organização em geral é um processo conflituoso, uma vez que o indivíduo possui interesses específicos que normalmente não são conciliáveis com os interesses e objetivos organizacionais.

83. Para que o equilíbrio organizacional seja mantido, a instituição oferece incentivos, tais como salários, benefícios, gratificações, elogios, oportunidades de crescimento, ao mesmo tempo em que o trabalhador, em troca, oferece empenho e dedicação ao trabalho.

Acerca das principais abordagens da administração, julgue os itens a seguir.

84. Segundo a abordagem sistêmica da administração, as organizações funcionam de forma estanque e isolada.

85. A abordagem básica da escola da administração científica fundamenta-se na ênfase colocada nas tarefas.

86. Disciplinar a execução do trabalho é uma prática associada ao princípio da execução, típico da teoria da administração científica.

87. O estudo dos tempos de movimentos foi o fundamento da teoria da burocracia, baseada nos estudos de Weber.

88. No modelo burocrático, os cargos públicos não são profissionalizados e as esferas econômica e política se apresentam unificadas.

Julgue os itens subsequentes, relacionados à avaliação de desempenho.

89. O método de avaliação de desempenho 360 graus, apesar de fornecer uma visão abrangente do desempenho dos colaboradores, é menos suscetível a vieses interpretativos, uma vez que envolve o feedback de múltiplas fontes, tais como o de supervisores, de colegas e de subordinados.

90. O método de avaliação de desempenho por resultados é considerado o mais eficaz para medir as competências interpessoais, porque seu foco é direcionado para a realização de metas e objetivos específicos, refletindo com precisão as habilidades de comunicação e trabalho em equipe dos colaboradores.

91. A avaliação ou o monitoramento do desempenho deve considerar apenas os aspectos comportamentais dos indivíduos, devendo-se evitar uma avaliação sobre os resultados das equipes ou da organização como um todo.

92. O objetivo primordial de um processo de avaliação de desempenho no setor público deve ser promover o monitoramento das atividades executadas pelos servidores.

Julgue os itens a seguir a respeito dos sistemas de informações gerenciais.

93. Os sistemas ERP (enterprise resource planning) são utilizados para integrar processos de negócio de modo que a informação, anteriormente fragmentada em sistemas distintos, seja armazenada em um único repositório de dados abrangente, a partir do qual pode ser utilizada por muitas partes diferentes da organização.

94. O sistema de informações gerenciais é utilizado para prover regularmente a administração de dados de apoio ao processo decisório.

95. Os sistemas CRM (customer relationship management) auxiliam fornecedores, empresas de compras, distribuidores e empresas de logística a compartilhar informações sobre pedidos, produção, níveis de estoque e entrega de produtos e serviços, com o objetivo principal de buscar insumos, produzir e entregar mercadorias e serviços com eficiência.

Julgue os itens a seguir a respeito da Lei nº 8.112/1990.

96. De acordo com a Lei n.º 8.112/1990, a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal por inexistência de provas.

97. De acordo com o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, as ordens superiores, mesmo quando manifestamente ilegais, devem ser cumpridas.

98. Durante o período de fruição da licença para atividade política ou para desempenho de mandato classista, o servidor público pode exercer outras atividades remuneradas.

99. Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença de cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteados, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, independentemente de comprovação por perícia médica oficial.

100. Aos servidores que exerçam cargos de atribuições iguais do mesmo Poder é assegurada a isonomia de vencimentos, independentemente da natureza e do local de trabalho.

101. O servidor público que mudar de domicílio em caráter permanente, para exercício em nova sede, no interesse do serviço, fará jus a ajuda de custo para compensar despesas de instalação.

102. Ao servidor é facultado abater de suas férias as faltas injustificadas, de modo a preservar a remuneração referente aos dias em que deixar de comparecer ao serviço.

103. Um servidor público submetido ao regime jurídico dado pela Lei n.º 8.112/1990 não pode receber adicional por serviço extraordinário, sendo obrigatória a sua liberação no mesmo montante de horas que tenha extrapolado sua jornada habitual.

104. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

105. Nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.

Com base na Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

106. Na contratação de projetos e serviços de desenvolvimento de softwares, os autores devem ceder à administração pública todos os direitos patrimoniais a eles relativos; assim, os softwares poderão ser livremente alterados e utilizados em outras ocasiões, sem necessidade de novas autorizações por parte dos autores.

107. Independentemente do prazo ou da duração contratual, é obrigatória a previsão em edital de índice de reajustamento de preço com data-base vinculada à data do orçamento estimado ou da assinatura do contrato, conforme seja mais vantajoso para a administração.

108. Entre as situações que justificam a extinção de um contrato, que deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, está o não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos.

109. A extinção do contrato administrativo pode ser determinada unilateralmente pela administração pública, ainda que o descumprimento contratual tenha decorrido de conduta da própria administração.

110. Comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado, a administração responderá subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se o contrato for de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

111. O contratado é responsável pelos danos causados a terceiros, salvo se a administração pública realizar o acompanhamento da execução do contrato.

112. É vedado aos órgãos de controle interno prestar auxílio ao fiscal do contrato, sob pena de comprometer a segregação das funções de execução, fiscalização e controle da contratação.

113. Um contrato com dispensa de licitação poderá ter prazo de vigência de 10 anos, nas hipóteses previstas na referida lei.

114. A vigência máxima do contrato para operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação é de 15 anos ao passo que é de 5 anos a vigência máxima do aluguel de equipamentos bem como a da utilização de programas de informática.

115. Considere-se que, durante a execução de um contrato de aquisição de equipamentos, tenha sido detectada a necessidade de aumentar o quantitativo. Nesse caso, a administração poderá alterar o contrato unilateralmente.

Julgue os itens a seguir a respeito da Instrução Normativa nº 5/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

116. Empregados de instituições sem fins lucrativos poderão ser contratados pela administração pública, mediante terceirização, para exercício de atividades de cargos públicos extintos ou em extinção, porém tais instituições não poderão participar em processos licitatórios destinados à contratação de empresário, de sociedade empresária ou de consórcio de empresa.

117. Em uma licitação cujo objeto seja caracterizado exclusivamente como fornecimento de mão de obra, é vedado à administração e aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da contratada.

118. O mapa de riscos deve ser atualizado e juntado aos autos do processo de contratação sempre antes da fase de seleção do fornecedor.

119. A fase de seleção do fornecedor inicia-se com o encaminhamento do termo de referência ou projeto básico ao setor de licitações e encerra-se com a publicação do resultado de julgamento após adjudicação e homologação.

120. Durante a gestão do contrato, caso não produza os resultados ou deixe de executar as atividades contratadas, a empresa contratada poderá sofrer tanto a aplicação de glosa quanto a retenção de pagamentos.

FOLHA DE RESPOSTAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48
49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72
73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84
85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96
97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108
109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto CB1A1-I

Dizer que o petróleo é um elemento de influência nas relações geopolíticas contemporâneas é repetir o óbvio. Desde que ele se tornou a matriz energética básica da sociedade industrial e o elemento fundamental para o funcionamento da economia moderna, ter ou controlar as fontes de petróleo e as rotas por onde ele é transportado representa questão de vida ou morte para as sociedades contemporâneas.

Quando pensamos na geopolítica do petróleo neste início do século XXI, o primeiro fato que nos vem à mente são os conflitos do Oriente Médio, como a guerra Irã-Iraque e a guerra do Golfo em 1990-1991. Reduzir esses conflitos ao elemento “petróleo” seria um erro, pois questões outras estavam e estão envolvidas. Contudo, não se deve esquecer que aí estão as maiores reservas petrolíferas do mundo.

No entanto, se examinarmos com alguma atenção as notícias do dia a dia, veremos como o problema do petróleo dentro da geopolítica contemporânea não é algo que afeta apenas os países do Oriente Médio. A busca pelo “ouro negro” está tendo impacto em outras regiões do mundo.

Em nível menor, países como o Brasil têm enfrentado os mesmos problemas das maiores potências no que se refere a suprir suas necessidades energéticas, e isso tende apenas a piorar. Aqui cabe uma reflexão sobre os efeitos geopolíticos da futura mudança da matriz energética global. Mesmo sendo algo pouco provável em curto e médio prazo, o próprio esgotamento do petróleo vai obrigar a economia global a convocar outras fontes de energia, como a nuclear ou as células de hidrogênio. As alterações na sociedade global que tal mudança provocará serão, evidentemente, imensas, mas ninguém parece ainda ter refletido a contento sobre seus impactos geopolíticos.

João Fábio Bertonha. Notas sobre a geopolítica do petróleo no século XXI.
In: Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais,
n.º 58, p. 9-10, 2005 (com adaptações)

Acerca dos sentidos e de aspectos linguísticos do texto CB1A1-I, julgue os itens a seguir.

1 - O segmento "por onde" (último período do primeiro parágrafo) poderia ser substituído por pelas quais, sem prejuízo da correção gramatical e do sentido do texto.

Comentário

Segundo o professor Rocha Lima, em sua obra *Gramática Normativa de Língua Portuguesa*, o termo "**onde**" é classificado como um **pronome-advérbio**, que encerra valor locativo (indica lugar). Ele pode ser substituído por expressões como "**o lugar em que**", "**no qual**", "**nos quais**", "**na qual**", "**nas quais**", entre outras, dependendo do contexto.

Características do uso de "onde":

1. É frequentemente utilizado com **verbos de caráter estático**, que indicam permanência ou fixação. Exemplos:
 - *"Dormiu essa noite numa sepultura de ferro [...] onde só cabia um homem" (onde = o lugar em que).*
 - *"Das fontes restavam apenas as pedras calvas sobre areias tórridas onde víboras esfuziavam..." (onde = nas quais).*
2. Também pode ser usado como **advérbio interrogativo**, equivalente a "em que lugar". Exemplo:
 - *"Onde (em que lugar) e a que horas o poderei encontrar?"*
3. Em algumas construções, "**onde**" assume o valor de um pronome relativo locativo. Exemplo:
 - *"As deduções por onde chegamos a esse resultado são claras" (por onde = pelas quais).*

Análise do Contexto: Trecho analisado: *"Desde que ele se tornou a matriz energética básica da sociedade industrial e o elemento fundamental para o funcionamento da economia moderna, ter ou controlar as fontes de petróleo e as rotas **por onde** ele é transportado representa questão de vida ou morte para as sociedades contemporâneas."*

No contexto, o termo "**por onde**" refere-se ao segmento "**as rotas**", que indica um percurso ou caminho. Portanto, a substituição de "**por onde**" por:

- "**pelas quais**" (preposição "por" + pronome relativo "as quais") ou
- "**por que**" (preposição "por" + pronome relativo "que"), é totalmente adequada e mantém o sentido da frase.

Reformulação da frase:

I) "... e as rotas **pelas quais** ele é transportado representa questão de vida ou morte para as sociedades contemporâneas."

II) "... e as rotas **por que** ele é transportado representa questão de vida ou morte para as sociedades contemporâneas."

Conclusão: A análise da banca está correta. O pronome "**onde**", no contexto, é usado com valor de **pronome relativo locativo**, substituível por "**pelas quais**" ou "**por que**".

GABARITO CERTO

2 - No terceiro parágrafo, a expressão "dia a dia" poderia ser grafada como **dia-a-dia**, sem prejuízo da correção do texto, pois as duas formas são admitidas pela ortografia oficial em vigor.

Comentário

A palavra "**locução**" refere-se a uma estrutura formada por **duas ou mais palavras**, que juntas assumem uma função específica na frase. Elas podem ser classificadas de várias formas:

- **Locução adjetiva:** expressa característica ou qualidade (ex.: *anel de ouro, carro sem placa*).
- **Locução conjuntiva:** age como uma conjunção (ex.: *no entanto, não obstante*).
- **Locução adverbial:** indica circunstâncias de modo, tempo, lugar etc. (ex.: *às vezes, de vez em quando*).
- **Locução prepositiva:** funciona como preposição (ex.: *em frente a, apesar de*).
- **Locução pronominal:** refere-se a pronomes compostos (ex.: *a gente, cada um*).
- **Locução substantiva:** forma um substantivo composto (ex.: *pôr do sol, fim de semana*).
- **Locução interjetiva:** expressa emoção (ex.: *Meu Deus!, Ai de mim!*).
- **Locução verbal:** formada por verbo auxiliar e principal (ex.: *vou sair, será feito*).

Sobre o uso do hífen nas locuções: O Novo Acordo Ortográfico **estabeleceu que as** locuções, com exceção das que designam espécies botânicas e zoológicas, não recebem mais hífen.

Assim, devemos grafar sem hífen:

- Dia a dia,
- Face a face,
- Pôr do sol,
- Fim de semana,
- Pé de moleque,
- Mula sem cabeça, etc.

Exceções (devem ser grafadas com hífen).

Memorize as sete locuções que mantêm o hífen:

1. Água-de-colônia
2. Arco-da-velha
3. Cor-de-rosa
4. Ao deus-dará
5. Mais-que-perfeito
6. Pé-de-meia
7. À queima-roupa

Análise da Questão: A banca afirma que "dia-a-dia" poderia ser grafado com hífen, mas essa grafia está incorreta, pois, de acordo com o Novo Acordo Ortográfico, o termo "dia a dia" (que é uma locução adverbial) deve ser escrito sem hífen.

GABARITO ERRADO

3 - Conforme a perspectiva defendida no texto, a questão petrolífera é o cerne da origem dos conflitos entre nações que ainda ocorrem em diferentes regiões do mundo.

Comentário

No segundo parágrafo, o autor deixa claro que os conflitos no Oriente Médio não se resumem ao petróleo. Vejamos o trecho destacado:

"Reduzir esses conflitos ao elemento 'petróleo' seria um erro, pois questões outras estavam e estão envolvidas."

O autor afirma que, embora o petróleo seja um elemento importante na geopolítica da região, há outros fatores determinantes para os conflitos. Portanto, o petróleo não é o **cerne** ou ponto central das disputas, como a questão sugere.

GABARITO ERRADO

4 - A correção gramatical e o sentido do texto seriam preservados caso o segmento “em 1990-1991” (segundo parágrafo) fosse reescrito da seguinte maneira: **no período de 1990 há 1991**.

Comentário

A expressão "**de... a**" indica delimitação de tempo, como no trecho "*de 1990 a 1991*". A correlação entre "de" e "a" é apropriada para indicar um intervalo e não admite o uso da crase. Exemplos de uso correto:

- De segunda a sexta eu trabalho.
- Os alunos só contam de 1 a 100.
- Estudantes de 5ª a 8ª série devem fazer a matrícula.

Por outro lado, a crase é obrigatória quando há a correlação "**da... à**" ou "**das... às**":

- Enfrentamos percalços da vida à morte.
- O atendimento será das 8h às 16h.
- Das cidades às vielas haverá uma varredura da polícia.

A forma verbal "**há**", por sua vez, indica tempo passado ou existência, mas não delimita um intervalo de tempo. Por isso, é inadequada no contexto apresentado. Assim, "no período de 1990 há 1991" está incorreto, pois "há" não cumpre a função esperada nesse caso.

GABARITO ERRADO

5 - No segundo período do segundo parágrafo, o vocábulo “pois” poderia ser substituído por **porque**, mantendo-se a correção gramatical do texto.

Comentário

A palavra "**pois**" pode desempenhar diferentes funções dependendo do contexto em que é empregada. Seus principais sentidos incluem:

1. **Conclusivo** (quando isolada por vírgula):

Exemplo:

"Assim, pois, seu amor, suas esperanças, sua riqueza, sua felicidade, tudo isso fora uma ilusão, uma quimera." (BERNARDO GUIMARÃES, *O Garimpeiro*).

2. **Explicativo/causal**:

Exemplo:

"(...) mas depois desgostou-se com o sistema de governo e renunciou às lutas eleitorais, pois não conseguira nunca o lugar de contínuo numa repartição pública." (ALUÍSIO AZEVEDO, *O Cortiço*).

Quando usada em locuções, "**pois**" pode também indicar:

- **Espanto**: *"— Pois quê! exclamou o Major, então já se conheciam?..."*
- **Concordância**: *"Pois é, eu não sabia dessas razões."*
- **Cortesia**: *"Pois não? O que deseja?"*

No trecho apresentado:

"Reduzir esses conflitos ao elemento 'petróleo' seria um erro, pois questões outras estavam e estão envolvidas."

O conectivo "**pois**" desempenha a função de **conjunção causal**, introduzindo a causa ou motivo pelo qual reduzir os conflitos ao elemento "petróleo" seria um erro: *"porque outras questões estavam e estão envolvidas."*

GABARITO CERTO

6 - O emprego da vírgula logo após "moderna" (último período do primeiro parágrafo) é facultativo.

Comentário

As orações subordinadas adverbiais exercem a função sintática de **adjunto adverbial da oração principal**. Elas podem ser classificadas em dois tipos quanto à forma:

1. **Reduzidas**: Apresentam verbos em formas nominais (particípio, gerúndio ou infinitivo) e **não possuem conectivos**.
Exemplos: *Ao chegar à escola, encontrou seus colegas.*
2. **Desenvolvidas**: São introduzidas por **conectivos subordinativos** (conjunções ou locuções conjuntivas).
Exemplos: *Quando chegou à escola, encontrou seus colegas.*

Uso da Vírgula

- Quando a oração subordinada adverbial é **antecipada ou intercalada** em relação à oração principal, o uso da vírgula é **obrigatório**.
- Quando aparece **após a principal**, a vírgula é **facultativa**, dependendo do estilo ou ênfase do autor.

No trecho apresentado:

"Desde que ele se tornou a matriz energética básica da sociedade industrial e o elemento fundamental para o funcionamento da economia moderna, ter ou controlar as fontes de petróleo e as rotas por onde ele é transportado representa questão de vida ou morte para as sociedades contemporâneas."

- A oração "**Desde que ele se tornou a matriz energética básica da sociedade industrial e o elemento fundamental para o funcionamento da economia moderna**" é uma **oração subordinada adverbial temporal** deslocada, pois antecede a oração principal.
- De acordo com a norma-padrão, quando a subordinada adverbial é deslocada para o início da frase, a vírgula **depois de "moderna" é obrigatória**.

Exemplos de Regras Semelhantes:

1. *Mal se haviam todos sentado em uma larga esteira junto à soleira da porta sobre a calçada, o Leonardo propôs logo que se cantasse uma nova modinha.* (MANUEL ANTÔNIO DE ALMEIDA, *Memórias de um Sargento de Milícias*).
2. *Quando ela entrava, saía o mestre-de-reza que acabava de dar a sua lição às crias de casa.* (Idem).

Erro da Banca: A banca afirma que a vírgula é facultativa nesse contexto. Contudo, a vírgula é **obrigatória** por se tratar de uma oração subordinada adverbial temporal deslocada.

GABARITO ERRADO

7 - No segundo parágrafo, poderia ser evitada a repetição da palavra “conflitos” se o trecho “Reduzir esses conflitos” fosse reescrito como Reduzir-lhes, sem prejuízo do sentido e da correção gramatical do texto.

Comentário

Os **pronomes oblíquos átonos** desempenham funções que dependem diretamente da **transitividade verbal**. Vamos revisar os conceitos para compreender a questão:

1. **Pronomes oblíquos átonos como objetos diretos:**
 - *o, os, a, as:* utilizados como **objeto direto**.
Exemplos: *Peguei-o na biblioteca* (peguei algo — "ele").
 - *lo, los, la, las:* variantes que aparecem após verbos terminados em *-r, -s* ou *-z*.
Exemplos: *Fiz-lo ontem* (fiz algo — "ele").
2. **Pronomes oblíquos átonos como objetos indiretos:**
 - *lhe, lhes:* utilizados como **objeto indireto** e exigem preposição, especialmente *a*.
Exemplos: *Prometi-lhe ajuda* (prometi "a ele").
3. **Outras funções de pronomes como "lhe":**
 - **Adjunto adnominal de posse:** *Cortou-lhe as asas* (as asas **dele**).
 - **Adjunto adverbial de lugar:** *Pus-lhe água no pote* (pus água **no pote**).
 - **Sujeito de infinitivo:** Exemplo: *Mandei-lhes resolver o problema* (**correto**, pois "resolver" é transitivo direto).

Agora, analisemos o trecho apresentado:

"Quando pensamos na geopolítica do petróleo neste início do século XXI, o primeiro fato que

nos vem à mente são os conflitos do Oriente Médio, como a guerra Irã-Iraque e a guerra do Golfo em 1990-1991. Reduzir esses conflitos ao elemento 'petróleo' seria um erro (...)."

Análise da transitividade

O verbo **reduzir** é **transitivo direto e indireto**:

- **Objeto direto:** o que se reduz? *Esses conflitos*.
- **Objeto indireto:** a quem se reduz? *Ao elemento "petróleo"*.

Substituição por pronomes

- **Objeto direto (esses conflitos):** substituído por *os*, na forma contraída *-los* (após verbo terminado em *-r*).
Exemplo: *Reduzi-los ao elemento "petróleo"*.
- **Objeto indireto (ao elemento "petróleo"):** substituído por *lhe*.
Exemplo: *Reduzi-lhes a importância* (reduzi **a eles** a importância).

No entanto, a questão propõe a substituição do **objeto direto** (*esses conflitos*) por **lhes**, o que está incorreto, já que *lhe* nunca pode exercer a função de objeto direto.

Conclusão

A banca erra ao propor o uso de **lhes** como substituto para o objeto direto. O pronome correto seria **os**, na forma contraída *-los*.

GABARITO ERRADO

8 - No segundo período do último parágrafo, a forma verbal "cabe" estabelece concordância com o termo "reflexão".

Comentário

O segundo período do último parágrafo é o seguinte: "Aqui *cabe* uma reflexão sobre os efeitos geopolíticos da futura mudança da matriz energética global."

Análise da Estrutura da Oração

1. **Verbo "caber":**

O verbo *caber* é **intransitivo**, e frequentemente apresenta o **sujeito posposto**, ou seja, o sujeito aparece depois do verbo. Essa construção pode causar a falsa impressão de que o sujeito é um objeto direto, o que não é correto.

2. **Identificação do sujeito:**

O sujeito da frase é "**uma reflexão sobre os efeitos geopolíticos da futura mudança da matriz energética global**". O núcleo do sujeito é o substantivo "**reflexão**", com o qual o verbo *cabe* concorda no singular.

3. **Concordância verbal:**

O verbo *cabe* está corretamente conjugado no singular, concordando com o núcleo do sujeito ("reflexão").

Conclusão

A banca está correta ao analisar a concordância e a função sintática da frase apresentada, destacando a concordância do verbo com o sujeito posposto.

GABARITO CERTO

9 - A correção gramatical e a coerência do texto seriam mantidas caso o trecho "nos vem à mente" (primeiro período do segundo parágrafo) fosse reescrito da seguinte maneira: **vem a nossa mente**.

Comentário

Contexto da Questão:

"Quando pensamos na geopolítica do petróleo neste início do século XXI, o primeiro fato que nos vem à mente são os conflitos do Oriente Médio (...)"

Análise Gramatical:

1. **Verbo "vir" e sua Regência:** O verbo *vir* no contexto é **transitivo indireto**, ou seja, ele exige um complemento introduzido por preposição para completar seu sentido. No caso, o verbo pede a preposição "**a**" para ligar-se ao termo "mente".

Exemplo no contexto:

- Algo (o primeiro fato) vem a algum lugar (à mente).

A construção correta é: *vem à mente*.

A crase ocorre devido à fusão da preposição "**a**" (regida pelo verbo *vir*) com o artigo definido feminino "**a**" que acompanha o substantivo "mente".

2. **Regra da Crase com Pronomes Possessivos:**

- Quando pronomes possessivos **substituem um substantivo**, a crase é obrigatória:
 - Exemplo: *Falei à mãe dele, e não à minha.*
(*"Minha"* substitui o substantivo "mãe" na frase.)
- Quando pronomes possessivos **apenas acompanham** o substantivo (sem substituí-lo), a crase é facultativa:
 - Exemplo: *Voltei às nossas origens.* (*Aqui, "nossas" apenas acompanha "origens".*)

3. **Aplicação ao Caso:** Se inserirmos o pronome possessivo "nossa" ao lado de "mente", ele apenas **acompanha** o substantivo "mente", sem substituí-lo. Assim, a crase torna-se facultativa:

- *O primeiro fato que vem à nossa mente.*
- *O primeiro fato que vem a nossa mente.*

Ambas as grafias são corretas, dependendo da escolha estilística do autor.

Conclusão:

A banca está correta ao afirmar que, no contexto apresentado, a marcação da crase em *à mente* está gramaticalmente adequada, respeitando a regência do verbo *vir*.

GABARITO CERTO

10 - No último período do segundo parágrafo, a próclise do pronome “se” justifica-se pela presença do vocábulo “não”.

Comentário

Nas locuções verbais, a colocação do pronome oblíquo varia de acordo com o tipo de verbo principal (infinitivo ou gerúndio) e a presença de fatores de atração.

Casos sem Fatores de Atração

1. Verbo Principal no Infinitivo:

Quando o verbo principal é um infinitivo (terminação em *-r*), o pronome pode aparecer:

- Após o verbo auxiliar (com hífen): *Devo-lhe dizer que estou feliz.*
- Antes do verbo principal (sem hífen): *Devo lhe dizer que estou feliz.*
- Após o verbo principal (com hífen): *Devo dizer-lhe que estou feliz.*

Obs.: Quando o verbo auxiliar estiver no futuro do presente ou do pretérito, usa-se a mesóclise:

- *Dever-lhe-ei dizer que estou feliz.*
- *Dever-lhe-ia dizer que estou feliz.*

2. Verbo Principal no Gerúndio:

Quando o verbo principal está no gerúndio (terminação em *-ndo*), o pronome pode ser posicionado:

- Antes do verbo auxiliar: *Estavam-me gritando no portão.*
- No meio da locução (não recomendado por alguns gramáticos): *Estavam me gritando no portão.*
- Após o verbo principal (com hífen): *Estavam gritando-me no portão.*

Casos com Fatores de Atração

Quando há palavra atrativa, como advérbios (*não, jamais, nunca*, etc.), o pronome pode ser colocado:

1. Antes do verbo auxiliar:
 - *Jamais lhe posso dizer que estou feliz.*
2. Após o verbo principal (com hífen):
 - *Jamais posso dizer-lhe que estou feliz.*

Obs.: A posição do pronome entre o verbo auxiliar e o principal (*Jamais posso lhe dizer que estou feliz*) é típica do português brasileiro e pode ser considerada incorreta em provas formais, dependendo da banca.

Análise do Caso Apresentado

O período apresentado pela banca é:

"Contudo, não se deve esquecer que aí estão as maiores reservas petrolíferas do mundo."

- Trata-se de uma locução verbal (*deve esquecer*), com o verbo principal no infinitivo.
- O advérbio *não* é um fator de atração, exigindo a próclise (pronome antes do verbo auxiliar): *não se deve esquecer*.

No entanto, também seria possível colocar o pronome após o verbo principal: *não deve esquecer-se*.

A posição do pronome no meio da locução (*não deve se esquecer*) é desaconselhada por muitos gramáticos e geralmente considerada incorreta em provas formais.

Conclusão

A banca está correta ao afirmar que, neste contexto, a colocação do pronome obedece à norma-padrão da língua portuguesa.

GABARITO CERTO

11 - No penúltimo período do texto, o verbo “obrigar” rege dois complementos: “a economia global” e “a convocar outras fontes de energia”.

Comentário

A **transitividade verbal** refere-se à relação que um verbo estabelece com seus complementos. Alguns verbos necessitam de complementos para completar seu sentido (*transitivos*), enquanto outros não (*intransitivos*). Os verbos de ligação (como *ser, estar, parecer*) são deixados de lado, pois não possuem transitividade.

Tipos de Verbos Transitivos e Exemplos

1. Verbos Intransitivos:

Não exigem complementos verbais. Podem ser acompanhados de adjuntos adverbiais para expressar circunstâncias. Exemplos:

- *Morreu o professor mais querido da escola.*
- *Partiu tarde aquele mau sujeito.* (adjunto adverbial de tempo: "tarde")
- *Ande depressa na rua.* (adjunto adverbial de modo: "depressa")

2. Verbos Transitivos Diretos:

Exigem complemento verbal direto (objeto direto), que não é introduzido por preposição. Exemplos:

- *Os leitores tiveram uma surpresa com o fim da leitura.*
- *Quando se escuta música, o mundo se torna agradável.*
- *A tempestade assustou a população litorânea.*

3. Verbos Transitivos Indiretos:

Exigem complemento verbal indireto (objeto indireto), introduzido por preposição. Exemplos:

- *Falávamos de amizade, e não de amor.*
- *Os carros chocaram contra o muro.*
- *Aludimos ao evento catastrófico.*

4. Verbos Transitivos Direto e Indireto (Bitransitivos):

Exigem dois complementos: um direto (sem preposição) e outro indireto (com preposição). Exemplos:

- *Os vivos dão flores aos mortos porque o remorso é maior que a gratidão.*
 - Objeto direto: *flores*
 - Objeto indireto: *aos mortos*
- *A mulher perdoou ao esposo a covarde traição.*
 - Objeto direto: *a covarde traição*
 - Objeto indireto: *ao esposo*

Análise do Contexto Apresentado

O trecho analisado é:

"Mesmo sendo algo pouco provável em curto e médio prazo, o próprio esgotamento do petróleo vai obrigar a economia global a convocar outras fontes de energia, como a nuclear ou as células de hidrogênio."

- O verbo "obrigar" é transitivo direto e indireto (bitransitivo).

- Ele possui dois complementos:
 - **Objeto direto:** *a economia global* (quem é obrigada).
 - **Objeto indireto:** *a convocar outras fontes de energia* (a que ação será obrigada).

Conclusão

A banca está correta ao afirmar que o verbo *obrigar* possui dois complementos verbais. Trata-se de um verbo bitransitivo.

GABARITO CERTO

12 - No primeiro período do último parágrafo, a forma verbal “têm” está flexionada na terceira pessoa do plural porque estabelece concordância tanto com “países” quanto com “Brasil”.

Comentário

Uso de "tem" e "têm"

1. "Tem" (sem acento)

Refere-se à terceira pessoa do singular e concorda com sujeitos que possuem **um único núcleo** ou em caso de **sujeito indeterminado**. Exemplos:

- *"Quando não se tem amigos, a solidão pesa."* (sujeito indeterminado)
- *"O professor tem paciência com os alunos."* (sujeito com núcleo único: "professor")

2. "Têm" (com acento circunflexo)

Refere-se à terceira pessoa do plural e concorda com sujeitos que possuem **núcleo no plural**. Exemplos:

- *"Os alunos têm muitos desafios."* (o verbo concorda com "alunos", que está no plural)
- *"As cidades têm sofrido com o aumento da temperatura."* (o verbo concorda com "cidades")

Análise do Contexto

No trecho:

"Em nível menor, países como o Brasil têm enfrentado os mesmos problemas das maiores potências no que se refere a suprir suas necessidades energéticas, e isso tende apenas a piorar."

- O sujeito do verbo "têm" é "**países como o Brasil**".
- O núcleo do sujeito é "países", que está no plural.
- Portanto, a forma verbal correta é "**têm**" (**com acento circunflexo**), concordando com o plural do núcleo "países".

⚠ Observação importante:

O sujeito é **simples**, pois o núcleo é apenas "países". O termo "como o Brasil" funciona como um **adjunto adnominal**, explicando ou especificando "países". Assim, o verbo **não está concordando com "países" e "Brasil", mas somente com "países"**.

Conclusão

A banca erra ao sugerir que o verbo "têm" está concordando com dois núcleos. A concordância ocorre exclusivamente com o núcleo "países", que é singular.

GABARITO ERRADO

Texto CB1A1-II

Há 70 anos, em 3 de outubro de 1953, era criada a PETROBRÁS, uma empresa estatal que detinha o monopólio da prospecção e exploração do petróleo no território brasileiro. A criação

da empresa foi fruto da campanha “O petróleo é nosso”, iniciada após a eleição de Getúlio Vargas para seu segundo período na Presidência.

Sete décadas após sua criação, ficaram para trás o acento agudo e o foco exclusivo no território brasileiro. A PETROBRAS do século XXI opera em 14 países, prioritariamente nas áreas de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo, gás natural e seus derivados, e ganhou reputação internacional no desenvolvimento de tecnologia avançada para a exploração petrolífera em águas profundas e ultraprofundas. Ficou para trás também o caráter 100% estatal. Atualmente, a PETROBRAS está organizada como sociedade de economia mista, submete-se às regras gerais da administração pública e não mais detém o monopólio da exploração do petróleo em território nacional. Seu papel, no entanto, vai além da obtenção de lucro e envolve aspectos como geração de emprego e renda, além da promoção do desenvolvimento local nos lugares onde instala suas unidades e empreendimentos. Estes, muitas vezes, se situam em regiões remotas, que não despertam o apetite de companhias privadas. Permanece, assim, uma empresa estratégica para diversos aspectos do desenvolvimento econômico do país.

Renato Coelho. Jornal da UNESP, 3/10/2023 (com adaptações).

A respeito dos sentidos e de aspectos linguísticos do texto CB1A1-II, julgue o item que se segue.

13 - No quarto período do segundo parágrafo, a forma verbal “submete-se” poderia ser substituída pela locução **deve respeitar**, sem prejuízo do sentido e da correção gramatical do texto.

Comentário

O trecho original é: *"Atualmente, a PETROBRAS está organizada como sociedade de economia mista, submete-se às regras gerais da administração pública e não mais detém o monopólio da exploração do petróleo em território nacional."*

Análise da Regência Verbal

1. Verbo "submeter-se":

É um verbo transitivo indireto que exige a preposição "a" (submeter-se a algo). Assim, no trecho original, a expressão "submete-se às regras" está correta porque a preposição "a" se contrai com o artigo definido plural "as", resultando na crase ("às").

2. Proposta da banca – substituição por "deve respeitar":

O verbo "**respeitar**" é transitivo direto (respeitar algo), não exigindo preposição. Por esse motivo, a crase é **incorreta** na expressão "deve respeitar às regras". O correto seria:

- "*deve respeitar as regras*" (sem o acento indicativo de crase).

Comparação

- No original:
"submete-se às regras": correto porque o verbo "submeter-se" exige a preposição "a", e a contração com o artigo definido "as" justifica a crase.
- Na proposta da banca:
"deve respeitar às regras": incorreto, porque o verbo "respeitar" não exige preposição. A presença do acento grave (indicativo de crase) é um erro de regência verbal.

Conclusão

A troca feita pela banca gera um erro de regência verbal ao manter a crase indevidamente.

GABARITO ERRADO

14 - Os vocábulos "Estes" e "que", empregados no penúltimo período do texto, retomam termos distintos.

Comentário

O penúltimo parágrafo do texto é este: "*Estes, muitas vezes, se situam em regiões remotas, que não despertam o apetite de companhias privadas.*"

Identificação dos Referentes

1. Pronome Relativo "que":

O pronome relativo "que" tem como referente "**regiões remotas**", uma vez que ele estabelece uma relação com este termo, indicando que são essas regiões que "não despertam o apetite de companhias privadas". Para confirmar, podemos substituí-lo por "as quais":

"... regiões remotas, as quais não despertam o apetite de companhias privadas."

2. Pronome Demonstrativo "estes":

Para identificar o referente de "estes", é necessário voltar ao contexto anterior:

"Seu papel, no entanto, vai além da obtenção de lucro e envolve aspectos como geração de emprego e renda, além da promoção do desenvolvimento local nos lugares onde instala suas unidades e empreendimentos. Estes, muitas vezes, se situam em regiões remotas..."

O pronome demonstrativo "estes" refere-se a "**empreendimentos**", pois está mais próximo deste termo e segue a regra de que "este(s)" retoma o elemento imediatamente anterior.

Regras de Uso de Pronomes Demonstrativos

Os pronomes demonstrativos são usados para evitar a repetição de termos, e sua referência depende da proximidade:

- **Este(s), esta(s), isto:** Para o termo mais próximo.
- **Aquele(s), aquela(s), aquilo:** Para o termo mais distante.

Exemplo prático:

- *"Aqueles são os sonhos que tivemos na infância; estes, os que realizamos na juventude."*
 - "Aqueles" refere-se aos sonhos da infância (mais distantes).
 - "Estes" refere-se aos sonhos realizados na juventude (mais próximos).

Conclusão

No trecho em análise:

- O pronome "**que**" refere-se a "**regiões remotas**".
- O pronome "**estes**" refere-se a "**empreendimentos**".

Como "que" e "estes" retomam termos distintos, a banca está correta em sua afirmação.

GABARITO CERTO

15 - É correto concluir das informações do texto que as atividades da PETROBRAS no exterior diminuiram o impacto da empresa no Brasil, o que levou à sua privatização.

Comentário

De acordo com o texto, a Petrobras é classificada como **sociedade de economia mista**, o que significa que seu capital é composto por recursos **privados e públicos**. Essa definição não implica que a empresa tenha sido privatizada, mas sim que ela possui participação tanto do setor público quanto do setor privado.

O trecho do texto reforça essa condição:

"Atualmente, a PETROBRAS está organizada como sociedade de economia mista, submete-se às regras gerais da administração pública e não mais detém o monopólio da exploração do petróleo em território nacional."

Nada no texto sugere que a Petrobras tenha sido privatizada. Portanto, a afirmação proposta pela questão está incorreta.

GABARITO ERRADO

16 - No primeiro período do texto, o trecho “que detinha o monopólio” poderia ser reescrito como: cujo monopólio tinha, mantendo-se a correção gramatical do texto.

Comentário

A banca apresenta o seguinte fragmento original:

"Há 70 anos, em 3 de outubro de 1953, era criada a PETROBRÁS, uma empresa estatal que detinha o monopólio da prospecção e exploração do petróleo no território brasileiro."

E propõe a reescritura:

"Há 70 anos, em 3 de outubro de 1953, era criada a PETROBRÁS, uma empresa estatal cujo monopólio tinha da prospecção e exploração do petróleo no território brasileiro."

Essa reescritura apresenta problemas graves de estrutura e sentido, especialmente pelo uso inadequado do pronome relativo "**cujo**".

O pronome "**cujo**" e suas variantes possuem regras específicas:

- **Sentido possessivo:** indica relação de posse entre o antecedente e o conseqüente.
- **Concordância:** concorda em gênero e número com o conseqüente (o termo que vem após ele).
- **Proibição de artigos definidos:** não pode ser seguido por "o", "a", "os" ou "as" (por exemplo, *cujo o* é incorreto).
- **Possibilidade de preposição antecedente:** admite preposição se exigida pelo verbo ou termo seguinte.

Exemplos corretos:

1. *Esses são os pais a cujos filhos aludi.* (O verbo "aludir" exige preposição "a".)

2. *Aqui estão as flores de cujas donas falávamos ontem.* (O verbo "falar" exige preposição "de".)

No caso proposto, o pronome "cujo" não é adequado porque:

- Não estabelece uma relação de posse coerente entre "empresa estatal" (antecedente) e "monopólio" (consequente).
- A frase proposta se torna confusa e até mesmo ininteligível.

Portanto, a reescritura sugerida pela banca não é gramaticalmente correta nem semanticamente clara.

GABARITO ERRADO

17 - O emprego de vírgula no último período do texto seria dispensado, sem prejuízo do sentido original e da correção gramatical do texto, caso o vocábulo "assim" fosse deslocado para o início do período, da seguinte maneira: Assim permanece uma empresa (...).

Comentário

A palavra "**assim**", de acordo com a **Academia Brasileira de Letras**, é sempre classificada como **advérbio**. Contudo, muitas gramáticas a consideram também como **conjunção** em determinados contextos. Isso cria uma dualidade de interpretação em provas de concursos, com diferentes abordagens para a análise de sua função no texto.

Classificações da palavra "assim":

1. **Como Advérbio** (desse jeito, dessa forma, desse modo):
 - *"Dois chefes de família, inda mais vizinhos, não podem viver toda a vida assim."* (MONTEIRO LOBATO)

- *"Muda-se, então, de vida assim do pé pra mão?"*
- 2. **Como Conjunção** (portanto, logo):
 - *"Assim, mal vagia, longe, na cozinha, a triste criança, gritava logo nervosa..."*
- 3. **Em Locuções** (com diversos sentidos):
 - *"Inda assim repartida por quatro curandeiros que se dizem médicos."*
[Concessiva: ainda assim]
 - *"Mesmo assim, pelas frinchas o assobio lúgubre entrava..."* [Concessiva: ainda assim]
 - *"E assim como ao lado do restolho cresce o bom pé de milho..."* [Comparativa: assim como = como]

Contexto da questão:

O trecho apresentado é:

"Permanece, assim, uma empresa estratégica para diversos aspectos do desenvolvimento econômico do país."

A banca sugere a seguinte reescritura:

"Assim permanece uma empresa estratégica para diversos aspectos do desenvolvimento econômico do país."

Análise da reescritura:

O problema da reescritura não está no deslocamento da palavra "assim", mas na **falta de vírgula** após sua inserção no início da oração. Quando "assim" é deslocado para a posição inicial, deve ser seguido de vírgula para manter a clareza e a correção da frase, conforme as normas de pontuação. A forma correta seria:

"Assim, permanece uma empresa estratégica para diversos aspectos do desenvolvimento econômico do país."

Conclusão:

A ausência da vírgula após o deslocamento de "assim" compromete a proposta de reescritura da banca. Portanto, a reescritura sugerida está inadequada.

GABARITO ERRADO

18 - A palavra "fruto" (segundo período do primeiro parágrafo) poderia ser substituída por idéia, sem prejuízo da coerência e da correção gramatical do texto.

Comentário

O segundo período do primeiro parágrafo é o seguinte:

"A criação da empresa foi fruto da campanha 'O petróleo é nosso', iniciada após a eleição de Getúlio Vargas para seu segundo período na Presidência."

A banca sugere a substituição de "fruto" por "idéia", resultando na seguinte frase:

"A criação da empresa foi ideia da campanha 'O petróleo é nosso', iniciada após a eleição de Getúlio Vargas para seu segundo período na Presidência."

Análise da Substituição:

1. Aspecto semântico:

A substituição de "fruto" por "ideia" não compromete o sentido da frase, já que "fruto" e "ideia", nesse contexto, são sinônimos funcionais e ambos transmitem a ideia de resultado ou origem de algo.

2. Aspecto gramatical:

O problema está na grafia proposta pela banca. O Novo Acordo Ortográfico aboliu o **acento agudo** nos ditongos "-ei" e "-oi" das palavras paroxítonas (aquelas cuja

penúltima sílaba é a tônica). Assim, a forma correta é "**ideia**", sem acento. A grafia "idéia" estava correta antes da reforma, mas agora é desatualizada e incorreta.

Exemplos de outras palavras afetadas pelo Novo Acordo Ortográfico:

- **Antes:** assembleia, heróico, jibóia.
- **Agora:** assembleia, heroico, jiboia.

Conclusão:

Embora a substituição de "fruto" por "ideia" não prejudique o sentido, o uso da grafia "idéia" viola as regras ortográficas vigentes. Portanto, a reescritura sugerida pela banca está incorreta.

GABARITO ERRADO

19 - Em "Estes, muitas vezes, se situam em regiões remotas" (penúltimo período do texto), é obrigatória a próclise do pronome "se" em razão da expressão adverbial "muitas vezes".

Comentário

A colocação pronominal refere-se à posição do pronome oblíquo átono (me, te, se, etc.) em relação ao verbo, podendo ser:

1. **Próclise:** o pronome aparece antes do verbo.
 - Exs.:
 - a) *Não se realizam cópias.*
 - b) *Os amigos nos incentivaram.*
 - Fatores que atraem próclise: palavras negativas (*não, nunca*), pronomes relativos (*que, quem*), pronomes indefinidos (*alguém, tudo*), advérbios (*sempre, talvez*), conjunções subordinativas (*quando, se, porque*), entre outros.
2. **Mesóclise:** o pronome é posicionado no meio do verbo.

- Exs.:
 - a) *Conduzi-lo-ia pelo caminho certo.*
 - b) *Pagar-te-ei a dívida amanhã.*
 - Apenas ocorre com verbos no futuro do presente ou futuro do pretérito.
3. **Ênclise:** o pronome aparece depois do verbo.
- Exs.:
 - a) *Chamaram-me para a reunião.*
 - b) *Devemos ajudá-lo em sua missão.*
 - Usada quando a oração inicia-se com o verbo ou em casos sem fatores de atração para próclise.

Contexto da Questão:

No trecho:

"Estes, muitas vezes, se situam em regiões remotas."

A banca afirma que a **próclise** do pronome "se" é obrigatória devido à locução adverbial "muitas vezes".

Análise:

Embora advérbios e locuções adverbiais possam atrair o pronome, a locução "muitas vezes" está isolada por vírgulas. De acordo com Carlos Góis (*Sintaxe de Construção*), a vírgula interrompe a atração exercida pela locução adverbial. Nesse caso, a próclise ocorre devido à presença do pronome demonstrativo "estes", que é um fator atrativo por si só.

Portanto, a próclise em "se situam" não decorre de "muitas vezes", mas sim de "estes".

Conclusão:

A banca erra ao justificar a obrigatoriedade da próclise exclusivamente pela locução adverbial.

GABARITO ERRADO

20 - É obrigatório o emprego do acento indicativo de crase no vocábulo “às” em “às regras gerais da administração pública” (quarto período do último parágrafo).

Comentário

A palavra **crase** origina-se do grego *krásis* (fusão, mistura) e refere-se ao fenômeno linguístico em que dois **a** se combinam em um só: **à**. O acento grave é o marcador desse fenômeno e ocorre principalmente em duas situações, como ensina Celso Pedro Luft em *Decifrando a Crase*:

1ª Situação: Contração entre preposição "a" e artigo definido "a" ou "as"

Exemplo:

- **Dei à criança o doce.**
 - *Dei a* (preposição exigida pelo verbo "dar") + *a criança* (artigo definido).
 - Resultado: *Dei à criança o doce* (crase obrigatória).

Outro exemplo:

- **Fizeram alusão àquela peça de Sófocles.**
 - *Alusão a* (preposição exigida pelo substantivo "alusão") + *aquela peça* (pronome demonstrativo iniciado por "a").
 - Resultado: *Fizeram alusão àquela peça de Sófocles*.

2ª Situação: Indicação de circunstâncias de meio ou instrumento (locuções adverbiais)

O acento grave pode ser usado em expressões como:

- **Desenhar à mão, cortar à faca, pintar à máquina.**

Aqui, o uso do acento grave evita ambiguidades. Exemplo:

- **O artista desenhava a mão como ninguém.**

Sem o acento, a frase pode ser interpretada de duas formas:

1. Ele desenhava *as mãos*.
2. Ele desenhava *com as mãos*.

Com o acento:

- **O artista desenhava à mão como ninguém.**

- Indica claramente o uso das mãos como instrumento.

Teste prático para verificar a crase

Substitua o termo feminino por um masculino. Se surgir **ao**, há crase; caso contrário, não.

Exemplo:

- Submete-se às **regras** → Submete-se **aos princípios** (crase obrigatória).

Contexto da Questão

O trecho analisado é:

- "Atualmente, a PETROBRAS está organizada como sociedade de economia mista, **submete-se às regras gerais da administração pública (...)**"

O verbo **submeter-se** é transitivo indireto e exige a preposição **a** (*submeter-se a algo*). O substantivo **regras** é antecedido pelo artigo definido **as**, resultando na fusão:

- **Submete-se a + as regras = submete-se às regras.**

Conclusão

A marcação da crase é obrigatória devido à regência verbal e à presença do artigo definido.

GABARITO CERTO

DIREITO ADMINISTRATIVO

Julgue os itens seguintes, referente a direito administrativo.

21 - A sanção e o veto, pelo presidente da República, de projetos de lei aprovados pelo Congresso Nacional são exemplos de atos administrativos de controle.

Comentário

A questão trata da distinção entre **ato administrativo** e **ato político**, requerendo a compreensão doutrinária acerca das funções de **Governo e Administração Pública**.

Análise do Item

O item apresenta um erro ao afirmar que **sanção e veto de projetos de lei pelo Presidente da República** são **atos administrativos de controle**, pois, na realidade, são **atos políticos**. Esses atos são praticados no exercício da função governamental, típica do Chefe do Poder Executivo, e não possuem as características próprias dos atos administrativos.

Ato Político x Ato Administrativo

Ato Político:

Conforme esclarece Rafael Oliveira (*Curso de Direito Administrativo*), os **atos políticos**:

1. Originam-se de agentes políticos (autoridades do alto escalão, como Presidente, Governadores e Prefeitos).
2. Relacionam-se com a atuação política do Estado, envolvendo diretrizes de governo ou relacionamento com outros Poderes ou nações.
3. São exemplos de atos políticos:
 - **Sanção, veto e promulgação de leis.**
 - **Apresentação ou retirada de projetos de lei.**
 - **Declaração de guerra.**

Ato Administrativo:

Por outro lado, os **atos administrativos**:

1. São expressões da função administrativa do Estado, concretos e unilaterais.

2. São exteriorizados pela Administração Pública ou agentes administrativos no exercício de competência administrativa.
3. Exemplos: anulação, revogação, licitações, contratos administrativos.

Atos Administrativos de Controle:

Esses atos:

1. Decorrem do princípio da autotutela.
2. Envolvem a fiscalização e revisão de atos administrativos pela própria Administração.
3. Exemplos: **anulação, revogação e revisão interna** de atos administrativos.

Classificação Correta

- **Sanção e veto** de projetos de lei pelo Presidente da República **não configuram atos administrativos de controle**, mas sim **atos políticos de governo**.

Conclusão

A afirmação do item está **ERRADA**, pois classifica de forma equivocada atos políticos como atos administrativos de controle.

Sugestão de correção do item: *A sanção e o veto, pelo Presidente da República, de projetos de lei aprovados pelo Congresso Nacional são exemplos de atos políticos, vinculados à função de governo, e não de atos administrativos de controle.*

GABARITO ERRADO

22 - Nas licitações públicas, a participação de pessoa jurídica em consórcio depende de autorização expressa no edital do certame.

Comentário

A questão aborda a **Lei nº 14.133/2021**, que regula normas gerais de licitação e contratação no âmbito das Administrações Públicas direta, autárquica e fundacional em todas as esferas federativas.

Análise do Item

O item está **ERRADO** ao afirmar que a participação de pessoa jurídica em consórcio depende de autorização expressa no edital do certame. A legislação não exige tal autorização; ao contrário, **a participação é permitida por padrão**, salvo **vedação devidamente justificada no processo licitatório**.

Essa regra está expressa no **art. 15, caput**, da Lei nº 14.133/2021, que prevê a possibilidade de participação em consórcio como regra geral, desde que observadas determinadas condições.

Dispositivo Legal Aplicável

Art. 15 da Lei nº 14.133/2021:

Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

Os requisitos para participação incluem:

1. **Comprovação de compromisso** para constituição do consórcio.
2. **Indicação de empresa líder** para representar o consórcio.

3. **Somatório de quantitativos** (habilitação técnica) e valores (habilitação econômico-financeira) dos consorciados.
4. **Vedação de múltipla participação** (em mais de um consórcio ou de forma isolada).
5. **Responsabilidade solidária** dos integrantes em todas as fases da licitação e execução contratual.

Conclusão

- A vedação à participação de pessoa jurídica em consórcio **exige justificativa no processo licitatório**.
- O item está incorreto ao indicar que a participação em consórcio depende de autorização expressa no edital.

Sugestão de Correção do Item

A participação de pessoa jurídica em consórcio em licitações públicas é regra geral, e sua vedação depende de justificativa expressa no processo licitatório.

GABARITO ERRADO

23 - De acordo com a Lei n.º 8.112/1990, o servidor não poderá eximir-se do cumprimento de seus deveres por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política.

Comentário

A questão aborda a **Lei nº 8.112/1990**, exigindo conhecimento sobre as disposições gerais da legislação, especialmente no que se refere ao **art. 239**.

Análise do Item

O item está **CORRETO**, pois afirma que o servidor público **não poderá se eximir do cumprimento de seus deveres** por motivo de crença religiosa, convicção filosófica ou política. Essa afirmação

está em consonância com o que determina o **art. 239 da Lei nº 8.112/1990**, que assegura que nenhum servidor será discriminado em razão de suas convicções, mas que essas não podem servir como justificativa para descumprimento de suas obrigações funcionais.

Dispositivo Legal Aplicável

Art. 239 da Lei nº 8.112/1990

Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer dos seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem eximir-se do cumprimento de seus deveres.

GABARITO CERTO

24 - O poder disciplinar confere à administração pública a prerrogativa de apurar infrações e aplicar sanções aos servidores públicos, bem como às pessoas físicas e jurídicas privadas que estabeleçam relação jurídica especial com ela.

Comentário

A questão aborda o **poder disciplinar** no âmbito do Direito Administrativo e exige conhecimento sobre suas características e aplicação.

Análise do Poder Disciplinar

O **poder disciplinar** é a prerrogativa que permite à Administração Pública **apurar infrações e aplicar sanções** a:

1. **Servidores públicos**, independentemente do vínculo jurídico ser legal ou contratual;
2. **Particulares** que mantenham uma relação jurídica especial com a Administração Pública, mas que não sejam agentes públicos.

Esse poder está fundamentado na **hierarquia administrativa** e na necessidade de assegurar a observância das normas e dos deveres inerentes às relações especiais entre Administração e os sujeitos sob sua disciplina.

Conceito na Doutrina

Segundo **Rafael Oliveira**, o poder disciplinar engloba:

- **Relações funcionais com agentes públicos**, como demissões ou outras sanções administrativas;
- **Relações jurídicas especiais com particulares**, como aplicação de multas contratuais a empresas contratadas, sanções a alunos de escolas públicas ou usuários de bibliotecas públicas.

Fonte: Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021, p. 485-486.

Conclusão

O item está **CORRETO**, pois a prerrogativa conferida pelo poder disciplinar abrange tanto servidores públicos quanto particulares em relações jurídicas especiais com a Administração Pública. A afirmação está em conformidade com a doutrina e os princípios do regime jurídico-administrativo.

GABARITO CERTO

25 - O controle administrativo decorre do poder de autotutela conferido à Administração Pública que deve efetivar a fiscalização e revisão de seus atos, mediante provocação ou de ofício, com a finalidade de verificar os aspectos de ilegalidade ou inconveniência do ato.

Comentário

A Administração Pública, no exercício de suas funções, sujeita-se ao controle por parte dos Poderes Legislativo e Judiciário (heterocontrole ou controle externo), além de exercer, ela mesma, o controle sobre os próprios atos (autocontrole ou controle interno). Neste último caso, o controle decorre diretamente do princípio da autotutela, pelo qual a Administração tem o

poder/dever de controlar seus próprios atos, de acordo com o que dispõe a Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal (STF):

Súmula nº 473: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

GABARITO CERTO

26 - Os órgãos e entidades da administração pública, direta ou indireta, estão sujeitos à supervisão do ministro de Estado competente, salvo as agências reguladoras, que dispõem de disciplina especial.

Comentário

Os órgãos estão sujeitos à subordinação ao ente que os criou, enquanto as entidades da administração indireta estão submetidas ao princípio da tutela ou da vinculação, já que o Estado fiscaliza apenas o cumprimento dos objetivos para os quais essas entidades foram criadas.

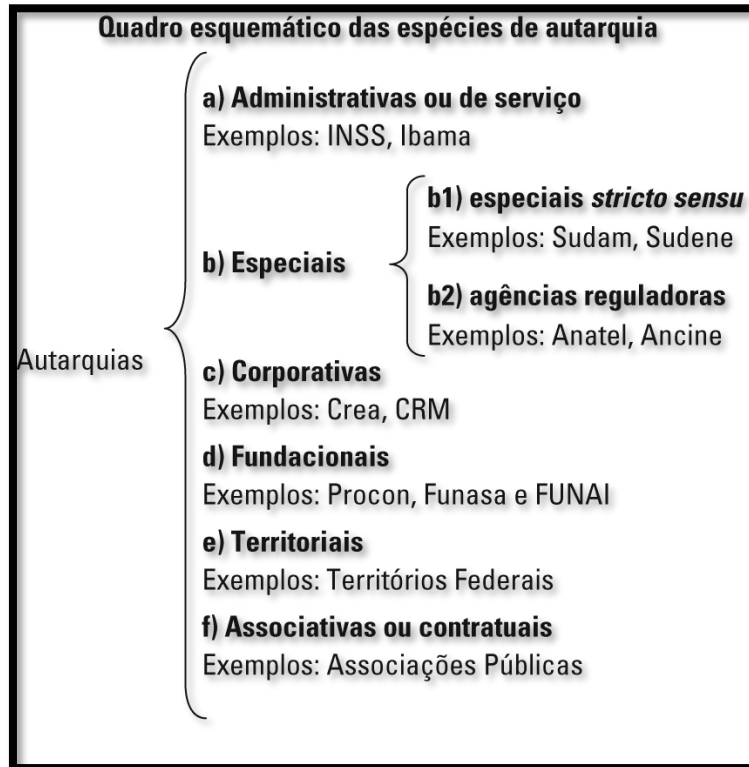
Conforme bem diferencia Rafael Carvalho Rezende Oliveira:

“Não se deve confundir a vinculação (controle ou tutela) entre as entidades administrativas e o Ente central com a subordinação (hierarquia), pois a subordinação (hierarquia) existe apenas entre órgãos de uma mesma pessoa jurídica. Por isso, a hierarquia existe em toda e qualquer desconcentração administrativa, seja entre órgãos da Administração Direta, seja no interior de determinada entidade da Administração Indireta.

Entre pessoas jurídicas distintas, no entanto, em razão da autonomia dessas entidades, não existe hierarquia, mas somente os controles previstos expressamente na legislação. Em consequência, não existe hierarquia na descentralização administrativa, mas apenas instrumentos de vinculação (controle ou tutela).”

Fonte: Oliveira, Rafael Carvalho R. Curso de Direito Administrativo. Disponível em: Minha Biblioteca, (11th edição). Grupo GEN, 2023.

Por fim, registra-se que as agências reguladoras são consideradas autarquias em regime especial, ou seja, fazem parte da administração indireta, estando sujeitas, portanto, ao controle ou vinculação ao ente federativo respectivo.



Fonte da imagem: Mazza, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. Disponível em: Minha Biblioteca, (13th edição). Editora Saraiva, 2023.

GABARITO ERRADO

27 - O capital social das sociedades de economia mista deve ser integralmente público, e a participação do Estado no capital social das empresas públicas deve ser majoritária.

Comentário

O capital social da empresa pública é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios. Já nas sociedades de economia mista, o capital é majoritariamente da União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.

Perceba que a alternativa trocou os conceitos.

Empresas públicas	o capital é integral da União, Est, DF e Mun
Sociedades de Economia Mista	o capital é majoritariamente

GABARITO ERRADO

28 - Os ministérios, órgãos integrantes da administração direta, não possuem personalidade jurídica própria.

Comentário

De fato, em regra, os órgãos integrantes da Administração Direta não possuem personalidade jurídica. Conforme explica Rafael Carvalho Rezende Oliveira:

“A principal característica do órgão público, como mencionado, é a ausência de personalidade jurídica própria.

Em razão disso, o órgão público não possui, em regra, capacidade processual (ou judiciária) para demandar ou ser demandado em Juízo, pois o art. 70 do CPC/2015, que corresponde ao art. 7.º do CPC/1973, só atribui capacidade processual à “pessoa que se encontre no exercício de seus direitos”.

Portanto, caso a atuação do agente público, ocupante de determinado órgão público, cause dano a alguém, a respectiva ação indenizatória deverá ser direcionada à pessoa jurídica da qual aquele órgão é parte integrante (princípio da imputação volitiva). Ex.: se um veículo do Ministério da Saúde, utilizado para a distribuição de vacinas a hospitais públicos, dirigido por agente público federal, em alta velocidade, atropela uma pessoa, a respectiva ação indenizatória deve ser proposta em face da União, uma vez que o Ministério é órgão público, despido de personalidade judiciária.

Não obstante a regra geral, algumas exceções têm sido apontadas pela lei e pela jurisprudência, sendo lícito reconhecer, ao menos, duas situações excepcionais nas quais se admite a capacidade judiciária de determinados órgãos públicos:

Primeira exceção: a legislação pode atribuir capacidade processual para certos órgãos públicos. Ex.: órgãos públicos que atuam na defesa dos consumidores, cuja capacidade processual é reconhecida pelo art. 82, III, do CDC.8

Segunda exceção: independentemente de lei expressa, a doutrina e a jurisprudência têm reconhecido a capacidade processual aos órgãos públicos que preenchem dois requisitos cumulativos:

a) órgão da cúpula da hierarquia administrativa e

b) defesa de suas prerrogativas institucionais.”

Fonte: Oliveira, Rafael Carvalho R. Curso de Direito Administrativo. Disponível em: Minha Biblioteca, (11th edição). Grupo GEN, 2023.

GABARITO CERTO

29 - A responsabilidade objetiva do Estado se fundamenta na teoria do risco administrativo.

Comentário

O BRASIL ADOTA A TEORIA DO RISCO ADMINISTRATIVO: Enquanto a teoria do risco administrativo admite a alegação de causas excludentes do nexo causal por parte do Estado, a teoria do risco integral afasta tal possibilidade. Assim, por exemplo, de acordo com o risco integral, o Estado seria responsabilizado mesmo na hipótese de caso fortuito e força maior. O ordenamento jurídico brasileiro adotou, como regra, a teoria do risco administrativo, mas parcela da doutrina e da jurisprudência defende a adoção do risco integral em situações excepcionais.

Exs.: responsabilidade por danos ambientais ou ecológicos (art. 225, § 3.º, da CRFB e art. 14, § 1.º, da Lei 6.938/1981); responsabilidade por danos nucleares (art. 21, XXIII, d, da CRFB); responsabilidade da União perante terceiros no caso de atentado terrorista, ato de guerra ou eventos correlatos, contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo, excluídas as empresas de táxi aéreo (art. 1.º da Lei 10.744/2003).

GABARITO CERTO

30 - Rafael, agente público, chocou o veículo que dirigia, de propriedade do ente ao qual é vinculado, com veículo particular dirigido por Paulo, causando-lhe danos materiais.

Acerca dessa situação hipotética, julgue o seguinte item.

A responsabilidade da administração pelos danos causados a terceiro é objetiva, ou seja, independe da comprovação do dolo ou culpa de Rafael.

Comentário

O Estado possui responsabilidade civil pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiros. Trata-se de previsão expressa do art. 37, § 6º, da CF/88:

Art. 37

(...)

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

A responsabilidade do Estado, nesse caso, **é OBJETIVA**. Assim, a vítima somente terá que provar:

- O fato do serviço (conduta do agente público, sem precisar provar dolo ou culpa);
- O dano sofrido;
- O nexo de causalidade entre o fato e o dano.

GABARITO CERTO

DIREITO CONSTITUCIONAL

Julgue os itens a seguir a respeito do direito constitucional

31 - O pagamento da remuneração de determinado servidor ocupante de cargo público de nível médio de tribunal regional eleitoral foi suspenso sob a justificativa de ele acumular o cargo público com um emprego público de nível médio em autarquia. O servidor contestou a medida, alegando que, além de haver compatibilidade de horários para o exercício de ambos, a

Constituição Federal de 1988 não proíbe a acumulação de cargo e emprego públicos em diferentes instituições. A partir da situação hipotética anterior, julgue o item seguinte.

A proibição constitucional de acumular cargos ou funções de forma remunerada aplica-se, por exemplo, a autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Comentário

A Constituição Federal proíbe, como regra geral, a acumulação remunerada de cargos públicos, fundamentando-se no Princípio da Eficiência. Isso se deve à presunção de que o exercício de múltiplas funções comprometeria a qualidade e a diligência necessárias à prestação do serviço público. Entretanto, a própria Constituição prevê três exceções a essa regra, desde que respeitada a compatibilidade de horários, conforme estabelece o artigo 37, inciso XVI:

Dispositivos Constitucionais Relevantes

Art. 37, XVI – É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, salvo nas seguintes hipóteses, desde que haja compatibilidade de horários e observados os limites remuneratórios do inciso XI:

a) dois cargos de professor;

b) um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Além disso, a proibição de acumulação remunerada não se limita apenas aos cargos públicos da administração direta. Conforme Art. 37, XVII, essa vedação também:

Estende-se a empregos e funções públicas;

Aplica-se às entidades da administração indireta, como autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e às sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público.

Conclusão

A assertiva está CORRETA, pois reflete fielmente a regra constitucional da vedação de acumulação remunerada de cargos públicos, ressalvadas as exceções previstas. Além disso, destaca a abrangência dessa proibição às entidades da administração indireta.

GABARITO CERTO

32 - O pagamento da remuneração de determinado servidor ocupante de cargo público de nível médio de tribunal regional eleitoral foi suspenso sob a justificativa de ele acumular o cargo público com um emprego público de nível médio em autarquia. O servidor contestou a medida, alegando que, além de haver compatibilidade de horários para o exercício de ambos, a Constituição Federal de 1988 não proíbe a acumulação de cargo e emprego públicos em diferentes instituições. A partir da situação hipotética anterior, julgue o item seguinte.

É correto afirmar que, na situação apresentada, a suspensão do pagamento da remuneração do servidor foi determinada pelo CNJ, pois a este órgão compete controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e o cumprimento dos deveres funcionais de seus membros e servidores.

Comentário

A situação apresentada envolve um servidor que ocupava, simultaneamente, dois cargos de nível médio: um em um **tribunal regional eleitoral** e outro em uma **autarquia**. A questão discute a aplicação de sanção administrativa e se esta seria da competência do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

Análise da Competência do CNJ

De acordo com o **Art. 103-B, § 4º, da Constituição Federal**, o CNJ possui as seguintes atribuições principais:

1. **Controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário.**
2. **Cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.**
3. **Análise da legalidade de atos administrativos de membros ou órgãos do Judiciário.**
4. **Apreciação de reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, incluindo serviços auxiliares, serventias, e serviços notariais e de registro.**
5. **Revisão de processos disciplinares de juízes e membros de tribunais** (julgados há menos de um ano).

Embora o CNJ tenha competência para zelar pela **observância do Art. 37** da Constituição, suas atribuições disciplinam a atuação de membros e órgãos do **Poder Judiciário**, além de juízes, seus auxiliares e serviços relacionados. O servidor citado na questão ocupa um cargo administrativo e técnico, e não se enquadra como magistrado, membro ou auxiliar do Judiciário. Assim, a sanção aplicada ao servidor não está dentro da competência do CNJ.

Fundamentos Adicionais

- O CNJ foi criado pela **Emenda Constitucional nº 45/2004** (Reforma do Judiciário) e exerce papel de controle administrativo e disciplinar no âmbito do Judiciário.
- **Composição do CNJ:** É formado por 15 membros, entre magistrados, advogados, membros do Ministério Público e cidadãos de notável saber jurídico. Essa composição mista visa assegurar um controle equilibrado sobre o Judiciário.

Conclusão

O item está **ERRADO**, pois a sanção ao servidor descrito não se enquadra na competência do Conselho Nacional de Justiça, dado que este atua na esfera do Poder Judiciário e no cumprimento de deveres funcionais dos juízes, não abrangendo cargos administrativos ou técnicos como o mencionado na questão.

GABARITO ERRADO

33 - A CF garante ao trabalhador a irredutibilidade salarial, o que impede que o empregador diminua, por ato unilateral ou por acordo individual, o valor do salário do trabalhador. A redução salarial só será possível se estiver prevista em convenção ou acordo coletivo.

Comentário

A CF garante ao trabalhador a irredutibilidade salarial, o que impede que o empregador diminua, por ato unilateral ou por acordo individual, o valor do salário do trabalhador. A redução salarial só será possível se estiver prevista em convenção ou acordo coletivo.

CORRETA. Nos termos do art. 7º, VI, da CF/88:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

GABARITO CERTO

34 - O inciso VIII do art. 5.º da Constituição Federal de 1988 prevê que “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei”. Em relação a esse dispositivo constitucional, julgue o item seguinte.

O preceito constitucional mencionado consiste em norma de eficácia limitada.

Comentário

As normas constitucionais podem ser classificadas quanto à eficácia e aplicabilidade em três categorias principais:

1. **Normas de eficácia plena:** Produzem todos os seus efeitos de forma direta, imediata e integral, independentemente de regulamentação adicional.
2. **Normas de eficácia contida:** Produzem efeitos de forma direta e imediata, mas sua aplicabilidade pode ser restringida por normas infraconstitucionais, outras normas constitucionais ou por conceitos ético-jurídicos indeterminados.
3. **Normas de eficácia limitada:** Têm aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, pois dependem de regulamentação legislativa para que seus efeitos sejam plenamente produzidos.

No contexto apresentado, o **final do inciso VIII** da norma constitucional analisada contém a ressalva:

"Salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei."

Análise do Dispositivo

Essa ressalva indica que:

- A norma tem eficácia direta e imediata, mas **pode ter sua aplicabilidade restringida** pela legislação infraconstitucional, ao estabelecer obrigações gerais e prestações alternativas.
- Essa possibilidade de restrição caracteriza a norma como de **eficácia contida**, pois é autoaplicável, mas admite limitações pela atuação do legislador ordinário ou por outros mecanismos previstos no ordenamento jurídico.

Por Que Não É Norma de Eficácia Limitada?

- Normas de eficácia limitada exigem regulamentação legislativa para produzir efeitos jurídicos, o que não é o caso aqui. A norma analisada já é apta a produzir efeitos desde a promulgação da Constituição, embora sua aplicabilidade possa ser reduzida.

Conclusão

O item está **ERRADO**. A norma descrita é de eficácia **contida**, pois, embora seja autoaplicável, admite a possibilidade de restrição por legislação infraconstitucional, como explicitado no próprio texto do dispositivo.

GABARITO ERRADO

35 - A República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos o pluralismo político e rege-se, nas suas relações internacionais, pelos princípios da independência nacional e da igualdade entre os Estados.

Comentário

MNEMÔNICOS DA CONSTITUIÇÃO:

FUNDAMENTOS: SOCIDIVAPLU

- soberania;
- cidadania;
- dignidade da pessoa humana;
- valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- pluralismo político.

OBJETIVOS FUNDAMENTAIS: CONGA ERRA PRO!

- ‘Art. 3º, CF/88 – Constituem **objetivos fundamentais** da República Federativa do Brasil:
- **CON**struir uma sociedade livre, justa e solidária;
- **GA**rantir o desenvolvimento nacional;
- **ERRA**dicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- **PRO**mover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.’

PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS: DECORE AUTO PISCINÃO".

- **DE**fesa da paz;
- **CO**operação entre os povos para o progresso da humanidade;
- **RE**púdio ao terrorismo e ao racismo;
- **AUTO** determinação dos povos; .
- **P**revalência dos direitos humanos;
- **I**gualdade entre os Estados;
- **S**olução pacífica dos conflitos;
- **C**oncessão de asilo político;
- **I**ndependência nacional;

- **NÃO** intervenção

DIREITOS SOCIAIS: EDU MORA LÁ SAÚ TRABALHA ALI, ASSIS PROSEG PRESO NO

TRANSPORTE

- **EDU** – EDUCAÇÃO
- **MORA** – MORADIA
- **LÁ** – LAZER
- **SAÚ** – SAÚDE
- **TRABALHA** – TRABALHO
- **ALÍ** – ALIMENTAÇÃO
- **ASSIS** – ASSISTÊNCIA AOS DESAMPARADOS
- **PRO** – PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA
- **SEG** – SEGURANÇA
- **PRESO** – PREVIDÊNCIA SOCIAL
- **TRANSPORTE**

CARGOS PRIVATIVOS DE BRASILEIRO NATO: MP3.COM

- **M**inistro de Estado da Defesa.
- **P**residente e Vice-Presidente da República;
- **P**residente da Câmara dos Deputados;
- **P**residente do Senado Federal;
- **C**arreira diplomática;
- **O**ficial das Forças Armadas.
- **M**inistro do STF;

CF, art. 22 - competência legislativa privativa da União

Mnemônico: CAPACETE DE PMS

- **C** – Civil
- **A** – Agrário
- **P** – Penal
- **A** – Aeronáutico
- **C** – Comercial

- E – Eleitoral
- T – Trabalho
- E – Espacial
- DE – Desapropriação
- P – Processual
- M – Marítimo
- S – Seguridade Social

Cláusulas Pétreas expressas na CF: FODI VOSE

- FO - forma federativa de Estado
 - DI - direitos e garantias individuais (**obs*** não podem ser abolidos, mas podem sofrer restrição)
 - VO - voto SUP (Secreto, Universal e Periódico - **obs 2**: o voto obrigatório não é cláusula pétrea);
 - SE - separação dos poderes
-
- O ESTADO FEDE! (Forma de Estado = Federação)
 - A REPÚBLICA é FOGO! (Forma de Governo = República)
 - O PRESIDENTE É SISTEMÁTICO! (Sistema de Governo= Presidencialista)
 - O REGIME É DEMO! (Regime de Governo = Democrático)

GABARITO CERTO

36 - Entre os crimes considerados imprescritíveis pelo ordenamento jurídico brasileiro, incluem-se o de racismo e os hediondos.

Comentário

A afirmativa está incorreta porque confunde as características de imprescritibilidade e inafiançabilidade previstas na Constituição Federal.

De acordo com o **art. 5º, incisos XLII e XLIV**, apenas dois crimes são imprescritíveis:

1. **Racismo:**

Art. 5º, XLII: "A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei."

2. **Ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático:**

Art. 5º, XLIV: "Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático."

Por outro lado, o **art. 5º, inciso XLIII**, trata de crimes inafiançáveis, mas que não são imprescritíveis. Esses crimes incluem:

- Tortura;
- Tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;
- Terrorismo;
- Crimes hediondos.

Esses crimes são descritos como **inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia**, mas podem prescrever:

- **Art. 5º, XLIII: "A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem."**

Conclusão

O item está **ERRADO** porque inclui crimes hediondos no rol de crimes imprescritíveis, quando, na verdade, eles são apenas inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia. Apenas o **racismo**

e a **ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado Democrático** são imprescritíveis.

GABARITO ERRADO

37 - O habeas corpus é um remédio constitucional gratuito, que pode ser impetrado por qualquer pessoa e que visa proteger direito líquido e certo.

Comentário

A questão aborda o **habeas corpus**, um dos remédios constitucionais previstos na Constituição Federal de 1988.

Pontos Fundamentais do Habeas Corpus

1. Proteção ao Direito de Ir e Vir

- O **habeas corpus** é garantido no art. 5º, LXVIII, da Constituição Federal e destina-se a proteger a **liberdade de locomoção** contra ilegalidade ou abuso de poder:
 - *"Conceder-se-á 'habeas corpus' sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder."*
- Ao contrário do que foi afirmado na questão, **não é um instrumento para proteger direito líquido e certo**, o que é competência do **mandado de segurança** (art. 5º, LXIX).

2. Gratuidade do Habeas Corpus

- A gratuidade é assegurada no art. 5º, LXXVII, da Constituição Federal:
 - *"São gratuitas as ações de 'habeas corpus' e 'habeas data', e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania."*

3. Quem Pode Impetrar

- O habeas corpus pode ser impetrado por **qualquer pessoa**, em favor próprio ou de terceiros, conforme o art. 654 do Código de Processo Penal:

- *"O habeas corpus poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público."*

4. Diferença em Relação ao Mandado de Segurança

- O mandado de segurança, também um remédio constitucional, é utilizado para proteger **direito líquido e certo** que não seja amparado por habeas corpus ou habeas data:
 - Art. 5º, LXIX: *"Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por 'habeas corpus' ou 'habeas data', quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público."*

Conclusão

O **habeas corpus** não visa proteger direito líquido e certo, mas sim o direito de locomoção (ir e vir). Assim, a assertiva está **INCORRETA**, pois confunde o objeto do habeas corpus com o do mandado de segurança.

GABARITO ERRADO

38 - O nascido no estrangeiro, com pai brasileiro ou mãe brasileira, que venha a residir no Brasil adquire automaticamente a condição de brasileiro nato ao atingir a maioridade civil.

Comentário

1. Critério do *Ius Soli*

De acordo com o art. 12, I, **a**, da Constituição Federal, será considerado brasileiro nato quem:

- **Nascer em território brasileiro**, ainda que de pais estrangeiros, **desde que estes não estejam a serviço de seu país**.

2. Critério do *Ius Sanguinis*

Esse critério leva em conta a nacionalidade dos pais, sendo aplicado a crianças nascidas no exterior. São brasileiros natos os que atendem aos seguintes requisitos:

a) Alínea "b" do art. 12, I:

- **Pai ou mãe brasileira + a serviço da República Federativa do Brasil.**

b) Alínea "c" do art. 12, I:

- **Pai ou mãe brasileira, e:**
 - **Registro** em repartição consular brasileira competente; **OU**
 - **Residência no Brasil** e, após atingir a maioridade, **opção pela nacionalidade brasileira.**

3. Situações da Alínea "c"

A alínea "c" apresenta duas possibilidades distintas para a aquisição da nacionalidade brasileira nata:

1. **Registro em Repartição Consular Brasileira Competente:**
Neste caso, o registro confere automaticamente a condição de brasileiro nato ao indivíduo.
2. **Residência no Brasil e Opção pela Nacionalidade:**
Se a pessoa residir no Brasil e não tiver sido registrada em repartição consular brasileira, deverá, **após atingir a maioridade**, optar formalmente pela nacionalidade brasileira. Esse procedimento é regulamentado pelo **Decreto nº 9.199/2017**, e ocorre mediante jurisdição voluntária na Justiça Federal.

4. Procedimento de Opção pela Nacionalidade

O **art. 213 do Decreto nº 9.199/2017** regulamenta o procedimento:

- A **opção pela nacionalidade** é um ato **personalíssimo** e ocorre por meio de procedimento específico, após o indivíduo atingir a maioridade civil.
- Até que atinja a maioridade, o indivíduo residente no Brasil será considerado brasileiro nato em **condição suspensiva**.
- Após atingir a maioridade, se desejar ser reconhecido como brasileiro nato, deverá realizar o procedimento de **Opção pela Nacionalidade**.

Erro da Questão

A questão erra ao sugerir que o reconhecimento da nacionalidade brasileira nata ocorre de forma **automática** no caso da alínea "c". Na verdade:

- O reconhecimento automático ocorre apenas quando há **registro em repartição consular**.
- Nos casos de **residência no Brasil**, após a maioridade, é necessário que o indivíduo **opte pela nacionalidade brasileira**, em procedimento voluntário na Justiça Federal.

Conclusão

A nacionalidade brasileira nata nos casos previstos na alínea "c" do art. 12, I, depende da manifestação de vontade do indivíduo (opção pela nacionalidade) quando não houver o registro consular prévio. Portanto, o item está **ERRADO**.

GABARITO ERRADO

39 - O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os brasileiros com idade entre 18 anos e 70 anos, desde que não sejam analfabetos.

Comentário

A questão aborda o alistamento eleitoral e o voto, conforme disposto na **Constituição Federal de 1988**, no **art. 14, §1º**, que regula as condições de obrigatoriedade e facultatividade relacionadas ao exercício do sufrágio.

1. Obrigatoriedade

O **alistamento eleitoral** e o **voto** são **obrigatórios** para brasileiros **maiores de 18 anos**, exceto nas situações em que a facultatividade seja prevista. Portanto, brasileiros entre **18 e 70 anos**, alfabetizados, estão sujeitos a essa obrigatoriedade constitucional.

2. Facultatividade

O alistamento e o voto são **facultativos** para os seguintes grupos:

1. **Analfabetos:**
Não são obrigados a se alistar nem a votar, mas podem exercer esses direitos, se desejarem.
2. **Maiores de 70 anos:**
Após essa idade, a obrigatoriedade cessa, tornando o voto um direito voluntário.
3. **Maiores de 16 e menores de 18 anos:**
Jovens nessa faixa etária podem se alistar e votar, mas não são obrigados.

3. Conjugação das Regras

Com base na norma constitucional, conclui-se que o alistamento e o voto são:

- **Obrigatórios:**
Para **brasileiros alfabetizados** com idade entre **18 e 70 anos**.
- **Facultativos:**
Para os **analfabetos**, para os **maiores de 70 anos**, e para os **jovens entre 16 e 18 anos**.

GABARITO CERTO

40 - A CF assegura aos partidos políticos autonomia para sua organização interna, inclusive para adotar os critérios próprios de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada, contudo, a celebração de coligações nas eleições proporcionais.

Comentário

A questão trata da disciplina constitucional dos **partidos políticos**, um tema fundamental para o regime democrático e frequentemente abordado em concursos públicos. A análise do enunciado revela sua conexão direta com o **art. 17, §1º, da Constituição Federal de 1988**, que assegura a autonomia partidária e estabelece normas específicas para sua estrutura e funcionamento.

Fundamentação Constitucional

O art. 17, §1º, da CF/88 dispõe:

“É assegurada aos partidos políticos **autonomia** para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, **sem obrigatoriedade de vinculação** entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.”

Análise da Assertiva

1. **Autonomia Partidária:**

A assertiva está em conformidade com o texto constitucional ao mencionar que os partidos possuem **autonomia** para definir sua estrutura interna, organização e regras de funcionamento.

2. **Normas sobre Coligações:**

O dispositivo constitucional estabelece que os partidos podem adotar critérios para coligações em eleições **majoritárias**, sendo **vedadas** as coligações nas eleições **proporcionais**.

3. **Disciplina e Fidelidade Partidária:**

A Constituição exige que os estatutos partidários prevejam **normas internas de disciplina e fidelidade partidária**, o que reforça a autonomia para autogestão dos partidos.

4. **Ausência de Obrigatoriedade de Vinculação:**

Não há obrigatoriedade de vinculação entre candidaturas em âmbitos diferentes (nacional, estadual, distrital ou municipal), o que também é assegurado pelo art. 17, §1º.

Conclusão

A assertiva apresentada está **CORRETA**, pois reflete com precisão o teor do **art. 17, §1º, da Constituição Federal**, demonstrando a autonomia dos partidos políticos dentro dos limites constitucionais.

GABARITO CERTO

DIREITO ELEITORAL

Julgue os seguintes itens a respeito do direito eleitoral

41 - De acordo com o Código Eleitoral, o eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o juiz eleitoral até 30 (trinta) dias após a realização da eleição, incorrerá na multa de 3 (três) a 10 (dez) por cento sobre o salário-mínimo da região

Comentário

De fato, de acordo com o Código Eleitoral, a multa é de 3 (três) a 10 (dez) por cento sobre o salário-mínimo da região:

Art. 7º O eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o juiz eleitoral até 30 (trinta) dias após a realização da eleição, incorrerá na multa de 3 (três) a 10 (dez) por cento sobre o salário-mínimo da região, imposta pelo juiz eleitoral e cobrada na forma prevista no art. 367. (Redação dada pela Lei nº 4.961, de 1966)

GABARITO CERTO

42 - De acordo com o entendimento do Tribunal Superior Eleitoral, A suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessa com o cumprimento ou a extinção da pena, desde que haja reabilitação ou prova de reparação dos danos.

Comentário

Essa questão cobrou o entendimento da Súmula nº 9 do TSE: não depende de reabilitação ou de prova de reparação dos danos:

Súmula-TSE nº 9

A suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessa com o cumprimento ou a extinção da pena, independentemente de reabilitação ou de prova de reparação dos danos.

A Súmula-TSE nº 9 estabelece uma regra importante relacionada aos direitos políticos de cidadãos que tenham sofrido condenação criminal transitada em julgado (ou seja, uma condenação definitiva, da qual não cabem mais recursos)

De acordo com esse entendimento do TSE, uma pessoa que tenha tido seus direitos políticos suspensos devido a uma condenação criminal só precisa cumprir a pena ou ver a extinção dessa pena para que seus direitos políticos sejam automaticamente restabelecidos. Não é necessário passar por um processo de reabilitação ou provar que reparou os danos causados.

Essa súmula tem o objetivo de garantir a plena participação política dos cidadãos após o cumprimento de suas penas criminais, respeitando o princípio da presunção de ressocialização e reintegração na sociedade após o cumprimento da pena estabelecida pela justiça.

GABARITO ERRADO

43 - A fraude à cota de gênero, que pode ser apurada mediante AIJE, enseja a cassação de todas as candidaturas beneficiadas pela fraude.

Comentário

Tema quente e, atualmente, é um dos mais discutidos em direito eleitoral. A fraude à cota de gênero é tema com alta probabilidade de aparecer na prova do TSE-Unificado.

Em suma:

É constitucional o entendimento jurisprudencial do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) segundo o qual é:

i) cabível a utilização da Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) para apuração de fraude à cota de gênero; e

ii) imperativa a cassação do registro ou do diploma de todos os candidatos beneficiados por essa fraude.

STF. Plenário. ADI 6338/DF, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 03/04/2023 (Info 1089).

Vamos entender o julgado? Para isso, vamos fazer a leitura do site DIZER O DIREITO:

Cota de gênero

A cota de gênero, atualmente prevista no art. 10, §3º, da Lei nº 9.504/97, consiste na obrigação de o partido reservar, pelo menos, 30% de candidaturas aos cargos proporcionais para cada sexo (masculino ou feminino). Veja:

Art. 10. Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até 100% (cem por cento) do número de lugares a preencher mais 1 (um).

(...)

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.

Como funciona, na prática

Para entender como funciona essa cota na prática, vejamos a seguinte situação hipotética, com números exatos e sem sobras, para facilitar o entendimento:

Em um pequeno município do interior, o partido Alfa realizou convenção partidária para escolha de seus candidatos. Nessa convenção, apresentaram-se cinco pré-candidatos para o cargo de vereador, sendo quatro do sexo masculino (candidatos A, B, C e D) e uma do sexo feminino (candidata X).

Nesse exemplo, indaga-se: seria possível o registro desses candidatos?

NÃO. Isso porque o percentual de candidaturas femininas, neste caso, corresponderia a apenas 20% do total de candidatos (1 de 5 candidaturas).

Neste cenário, restaria ao partido duas possibilidades para satisfazer a exigência legal:

- 1) registrar mais uma candidatura feminina; ou
- 2) deixar de registrar duas candidaturas masculinas.

Adotando qualquer uma dessas duas possibilidades, o percentual ficaria acima do mínimo de 30%.

Acontece que, por ser uma eleição muito disputada, o partido Alfa queria lançar o maior número de candidaturas possível, pois dependeria de todos esses votos para elevar o quociente partidário e assim conseguir um maior número de cadeiras.

Como solução, o Partido Alfa resolveu registrar a candidata Y, esposa de um dos outros candidatos, que, embora filiada, até então nunca havia se envolvido na política, nem tinha pretensões de se candidatar ou fazer campanha eleitoral. A candidatura somente foi formalizada para atender o percentual mínimo de 30% da cota de gênero.

O partido então submeteu o pedido de registro de candidatura ao juiz eleitoral, lembrando que a candidata Y foi registrada apenas para satisfazer o número mínimo exigido pela cota de gênero.

Esse registro, na prática, funciona da seguinte forma: o partido encaminha o Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários – DRAP, no qual o juiz analisa a regularidade do partido, da convenção partidária e dos demais requisitos legais, inclusive a cota de gênero. Caso deferido o DRAP, o juiz passa a analisar individualmente os requerimentos de registro - RRC vinculados a esse DRAP.

Como o DRAP atendia a cota de gênero, pois foram indicadas quatro candidaturas masculinas (Candidatos A, B, C e D) e duas femininas (Candidatas X e Y), o pedido foi deferido. Em seguida, foram também deferidas todas as candidaturas do partido.

Deu-se, então, início à campanha eleitoral.

Após o pleito, em uma disputa por nove cadeiras, computou-se na circunscrição eleitoral um total de nove mil votos válidos.

O partido Alfa obteve o seguinte desempenho:

CANDIDATO	NÚMERO DE VOTOS
CANDIDATO A	1.000
CANDIDATA X	500
CANDIDATO B	250

CANDIDATO C	150
CANDIDATO D	100
CANDIDATA Y	0
	TOTAL DE VOTOS DO PARTIDO: 2.000 votos

Como se trata de eleição para o cargo de vereador, o número de cadeiras obtido pelo partido deve ser calculado segundo o **sistema proporcional**.

Nesse sistema, calcula-se inicialmente o quociente eleitoral, na forma do art. 106, do Código Eleitoral:

Art. 106. Determina-se o quociente eleitoral dividindo-se o número de votos válidos apurados pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, equivalente a um, se superior.

No nosso exemplo, o quociente eleitoral será obtido a partir da divisão entre o número de votos válidos (9 mil) pelo número de cadeiras (9 cadeiras). No nosso exemplo, portanto, o quociente eleitoral seria 1.000.

Dizendo de uma forma bem simples, pode-se afirmar que, nesse exemplo, cada cadeira em disputa corresponderia a 1.000 votos. Esse é o quociente eleitoral.

Em seguida, passamos para o cálculo do quociente partidário, ou seja, a quantidade de cadeiras obtidas pelo partido. O cálculo é feito na forma do art. 107, do Código Eleitoral:

Art. 107. Determina-se para cada partido o quociente partidário dividindo-se pelo quociente eleitoral o número de votos válidos dados sob a mesma legenda, desprezada a fração. (Redação dada pela Lei nº14.211, de 2021)

No nosso exemplo, vamos pegar a votação total obtida pelo partido, que, no nosso caso, foi 2.000 votos, e dividi-lo pelo quociente eleitoral, que corresponde ao número de votos de cada cadeira (1.000).

O quociente partidário do Partido Alfa, portanto, é 2 (2.000 dividido por 1.000). Assim, pelo quociente partidário, o Partido Alfa conquistou duas cadeiras.

Logo, estarão eleitos os dois candidatos mais votados desse partido, quais sejam: Candidato A e a Candidata X, figurando como suplentes os demais.

Note-se, ainda, que a candidata Y, como já se esperava, não obteve nenhum voto. No entanto, sua candidatura possibilitou o registro de outras candidaturas masculinas que contribuíram para elevação do quociente partidário e permitiram a obtenção da segunda cadeira pelo partido.

AIJE proposta por partido adversário

O Partido Beta, adversário, percebeu que a candidata Y não tinha feito campanha e sequer obteve o próprio voto.

Por essa razão, após a proclamação dos resultados e antes da diplomação, o Partido Beta ingressou com uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral – AIJE contra o Partido Alfa, argumentando que o partido investigado teria fraudado a cota de gênero.

Nessa ação, o Partido Beta alegou e comprovou que a candidata Y:

- 1) não realizou nenhum ato de campanha;
- 2) não obteve nenhum voto;
- 3) apresentou prestação de contas zerada, ou seja, sem registro de nenhuma despesa;
- 4) não confeccionou propaganda eleitoral;
- 5) tinha parentesco com candidato do próprio partido, e;
- 6) publicou postagens em sua rede social fazendo propaganda para outro candidato que, em tese, seria seu adversário.

O autor requereu a procedência da AIJE para que fosse reconhecida a fraude e, em consequência, fossem cassadas todas as candidaturas da chapa, bem como aplicada a sanção de inelegibilidade, nos termos do art. 22, XIV, da Lei Complementar 64/90.

Inicialmente, indaga-se: é possível investigar fraude à cota de gênero por meio da AIJE? Essa AIJE teria chances de êxito?

SIM.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) admite que a fraude de gênero seja apurada tanto em sede de AIJE, como também em Ação de Impugnação de Mandato Eletivo - AIME:

1. O Tribunal Superior Eleitoral firmou o entendimento, em recente julgado, de que é possível a apuração de fraude em Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE), por constituir tipo de abuso de poder, cujas consequências são a cassação dos mandatos dos eleitos e dos diplomas dos suplentes e não eleitos e a declaração de inelegibilidade dos diretamente envolvidos na fraude. (TSE - RESPE - Recurso Especial Eleitoral nº 74789 - GEMINIANO – PI - Acórdão de 04/02/2020 - Relator(a) Min. Edson Fachin - Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 161, Data 13/08/2020, Página 218-225)

É firme a Jurisprudência desta CORTE SUPERIOR ELEITORAL no sentido de admitir a propositura de Ação de Impugnação de Mandato Eletivo para apurar violação à cota de gênero.

TSE REspEI - Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 190 - GOUVELÂNDIA – GO - Acórdão de 16/12/2021 - Relator(a) Min. Alexandre de Moraes)

Também de acordo com a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, a AIJE teria chances de êxito, pois admite-se o reconhecimento da fraude de gênero quando comprovadas circunstâncias que, somadas, permitem concluir que houve registro de candidaturas inviáveis, com único propósito de atender formalmente a cota de gênero.

Vejamos um julgado muito parecido com o caso em análise:

3. No caso, a moldura fática do acórdão Regional, delimitada a partir de conteúdo probatório contundente (documentos, oitiva de testemunhas e o depoimento pessoal das requeridas), é incontroverso que: (i) 4 (quatro) das cinco candidatas não obtiveram nenhum voto (percentual que corresponde a 80% das candidaturas femininas registradas); (ii) não realizaram nenhum ato de campanha; (iii) apresentaram prestações de contas zeradas; (iv) não tiveram os nomes mencionados nos atos de propaganda eleitoral dos candidatos da coligação e (v) há parentesco entre uma delas e candidato da Coligação. Diante do quadro retratado, está bastante claro que as candidatas foram cooptadas para compor a cota mínima legal.

(TSE - 0000001-90.2017.6.09.0046 - REspEI - Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 190 - GOUVELÂNDIA – GO - Acórdão de 16/12/2021 - Rel. Min. Alexandre de Moraes – Publicação: 04/02/2022)

Superada a primeira indagação, vejamos o segundo questionamento: qual seria a consequência da procedência da AIJE?

De acordo com a jurisprudência do TSE, o reconhecimento da fraude de gênero implica na desconstituição do registro e anulação dos votos atribuídos a todos os candidatos do partido. Isso significa que o Partido Alfa perderá as duas cadeiras que conquistou.

Segundo entendimento do TSE, o registro de candidaturas fictícias, unicamente para atender a cota de gênero, contrapõe-se às finalidades da política afirmativa, propiciando uma falsa competição pelo voto popular. Por essa razão, devem ser cassados os registros ou diplomas de todos os candidatos que compuseram a chapa, independente de prova da sua participação ou anuência no evento fraudulento.

Confira:

8. Caracterizada a fraude e, por conseguinte, comprometida a disputa, não se requer, para fim de perda de diploma de todos os candidatos beneficiários que compuseram as coligações, prova incontestada de sua participação ou anuência, aspecto subjetivo que se revela imprescindível apenas para impor a eles inelegibilidade para eleições futuras. Precedentes.

9. Indeferir apenas as candidaturas fraudulentas e as menos votadas (feito o recálculo da cota), preservando-se as que obtiveram maior número de votos, ensejaria inadmissível brecha para o registro de "laranjas", com verdadeiro incentivo a se "correr o risco", por inexistir efeito prático desfavorável.

10. O registro das candidaturas fraudulentas possibilitou maior número de homens na disputa, cuja soma de votos, por sua vez, contabilizou-se para as respectivas alianças, culminando em quociente partidário favorável a elas (art. 107 do Código Eleitoral), que puderam então registrar e eleger mais candidatos.

11. O círculo vicioso não se afasta com a glosa apenas parcial, pois a negativa dos registros após a data do pleito implica o aproveitamento dos votos em favor das legendas (art. 175, §§ 3º e 4º, do Código Eleitoral), evidenciando-se, mais uma vez, o inquestionável benefício auferido com a fraude.

12. A adoção de critérios diversos ocasionaria casuismo incompatível com o regime democrático.

(TSE - RESPE - Recurso Especial Eleitoral nº 19392 - VALENÇA DO PIAUÍ – PI - Acórdão de 17/09/2019 - Relator(a) Min. Jorge Mussi)

Atualmente, esse entendimento encontra-se materializado na Resolução TSE 23.609/2019:

Art. 20. Os pedidos de registro serão compostos pelos seguintes formulários gerados pelo CANDex:

(...)

§ 5º A conclusão, nas ações referidas no § 1º deste artigo, pela utilização de candidaturas femininas fictícias, acarretará a anulação de todo o DRAP e a cassação de diplomas ou mandatos de todas as candidatas e de todos os candidatos a ele vinculados, independentemente de prova de sua participação, ciência ou anuência, com a consequente retotalização dos resultados e, se a anulação atingir mais de 50% (cinquenta por cento) dos votos da eleição proporcional, a convocação de novas eleições. (Incluído pela Resolução nº 23.675/2021)

Mas um dos eleitos é a Candidata X. Seria possível cassar uma candidatura do sexo feminino por fraude à cota de gênero?

SIM. Como a fraude à cota de gênero atinge o DRAP, que precede o registro de candidatura, são atingidos todos os registros ou diploma a ele (DRAP) vinculados, independente do sexo do candidato.

O debate acima explicado foi levado ao STF

Conforme já dito, o entendimento acima explicado prevalece há algum tempo no TSE. Alguns partidos, no entanto, não concordaram com o fato de as sanções alcançarem todos os candidatos da chapa. Para esses partidos, a sanção deveria recair unicamente sobre as candidaturas fictícias.

Transportando parte dessas críticas ao nosso caso hipotético, podemos citar:

- O Candidato A obteve votação expressiva e sua eleição não dependeu dos votos proporcionados pela Candidata Y;
- Com o reconhecimento da fraude, uma candidata acabou por perder o cargo conquistado, circunstância que, segundo esses críticos, estaria em conflito com as finalidades da política afirmativa;

- Não seria justo que os demais candidatos fossem punidos sem prova de que contribuíram ou anuíram com a prática ilegal.

Em razão disso, um desses partidos (Partido Solidariedade – SD) ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade questionando a interpretação dada pelo TSE ao art. 10, §3º, da Lei 9.504/97 c/c art. 22, XIV, da CF/88.

Queria que o STF, através das técnicas de “interpretação conforme a Constituição” e “inconstitucionalidade parcial sem redução de texto”, assentasse que, nas hipóteses de reconhecimento de fraude às candidaturas femininas em sede de AIJE, ocorresse apenas a cassação dos responsáveis pela prática abusiva e a punição da agremiação que selecionou candidatos laranjas para compor sua chapa, isentando-se de qualquer responsabilização as candidatas e candidatos eleitos que não tenham contribuído ou consentido para a consecução do abuso que conduziu à cassação de todos os integrantes da chapa.

Como fundamento, entre outros, alegou que a cassação de todas as candidaturas do partido envolvido na fraude acabaria por afetar outras candidatas que tenham concorrido de boa fé e que não tivessem participado, de forma comissiva ou omissiva, para a prática do ato.

Assim, o entendimento produziria um resultado concreto que, ao invés de promover, enfraqueceria a ação afirmativa de fomento à participação política feminina (incidiria a teoria do impacto desproporcional).

Na visão do partido autor da ADI, seria um contrassenso adotar postura rigorosa de proteção da política de cotas e retirar do certame candidatas eleitas que compuseram as coligações, sem demonstração de sua efetiva participação ou anuência na fraude.

Para o partido requerente, a jurisprudência do TSE estaria criando uma hipótese de responsabilidade objetiva na seara eleitoral, o que seria vedado pela Constituição Federal.

Representaria, ainda, ofensa ao princípio da proporcionalidade, porquanto as sanções ultrapassariam as candidaturas envolvidas na fraude.

Alegou, ainda, que os Demonstrativos de Regularidade de Atos Partidários - DRAP, documento no qual os partidos formalizam as candidaturas e demonstram cumprimento das cotas de gênero, são assinados somente pelos presidentes dos partidos, sem interferência dos candidatos.

Dessa forma, a atual postura do TSE repercutiria indevidamente na esfera jurídica dos candidatos, pois criaria, para eles, a obrigação de fiscalizar todas as escolhas de candidaturas de seu partido para tentar descobrir se as cotas de gênero estão sendo cumpridas, além da obrigação de fiscalizar as candidaturas femininas dos demais partidos, para saber se elas estão fazendo campanha eleitoral.

Esse ônus faria com que houvesse um completo desincentivo à participação política, agravando ainda mais o cenário de sub-representação política das mulheres.

Assim, em conclusão, defendeu o partido que as sanções deveriam recair somente sobre as candidaturas fictícias.

No nosso exemplo acima mencionado, caso prevalecesse a tese do partido autor da ADI, a sanção recairia unicamente sobre a Candidata Y e sobre o partido, mantendo-se hígdas as demais candidaturas e cadeiras conquistadas.

O Supremo Tribunal Federal concordou com esses argumentos? O pedido na ADI foi julgado procedente?

NÃO.

Inicialmente, o STF destacou que, mesmo com as políticas afirmativas até então implementadas, o cenário de desequilíbrio entre homens e mulheres ainda se mostra muito acentuado.

De acordo com a Suprema Corte, fraudar a cota de gênero – consubstanciada no lançamento fictício de candidaturas femininas – materializa conduta transgressora da cidadania (art. 1º, II, da CF/88), do pluralismo político (art. 1º, V, da CF/88), da isonomia (art. 5º, I, da CF/88), além de, ironicamente, subverter uma política pública criada pelos próprios membros (eleitos) das agremiações partidárias.

A fraude à cota de gênero é ato de extrema gravidade pois tem efeito drástico e perverso na legitimidade, na normalidade e na lisura das eleições e na formação da vontade do eleitorado, isso porque permite aos partidos lançar um número maior de candidatos sem o percentual mínimo estipulado em lei, elevando assim o quociente partidário e, conseqüentemente, o número de cadeiras alcançadas.

Por essa razão, a exclusão apenas das candidaturas fraudulentas, como pleiteia o partido, implicaria no aumento do número de candidaturas masculinas efetivas. Em consequência, a sanção restaria esvaziada, pois a mera anulação dos votos dessas candidaturas fictícias – que

receberam poucos ou nenhum voto – não teria impacto significativo no quociente partidário, de forma que o partido continuaria se beneficiando da fraude.

Ademais, a anulação de todos os votos atribuídos ao partido no qual se verificou a fraude se mostra proporcional em relação à dinâmica do processo eleitoral, pois a análise da cota de gênero é feita no DRAP, que precede o registro de candidatura.

Nesse passo, se um partido submete um DRAP sem observar a cota de gênero, a consequência será o indeferimento desse DRAP, prejudicando as candidaturas a ele vinculadas. Logo, se reconhecido que uma candidatura feminina registrada era fictícia, ou seja, nasceu irregular, a consequência deve necessariamente ser a mesma, ou seja, a desconstituição do DRAP e consequentemente das candidaturas a ele vinculadas.

Entender de modo diverso seria dar tratamento mais benéfico ao lançamento das candidaturas fictícias, de modo a incentivar práticas ilegais e fraudulentas.

Demais disso, o acolhimento da pretensão do partido acarretaria o esvaziamento da sanção imposta e os partidos deixariam de ter a expectativa de real e efetiva punição.

Assim, segundo o STF, a regra perderia seu caráter transformador de condutas, pois, dispor sobre cotas de gênero, mas não aplicar a punição a todos os beneficiados, tornaria inócua e sem razão de ser a legislação.

Quanto ao papel dos demais candidatos da coligação, o STF consignou que a eles compete, juntamente com os demais integrantes e representantes, monitorar, controlar e fiscalizar os atos empreendidos por suas agremiações, principalmente no âmbito das eleições proporcionais, pois os atos partidários beneficiam a todos, de forma que não há que se falar em responsabilidade objetiva.

Por fim, o acórdão assentou que a teoria do impacto desproporcional não teria aplicabilidade à hipótese, dada a necessidade de punição rigorosa das condutas fraudulentas e o imperativo legal de cassação de registro ou de diploma de todos os beneficiados.

Com esses argumentos, o STF concluiu ser constitucional a regra prevista no art. 20, § 5º, Resolução/TSE 23.609/2019, incluído pela Resolução/TSE 23.675/2021, que estabelece, de modo claro e inequívoco, que, a constatação de fraude às cotas de gênero, acarretará a anulação de todo o DRAP e a cassação de diplomas ou mandatos de todas as candidatas e de todos os candidatos a ele vinculados, independentemente de prova de sua participação, ciência ou anuência.

Em suma:

É constitucional o entendimento jurisprudencial do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) segundo o qual é:

i) cabível a utilização da Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) para apuração de fraude à cota de gênero; e

ii) imperativa a cassação do registro ou do diploma de todos os candidatos beneficiados por essa fraude.

STF. Plenário. ADI 6338/DF, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 03/04/2023 (Info 1089).

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. A fraude à cota de gênero, que pode ser apurada mediante AIJE, enseja a cassação de todas as candidaturas beneficiadas pela fraude. Buscador Dizer o Direito, Manaus. Disponível em: <<https://buscador.dizerodireito.com.br/jurisprudencia/detalhes/9a32ef65c42085537062753ec435750f>>. Acesso em: 21/11/2023

GABARITO CERTO

44 – De acordo com o Código Eleitoral, para o efeito da inscrição, é domicílio eleitoral o lugar de residência ou moradia do requerente, e, verificado ter o alistando mais de uma, considerar-se-á domicílio qualquer delas.

Comentário

Nos termos do parágrafo único do art. 42 do Código Eleitoral:

Art. 42 (...)

Parágrafo único. Para o efeito da inscrição, é domicílio eleitoral o lugar de residência ou moradia do requerente, e, verificado ter o alistando mais de uma, considerar-se-á domicílio qualquer delas.

DOMICÍLIO ELEITORAL

Uma das mais antigas e conhecidas lições do direito eleitoral preconiza que o domicílio eleitoral não se confunde com o domicílio civil.

O próprio TSE já asseverou que: “O domicílio eleitoral não se confunde, necessariamente, com o domicílio civil. A circunstância de o eleitor residir em determinado município não constitui obstáculo a que se candidate em outra localidade onde é inscrito e com a qual mantém vínculos (negócios, propriedades, atividades políticas).

A expressão DOMICÍLIO ELEITORAL é tratada de forma MAIS AMPLA que DOMICÍLIO CIVIL. De fato, basta que o cidadão apresente vínculos ou interesses profissionais, patrimoniais, comunitários, familiares, políticas ou comerciais com determinada localidade para que venha a requerer a sua inscrição eleitoral e ali vir a ser eleitor ou até candidato.

Nesse sentido, é o art. 23 da Res. 23.659/2021:

Art. 23. Para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município.

O domicílio eleitoral poderá ser comprovado mediante a apresentação de um documento, tal como, por exemplo, uma conta de água, de energia, de telefone ou de gás.

E se a pessoa tiver diversos domicílios eleitorais? A sua inscrição eleitoral poderá ser realizada em qualquer deles.

GABARITO CERTO

45 – De acordo com a Lei nº 9.504/1997, para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de seis meses e estar com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo. Havendo fusão ou incorporação de partidos após este prazo, será considerada, para efeito de filiação partidária, a data de filiação do candidato ao partido de origem.

Comentário

Nos termos do art. 9º e seu parágrafo único:

Art. 9º Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de seis meses e estar com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo. (Redação dada pela Lei nº 13.488, de 2017)

Parágrafo único. Havendo fusão ou incorporação de partidos após o prazo estipulado no caput, será considerada, para efeito de filiação partidária, a data de filiação do candidato ao partido de origem.

GABARITO CERTO

46 – De acordo com a Lei nº 9.096/1995, os prazos de filiação partidária não podem ser objeto do estatuto dos partidos políticos.

Comentário

Os prazos de filiação podem sim ser objetos do estatuto de um partido político, que, aliás, pode estabelecer prazo superior ao da legislação:

Art. 20. É facultado ao partido político estabelecer, em seu estatuto, prazos de filiação partidária superiores aos previstos nesta Lei, com vistas a candidatura a cargos eletivos.

Parágrafo único. Os prazos de filiação partidária, fixados no estatuto do partido, com vistas a candidatura a cargos eletivos, não podem ser alterados no ano da eleição.

GABARITO ERRADO

47 – Conforme entendimento do Tribunal Superior Eleitoral, no processo de registro de candidatos, o partido que não o impugnou não tem legitimidade para recorrer da sentença que o deferiu, ainda que se trate de matéria constitucional.

Comentário

O ITEM ESTÁ ERRADO, pois se a questão tratar de matéria constitucional, o partido terá legitimidade sim:

Súmula-TSE nº 11

No processo de registro de candidatos, o partido que não o impugnou não tem legitimidade para recorrer da sentença que o deferiu, salvo se se cuidar de matéria constitucional.

Essa súmula estabelece que um partido político que não tenha apresentado uma impugnação contra o registro de um candidato durante o processo eleitoral não terá legitimidade para recorrer da sentença que tenha deferido o registro desse candidato, a menos que a questão em debate seja de natureza constitucional.

Em outras palavras, se um partido não contestou o registro de um candidato no momento apropriado durante o processo, ele não poderá posteriormente recorrer da decisão que deferiu o registro desse candidato, a menos que a controvérsia envolva questões constitucionais. Essa súmula visa estabelecer regras claras e procedimentos ágeis no processo de registro de candidaturas, evitando que partes que não se manifestaram oportunamente possam atrasar ou questionar o processo de maneira inconveniente.

GABARITO ERRADO

48 - Kiara é Ministra do Tribunal Superior Eleitoral. Glauber, parente por afinidade de Kiara em segundo grau, é cidadão brasileiro, advogado há 15 anos, possui notável saber jurídico e idoneidade moral e deseja compor o mesmo Tribunal que Kiara integra. Considerando as informações apenas indicadas neste enunciado, de acordo com o Código Eleitoral, Glauber não poderá fazer parte do Tribunal Superior Eleitoral em razão do parentesco que possui com Kiara.

Comentário

Glauber, pela sua qualificação, poderia fazer parte do TSE, já que o Presidente da República pode nomear 2 juízes dentre 6 advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo STF:

Art. 119. O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos:

I - mediante eleição, pelo voto secreto:

a) três juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal;

b) dois juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça;

II - por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e o Corregedor Eleitoral dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

Contudo, Glauber é parente de segundo grau de Kiara, por afinidade, sendo certo que o Código Eleitoral veda a participação de pessoas com parentesco até o 4º Grau:

Art.16, § 1º - Não podem fazer parte do Tribunal Superior Eleitoral cidadãos que tenham entre si parentesco, ainda que por afinidade, até o quarto grau, seja o vínculo legítimo ou ilegítimo, excluindo-se neste caso o que tiver sido escolhido por último.

GABARITO CERTO

49 – De acordo com a resolução nº 23.659/2021, a certidão de regularidade em relação à obrigação de prestar contas à Justiça Eleitoral só pode ser requerida ao Juízo da zona eleitoral que a pessoa se encontra inscrita eleitora.

Comentário

O item está errado, pois pode ser requerida ao juízo de qualquer zona eleitoral, ainda que diversa daquela em que a pessoa se encontra inscrita eleitora, ou obtidas na página da Justiça Eleitoral:

Art. 3º É assegurada ao cidadão e à cidadã a emissão de certidão que reflita sua situação atual no Cadastro Eleitoral, com a necessária especificidade ao exercício de direitos, devendo ser disponibilizada, de forma automática no sistema, a geração de certidões relativas a:

I - inscrição e domicílio eleitorais;

II - pleno gozo, perda ou suspensão dos direitos políticos;

III - facultatividade do exercício do voto;

IV - regularidade do exercício do voto, justificativa ou pagamento da multa no último turno da última eleição;

V - regularidade do comparecimento às urnas ou pagamento da multa pela ausência e do atendimento às convocações para os trabalhos eleitorais;

VI - inexigibilidade da obrigação de votar, em decorrência de impedimento legal ao exercício do voto;

VII - isenção da sanção decorrente do não cumprimento das obrigações eleitorais de alistamento ou de comparecimento às urnas, em razão de deficiência ou condição que torne impossível ou demasiadamente oneroso o cumprimento daquelas obrigações;

VIII - atendimento a convocação para os trabalhos eleitorais;

IX - inexistência, pagamento ou regular parcelamento de multas aplicadas por decisão definitiva da Justiça Eleitoral e não remetidas; X - crimes eleitorais;

XI - regularidade em relação à obrigação de prestar contas à Justiça Eleitoral;

XII - quitação eleitoral para fins de instrução de registro de candidatura, abrangendo a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar nos trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, e a apresentação de contas de campanha eleitoral; e

XIII - ocorrência de hipóteses que possam constituir base de incidência de inelegibilidade.

(...)

§ 2º As certidões de que tratam os incisos do caput deste artigo poderão ser requeridas ao juízo de qualquer zona eleitoral, ainda que diversa daquela em que a pessoa se encontra inscrita eleitora, ou obtidas na página da Justiça Eleitoral.

GABARITO ERRADO

50 - De acordo com a resolução nº 23.659/2021, O Tribunal Superior Eleitoral poderá firmar acordos de cooperação com entidades públicas ou privadas, visando à ampliação, transferência ou aproveitamento de dados biométricos, ouvida a Corregedoria-Geral Eleitoral.

Comentário

O item está certo, pois está de acordo com o § 4º do art. 9º da Resolução:

Art. 9º

(...)

§ 4º O Tribunal Superior Eleitoral poderá firmar acordos de cooperação com entidades públicas ou privadas, visando à ampliação, transferência ou aproveitamento de dados biométricos, ouvida a Corregedoria-Geral Eleitoral.

GABARITO CERTO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Acerca da Administração Pública, julgue os itens a seguir.

51 - A organização formal moderna caracteriza-se por grupos formados a partir de interesses, atitudes e comportamentos comuns, inspirados por formadores de opinião e influenciadores de atitudes.

Comentário

INCORRETO. Essa é a organização informal. Segundo Chiavenato, a organização pode ser visualizada sob dois aspectos:

A) Organização formal: é a organização baseada em uma divisão do trabalho racional, na diferenciação e integração dos participantes de acordo com algum critério estabelecido por aqueles que detêm o processo decisório. É a organização planejada, que está no papel. Geralmente é aprovada pela direção e comunicada a todos os participantes por meio de manuais de organização, descrições de cargos, organogramas, regras e regulamentos etc. Em outros termos, é a organização formalizada oficialmente.

B) Organização informal: é a organização que emerge espontânea e naturalmente entre as pessoas que ocupam posições na organização formal e a partir dos relacionamentos como ocupantes de cargos. Forma-se com base nas relações de amizade (ou de antagonismos) e do surgimento de grupos informais que não aparecem no organograma ou em qualquer outro documento formal. Assim, a organização informal é constituída de interações e relacionamentos sociais entre as pessoas em função de suas atividades na organização formal. A organização informal surge a partir das relações e interações impostas pela organização formal para o desempenho das atividades. Todavia, a organização informal transcende e ultrapassa a formal em vários aspectos, como:

Duração: enquanto a organização formal está confinada ao horário de trabalho, a organização informal pode prolongar-se para os períodos de lazer ou tempos livres das pessoas.

Localização: enquanto a organização formal está circunscrita a um local físico determinado, a organização informal pode ocorrer em qualquer local, dentro ou fora da empresa.

Assuntos: a organização formal limita-se aos interesses da empresa, enquanto a informal abrange todos os interesses comuns das pessoas envolvidas.

Perceba que é a organização informal que abrange todos os interesses, atitudes e comportamento comuns das pessoas, os quais são inspirados por formadores de opinião e influenciadores de atitudes.

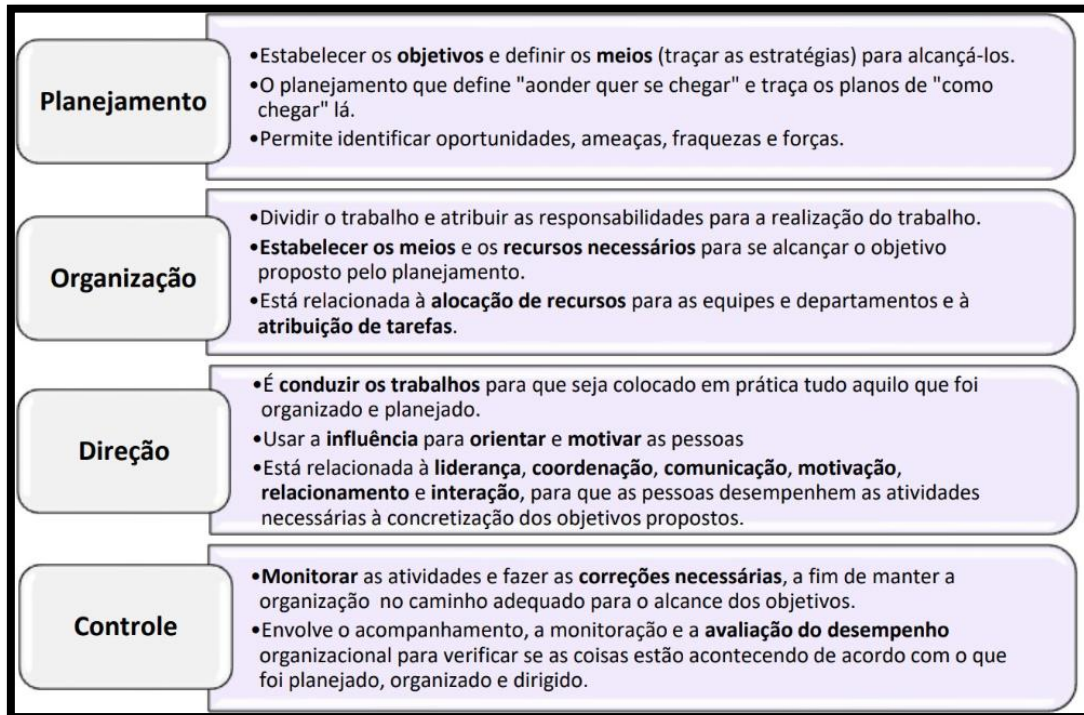
GABARITO ERRADO

52 - Planejamento, organização, direção e controle são considerados funções básicas e interdependentes na administração das organizações modernas.

Comentário

De acordo com Chiavenato, o processo administrativo é composto pelas seguintes funções administrativas:

Planejamento, Organização, Direção e Controle (mnemônico: PODC – “pódicê”).



EXEMPLO PRÁTICO:

Você decidiu que quer viajar para a Disney e, para isso, precisará trabalhar em dois empregos. Portanto, este é o seu planejamento: viajar para Disney (você definiu o objetivo) e trabalhar em dois empregos (definiu os meios necessários para atingir o objetivo).

Começa a procurar passagens aéreas, buscar o valor dos hotéis e dos parques e organiza quantos dias vai ficar em cada lugar. Descobre que serão necessários 3 mil reais para passagens aéreas, 4 mil reais para parques, 6 mil reais para hotel e 2 mil reais para alimentação. Estabelece que, para juntar dinheiro, das 7:00 as 13:00 trabalhará na padaria, e das 14:00 as 20:00 trabalhará na lanchonete. Você está organizando de que forma realizará seu objetivo, ou seja, está estabelecendo os recursos necessários, está estabelecendo os meios e, por fim, está alocando os recursos disponíveis.

Está motivado e emprega todos os seus esforços para colocar em prática tudo que você planejou e organizou. Podemos dizer que essa é a etapa da direção, a qual está intimamente ligada à

motivação e à condução dos trabalhos (você está colocando em prática o que planejou e organizou).

Por fim, não basta que você tenha dois empregos e ganhe bastante dinheiro, você deve controlar os seus gastos, monitorar e avaliar o seu desempenho profissional (para não ser demitido), além de monitorar os valores das passagens e do hotel (para verificar se eles não estão subindo e saindo do seu orçamento). Ou seja, você acompanha se tudo está acontecendo conforme você planejou, organizou e dirigiu, para que, ao final, o seu objetivo de ir à Disney seja realizado. Esta é a função de controle.

GABARITO CERTO

53 - Organização é a forma que assume toda a associação humana para atingir um objetivo comum.

Comentário

Organização é a forma que assume toda associação humana para atingir um objetivo comum. Edgar Schein define organização como a **coordenação racional das atividades de certo número de pessoas, que desejam alcançar um objetivo comum e explícito, mediante a divisão das funções e do trabalho e por meio da hierarquização da autoridade e da responsabilidade.**

Podemos, portanto, concluir que para que exista organização é preciso que exista:

- (a) objetivo;
- (b) divisão de trabalho;
- (c) fonte de autoridade (formal ou informal);
- (d) relações entre pessoas e grupos.

Fonte: Lacombe, Francisco. Teoria geral da administração. Disponível em: Minha Biblioteca, SRV Editora LTDA, 2009.

GABARITO CERTO

54 - Na dimensão estrutural, a função organização encarrega-se de agrupar as atividades, dividir o trabalho em tarefas e distribuí-las entre as unidades organizacionais.

Comentário

INCORRETO. É a dimensão operacional que se encarrega de agrupar as atividades, dividir o trabalho em tarefas e distribuí-las entre as unidades organizacionais.

A Função Administrativa Organização pode ser analisada sob as óticas estrutural, dos recursos e do processo operacional.

DIMENSÃO ESTRUTURAL	determina quais as FUNÇÕES e ATIVIDADES que necessitam ser definidas e programadas para que as atividades fins possam ser realizadas e os resultados alcançados sejam satisfatórios
DIMENSÃO OPERACIONAL	AGRUPAR as atividades, DIVIDIR o trabalho em tarefas, DISTRIBUIR as tarefas entre as áreas que integram a estrutura e ATRIBUIR responsabilidades, prazos, metas e objetivos para cada uma das unidades que integram a estrutura organizacional.
RECURSOS PRODUTIVOS	relacionada a grade de recursos que possibilitará o funcionamento da Organização de produção, de acordo com os objetivos pré-definidos.

GABARITO ERRADO

55 - Nas organizações horizontalizadas, com poucos níveis administrativos, quando comparadas com organizações com muitos níveis administrativos, as oportunidades de promoção são mais raras, mas, em contrapartida, as decisões são mais rápidas e o processo de comunicação é mais fluido, com menos distorções.

Comentário

O item está certo Segundo Chiavenato:

1) ORGANIZAÇÕES ALTAS E VERTICALIZADAS

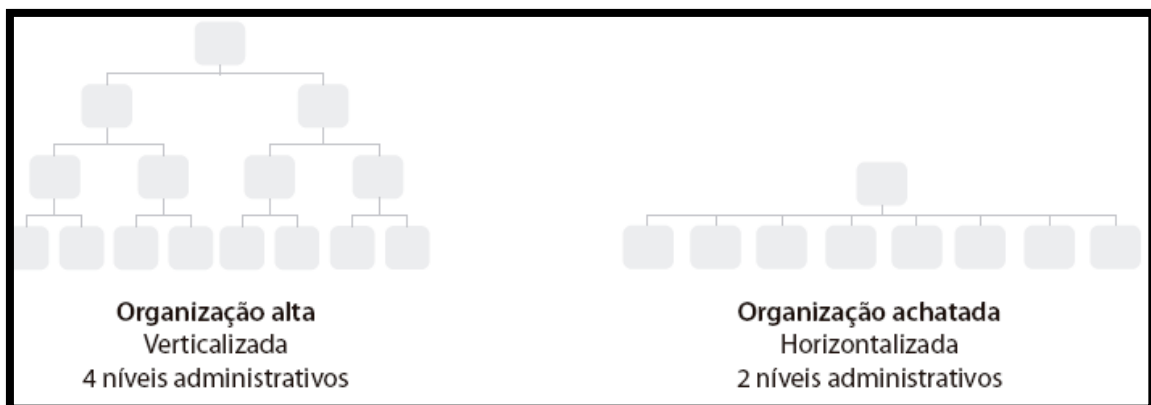
As organizações altas e verticalizadas caracterizam-se por muitos níveis administrativos e hierarquia alongada em uma configuração que se assemelha a de uma pirâmide, o modelo tradicional de organização. Suas características são:

- Como a média da amplitude de controle é mais estreita, a carga de supervisão é menor para cada gestor. Isso significa maior contato com os subordinados e promove unidades de trabalho mais coesas e com mais produtividade e qualidade em função da perfeita compreensão dos procedimentos de trabalho pelos funcionários.

- Há mais oportunidades para promoções, pois existem mais passos na escada hierárquica para serem alcançados.

- A comunicação é mais lenta e, devido a muitos pontos intermediários na cadeia de comunicação que provocam distorções, a informação tende a ser mais filtrada e censurada à medida que sobe ou desce nos níveis hierárquicos. Muitos gestores omitem fatos dos funcionários porque pensam que eles não precisam conhecê-los, quando é importante que tais fatos sejam conhecidos por todos.

- As decisões são mais demoradas porque a estrutura alongada requer mais passos intermediários entre as fronteiras funcionais.



2) ORGANIZAÇÕES ACHATADAS E HORIZONTALIZADAS

Organizações achatadas e horizontalizadas caracterizam-se por poucos níveis administrativos, hierarquia baixa e pelo fato de a base estar mais próxima do topo da organização. Suas características principais são:

- A comunicação que corre pela organização é mais rápida e sofre menos distorções.

- **As decisões são tomadas mais agilmente**, o que permite maior rapidez em responder aos clientes ou aos desafios da situação.

- As pessoas dos níveis mais baixos sentem-se mais próximas da cúpula.
- As pessoas sentem-se mais autossuficientes no nível em que o trabalho é executado.
- **Com poucos níveis hierárquicos, as oportunidades para promoção ficam reduzidas.** Há que se pensar em alternativas de enriquecimento horizontal: transferências.

GABARITO CERTO

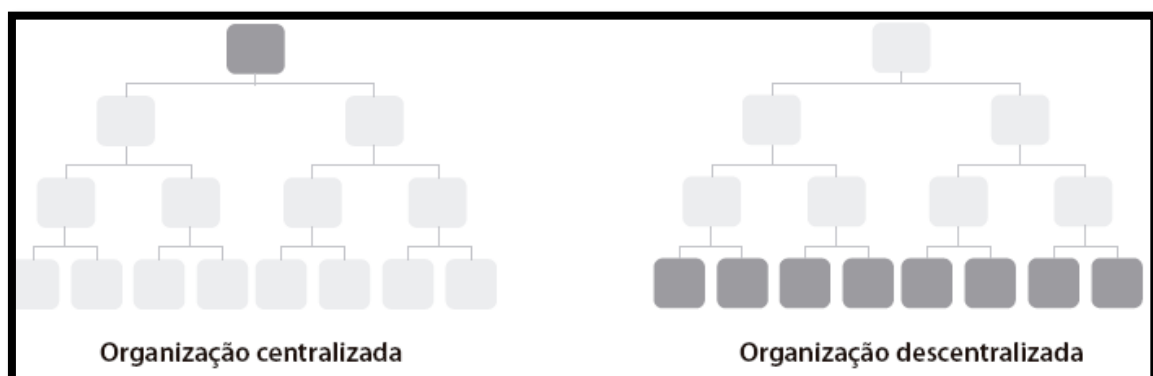
56 - Em organizações altamente centralizadas, o fluxo decisório ocorre em formato bottom-up.

Comentário

Em organizações altamente centralizadas, o fluxo decisório ocorre em formato bottom-up.

INCORRETO. Segundo Chiavenato:

O grau de centralização/descentralização refere-se a quanto a autoridade para tomar decisões está concentrada no topo ou dispersada na base da empresa. A centralização significa que a autoridade para decidir está localizada no topo da organização. E a descentralização significa que a autoridade para decidir está dispersa nos níveis organizacionais mais baixos.



A afirmativa está errada, porque em organizações altamente centralizadas, o fluxo decisório ocorre em formato top-down, ou seja, as decisões são tomadas pelos níveis superiores da organização e fluem para os níveis inferiores.

Top-down: Decisões do **T**opo para da base (Organizações Centralizadas)

Bottom-up: Decisões da **B**ase para o topo (Organizações Descentralizadas)

GABARITO ERRADO

57 - Processos primários, também denominados de processos de núcleo, representam as atividades essenciais que a organização desempenha para cumprir sua missão.

Comentário

No contexto da gestão de processos, processos primários, também conhecidos como processos de núcleo, são, de fato, as atividades essenciais que a organização desempenha para cumprir sua missão. Esses processos são diretamente ligados à produção de bens ou à prestação de serviços que a organização oferece a seus clientes ou beneficiários.

Aspecto	Detalhamento
Definição de Processos Primários	Processos primários são as atividades centrais e essenciais para o cumprimento da missão da organização.
Ligação com a Missão da Organização	Esses processos estão diretamente relacionados com a razão de ser da organização e seu propósito principal.
Foco no Cliente ou Beneficiário	Os processos primários estão voltados para a produção de bens ou prestação de serviços que atendem às necessidades dos clientes ou beneficiários.
Exemplos de Processos Primários	Em uma empresa de manufatura, processos primários podem incluir a produção, a montagem e a distribuição de produtos. Em uma instituição de saúde, podem incluir o atendimento aos pacientes e os procedimentos médicos.

Portanto, é correto afirmar que processos primários, ou processos de núcleo, representam as atividades essenciais que a organização desempenha para cumprir sua missão.

“Os processos Primários são processos ponta a ponta, multifuncionais, que direcionam as entregas de valor aos clientes. Processos primários são também denominados como processos de núcleo, pois representam as atividades essenciais que a organização desempenha para cumprir sua missão. Esses processos constituem a cadeia de valor que cada etapa soma à etapa precedente, medida pela sua contribuição para a criação ou entrega de um produto ou serviço aos clientes.” (Pradella, Simone, et al. Gestão de Processos - Da Teoria à Prática. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2012).

GABARITO CERTO

58 - O desenho de processos está sempre inserido dentro do contexto organizacional; assim, a primeira tarefa associada ao desenho de processo está relacionada ao entendimento da estratégia organizacional ou de negócio.

Comentário

O desenho de processos está, de fato, sempre inserido dentro do contexto organizacional. Para garantir que os processos desenhados alinhem-se com os objetivos e a missão da organização, é essencial compreender a estratégia organizacional ou de negócio.

Aspecto	Detalhamento
Desenho de Processos no Contexto Organizacional	O desenho de processos deve refletir e suportar a estrutura, a cultura e os objetivos da organização.
Compreensão da Estratégia Organizacional	Antes de desenhar ou redesenhar processos, é fundamental entender a estratégia organizacional ou de negócio.
Alinhamento Estratégico	O entendimento da estratégia assegura que os processos desenhados irão contribuir para os objetivos estratégicos.
Primeira Tarefa no Desenho de Processos	A primeira tarefa no desenho de processos envolve analisar e compreender a estratégia organizacional.
Objetivo do Desenho de Processos	Assegurar que os processos suportem a missão, visão e metas estratégicas da organização.
Exemplo Prático	Se a estratégia de uma empresa é focada em inovação, os processos devem ser desenhados para promover agilidade e flexibilidade.

Portanto, é correto afirmar que a primeira tarefa associada ao desenho de processos está relacionada ao entendimento da estratégia organizacional ou de negócio, pois isso garante que os processos apoiem e estejam alinhados com os objetivos estratégicos da organização.

GABARITO CERTO

59 - Na gestão de processos, a cadeia de valor é um elo importante entre as estratégias da organização e seus processos, sendo por meio dessa cadeia que se obtém o mapa dos macroprocessos da organização.

Comentário:

CORRETO. Na gestão de processos, a cadeia de valor é realmente um elo importante entre as estratégias da organização e seus processos. A cadeia de valor descreve as atividades primárias e de apoio que uma organização realiza para entregar um produto ou serviço valioso ao mercado. Através da análise da cadeia de valor, é possível identificar e mapear os macroprocessos da organização, alinhando-os com suas estratégias.

Aspecto	Detalhamento
Cadeia de Valor	A cadeia de valor, conforme proposta por Michael Porter, identifica as atividades que agregam valor aos produtos ou serviços da organização.
Elo Entre Estratégia e Processos	A cadeia de valor conecta as estratégias da organização com os processos necessários para implementá-las.
Mapa de Macroprocessos	Através da análise da cadeia de valor, é possível obter um mapa dos macroprocessos que compõem as atividades essenciais da organização.
Atividades Primárias e de Apoio	A cadeia de valor inclui tanto as atividades primárias (como logística interna, operações, marketing e vendas) quanto as atividades de apoio (como infraestrutura, gerenciamento de recursos humanos e tecnologia).
Alinhamento Estratégico	A análise da cadeia de valor assegura que todos os macroprocessos estão alinhados com a estratégia organizacional, contribuindo para a vantagem competitiva.

Portanto, é correto afirmar que, na gestão de processos, a cadeia de valor é um elo importante entre as estratégias da organização e seus processos, e é através dessa cadeia que se obtém o mapa dos macroprocessos da organização.

“Com base na cadeia de valor, é analisado o objetivo de cada unidade gerenciadora e, a partir disso, identificados os processos de negócio que devem atender a esses objetivos e aos objetivos estratégicos. “O mapeamento de processos inicia com os objetivos do processo, sendo o próximo passo a decomposição do objetivo em atividades e tarefas” (VILLELLA, 2000, p. 65).

GABARITO CERTO

60 - Os processos de suporte são estruturados de forma a dar suporte aos demais processos, gerenciar recursos e entregar valor diretamente aos clientes.

Comentário

Os processos de suporte, na gestão por processos, são estruturados para dar suporte aos processos primários e gerenciar recursos, mas não entregam valor diretamente aos clientes. Em vez disso, eles fornecem os recursos e o apoio necessário para que os processos primários possam funcionar de maneira eficaz e eficiente.

Aspecto	Detalhamento
Processos de Suporte	São processos que oferecem suporte aos processos primários, gerenciando recursos e fornecendo serviços internos.
Não Entregam Valor Diretamente aos Clientes	Os processos de suporte não entregam valor diretamente aos clientes finais. Em vez disso, eles asseguram que os processos primários possam criar e entregar valor.
Exemplos de Processos de Suporte	Exemplos típicos incluem gestão de recursos humanos, tecnologia da informação, contabilidade, manutenção e serviços administrativos.
Gerenciamento de Recursos	Os processos de suporte se concentram no gerenciamento eficiente dos recursos internos da organização, como pessoal, tecnologia e finanças.
Suporte aos Processos Primários	O papel principal dos processos de suporte é apoiar e facilitar os processos primários, garantindo que eles tenham os recursos e o apoio necessários para operar eficientemente.

Portanto, é errado afirmar que os processos de suporte entregam valor diretamente aos clientes. Esses processos são essenciais para garantir o funcionamento eficiente dos processos primários, mas seu objetivo principal é fornecer suporte interno e gerenciar recursos dentro da organização.

Nesse sentido:

“Já os processos de Suporte são estruturados de forma a dar suporte aos processos primários, gerenciando recursos e/ou infraestrutura requerida pelos processos primários. A principal diferença entre processos primários e de suporte é que os processos de suporte não entregam diretamente o valor aos clientes, enquanto os processos primários o fazem. Exemplos comuns de processos de suporte incluem gerenciamento da TI e gerenciamento de recursos humanos. Cada um desses processos de suporte pode envolver um ciclo de vida de recursos e está fortemente associado às áreas funcionais. Porém, processos de suporte podem e devem ultrapassar as fronteiras funcionais.

Na verdade, os processos de suporte não entregam valor diretamente aos clientes, o que não significa que sejam menos importantes para uma organização. Processos de suporte podem

ser críticos e estratégicos para as organizações, na medida em que permitem à organização efetivamente executar os processos primários.”

Fonte: Pradella, Simone, et al. Gestão de Processos - Da Teoria à Prática. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2012.

GABARITO ERRADO

No que se refere à gestão de projetos, julgue os itens a seguir.

61 - Os projetos são executados sempre de forma linear, seguindo uma sequência fixa de etapas.

Comentário

A afirmação de que "os projetos são executados sempre de forma linear, seguindo uma sequência fixa de etapas" está INCORRETA. De acordo com o Guia PMBOK®, o Ciclo de Vida do Projeto representa uma sequência de fases pelas quais um projeto passa, desde o início até o término. No entanto, essas fases não são necessariamente lineares nem seguem uma sequência fixa.

Fundamentação com base no Guia PMBOK®

1) Fases do Ciclo de Vida do Projeto:

- Os projetos geralmente percorrem fases como:
- Início do projeto: identificação de necessidades e viabilidade.
- Organização e preparação: detalhamento de metas, especificação de recursos e estruturação operacional.
- Execução do trabalho: implementação das atividades planejadas e uso de recursos.
- Encerramento do projeto: finalização, relatórios e aceitação pelo cliente.
- Contudo, essas fases podem ser sequenciais ou sobrepostas, dependendo da natureza do projeto e dos níveis de risco e incerteza envolvidos.

2) Flexibilidade no Gerenciamento de Projetos:

- O Guia PMBOK® é um guia de boas práticas, e não uma norma rígida. Ele reconhece que a adaptação ao contexto do projeto é fundamental.

- As fases do ciclo de vida podem variar em função das características e objetivos do projeto, permitindo flexibilidade para atender a diferentes demandas.

3) Grupos de Processos vs. Ciclo de Vida:

É importante distinguir entre:

- Ciclo de Vida do Projeto: as fases pelas quais o projeto passa.
- Grupos de Processos: os processos que abrangem atividades como iniciação, planejamento, execução, monitoramento e encerramento.
- Os grupos de processos não correspondem às fases do ciclo de vida, uma confusão comum entre estudantes.

Conclusão

A afirmativa apresentada desconsidera a flexibilidade inerente ao gerenciamento de projetos, conforme descrito no Guia PMBOK®. Portanto, está INCORRETA.

Fonte: Guia PMBOK® Sexta Edição: Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos.

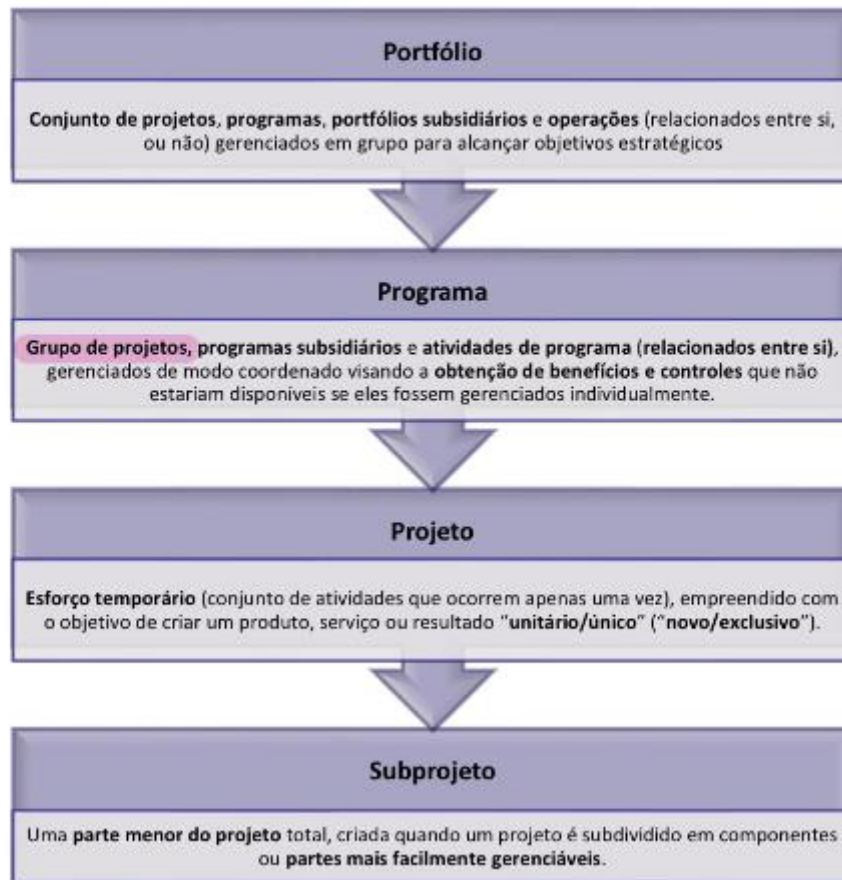
GABARITO ERRADO

62 - Um mesmo projeto pode ter vários programas a ele subordinados, os quais podem ser conduzidos em sequência ou paralelamente.

Comentário

INCORRETO, pois programa é o conjunto de projetos coordenados entre si de forma articulada e dinâmica e que visam objetivos comuns. De acordo com Guia PMBOK, o Ciclo de Vida do Projeto é uma sequência de fases pelas quais um projeto passa, desde o seu início até o seu término. O Guia deixa expresso que essas fases geralmente são sequenciais, mas podem eventualmente se sobrepor.

Portfólios x Programas x Projetos x Subprojetos



GABARITO ERRADO

63 - A definição do que deve ser feito, das atividades, dos recursos necessários, das responsabilidades, da duração, dos custos e dos riscos de um projeto é realizada na fase de planejamento.

Comentário

As fases do projeto são as seguintes:

Iniciação:

Nesta fase, o projeto é definido de forma preliminar. Dessa forma, inclui a identificação de stakeholders, a definição do escopo inicial e a criação de um termo de abertura do projeto (TAP)

que autoriza o início do projeto. O objetivo é entender a viabilidade e a importância do projeto, bem como reunir as partes interessadas para obter suas opiniões e requisitos.

Planejamento:

Esta fase trata da elaboração de um plano detalhado que guiará a execução do projeto. Inclui a definição de metas e objetivos específicos, cronograma, orçamento, alocação de recursos, identificação de riscos e estratégias de mitigação, além de planos de comunicação. Um bom planejamento é fundamental para o sucesso do projeto, pois estabelece a base para as fases seguintes.

Execução:

Durante a fase de execução, o trabalho real do projeto é realizado conforme o planejado. As tarefas são executadas, os recursos são alocados e a equipe trabalha para atingir os objetivos definidos. Essa fase pode fazer reuniões de acompanhamento, relatórios de progresso e gestão de equipes. A comunicação é essencial para que todos estejam alinhados e que o projeto esteja avançando conforme o esperado.

Monitoramento e Controle:

Esta fase ocorre em paralelo à execução e envolve a avaliação contínua do progresso do projeto. Os líderes do projeto monitoram indicadores de desempenho, comparam os resultados reais com os planejados e fazem ajustes quando necessário.

Encerramento:

Na fase de encerramento, o projeto é formalmente concluído. Ela inclui a entrega dos resultados finais ao cliente ou partes interessadas, a documentação das lições aprendidas, a liberação dos recursos e a realização de uma avaliação do desempenho do projeto.

Portanto, o enunciado versa especificamente sobre a fase de planejamento de gestão de projetos.

Fonte: PMI. Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (PMBOK® Guide). 6ª ed. Newtown Square, PA: Project Management Institute, 2017.

GABARITO CERTO

64 - Os principais produtos finais ou itens que se espera que sejam produzidos durante e ao final da realização de um projeto correspondem ao conceito de principais entregas.

Comentário

Principais entregas: As principais entregas são os produtos, serviços ou resultados específicos que são produzidos como parte do projeto. Eles são tangíveis e verificáveis, servindo como a evidência de que o projeto está progredindo e atingindo seus objetivos. Por exemplo, em um projeto de construção, uma entrega pode ser a conclusão de um edifício (ENTREGA DE UM PRODUTO FINAL). Em um projeto de software, uma entrega pode ser a versão final do aplicativo.

Segundo Gido et al. (2019), as principais entregas são os principais produtos finais ou itens que se espera serem produzidos **durante** e ao **término** da realização do projeto.

Por exemplo, um site ou uma simulação do fluxo de trabalho para o sistema de produção em uma nova fábrica de motocicletas.

GABARITO CERTO

No que se refere ao planejamento estratégico, julgue os itens a seguir.

65 - No processo de planejamento estratégico, a etapa de diagnóstico pode ser facilitada pela utilização de uma matriz SWOT, ferramenta que apresenta a visualização das ameaças e oportunidades existentes e das forças e fraquezas presentes da organização.

Comentário

A análise SWOT (do inglês strengths, weaknesses, opportunities and threats) consiste em um elemento clássico utilizado para o desenvolvimento do planejamento estratégico das empresas. Estabelecida como um conceito simples e intuitivo, a matriz SWOT possibilita colocar de maneira

esquemática, em uma tabela de quatro quadrantes, as forças, fraquezas, ameaças e oportunidades enumeradas pela organização. Dessa forma, os líderes podem definir como cada uma das forças podem impulsionar oportunidades e como defender-se de ameaças, bem como verificar quais fraquezas precisam de atenção, para que as oportunidades não sejam perdidas e as ameaças não influenciem de modo negativo os lucros da organização.

No planejamento estratégico, o estudo de cenários é de extrema relevância para a sobrevivência de uma empresa — daí a importância da análise SWOT para amparar as organizações por meio do estudo das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Conhecida no Brasil também como análise FOFA, a análise SWOT, se trata de um método utilizado para o planejamento e a gestão das organizações, independentemente do seu tamanho ou porte.

Segundo exemplificado por Chiavenato:

		Análise ambiental	
		Ameaças	Oportunidades
Análise Organizacional	Pontos fracos	<ul style="list-style-type: none"> • Concorrência pesada • Concorrência desleal • Entrada de novos produtos • Produtos sem sucesso • Tecnologia obsoleta • Administração ineficiente • Métodos e processos antigos • Moral baixo • Falta de motivação 	<ul style="list-style-type: none"> • Mercado sem concorrência • Ausência de novos produtos • Concorrentes sem estratégias • Produtos sem sucesso • Tecnologia obsoleta • Administração ineficiente • Métodos e processos antigos • Moral baixo • Falta de motivação
	Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> • Concorrência pesada • Concorrência desleal • Entrada de novos produtos • Forte apoio da direção • Motivação elevada • Produtos em desenvolvimento • Tecnologia em aquisição • Administração eficaz • Objetivos claros 	<ul style="list-style-type: none"> • Mercado sem concorrência • Ausência de novos produtos • Concorrentes sem estratégias • Forte apoio da direção • Motivação elevada • Produtos em desenvolvimento • Tecnologia em aquisição • Administração eficaz • Objetivos claros

Exemplo de análise SWOT.²⁵

Portanto, no processo de planejamento estratégico, a etapa de diagnóstico pode ser facilitada pela utilização de uma matriz SWOT, ferramenta que apresenta a visualização das ameaças e oportunidades existentes e das forças e fraquezas presentes da organização.

GABARITO CERTO

66 - Considere que determinada entidade esteja realizando um diagnóstico institucional para estabelecer seu planejamento estratégico. Nesse contexto, a identificação da visão da referida entidade traduz a dimensão externa desse diagnóstico, sendo aferida a partir de avaliações feitas por clientes e fornecedores.

Comentário

O item está errado, pois não é da perspectiva de clientes e fornecedores. É da perspectiva da empresa. A visão representa a posição que a empresa deseja alcançar no mercado em um futuro próximo ou distante.

Segundo Chiavenato: enquanto a missão trata da filosofia básica da organização, a visão serve para vislumbrar o futuro que se deseja alcançar. A visão é a imagem que a organização define a respeito do seu futuro, ou seja, do que ela pretende vir a ser. Muitas organizações colocam a visão como o projeto de futuro do que elas gostariam de ser dentro de um determinado período de tempo, algo ao redor de cinco anos. Desta maneira, a visão organizacional indica quais os objetivos a serem alcançados nos próximos cinco anos para orientar os seus membros quanto ao futuro que a organização pretende transformar em realidade. O conceito de visão remete necessariamente ao conceito de objetivos organizacionais.

LEMBRE-SE:

Missão	Visão	Valores	Negócio
<ul style="list-style-type: none">• Razão de ser• "Por que a Organização existe?"• Indica os impactos causados na sociedade• É permanente (atemporal)	<ul style="list-style-type: none">• Visão de futuro• "O que eu quero ser?"• "Sonhos" que se pretende tornar realidade• Consenso dos membros da organização sobre o futuro que se deseja• É temporário	<ul style="list-style-type: none">• Princípios básicos• Crenças• Base para a tomada de decisões• Indica como os membros devem se comportar	<ul style="list-style-type: none">• Representa o "ramo de atividades"• Atividades principais da organização em um momento específico• "O que a organização faz?"

GABARITO ERRADO

67 - Um processo sistemático de planejamento estratégico consiste em analisar as dimensões internas à organização de forma simultânea à análise das dimensões externas, a exemplo de fatores ambientais.

Comentário

O planejamento estratégico é um processo sistemático e estruturado, que envolve a análise simultânea das dimensões internas e externas da organização. A análise das dimensões internas foca em identificar os pontos fortes e fraquezas da organização, enquanto a análise das dimensões externas avalia oportunidades e ameaças oriundas do ambiente externo, como fatores políticos, econômicos, sociais, tecnológicos, legais e ambientais (análise PESTEL, por exemplo).

Essa abordagem integrada é essencial para que a organização alinhe suas capacidades internas às condições e demandas do ambiente externo, permitindo a formulação de estratégias eficazes. Portanto, o item está correto.

GABARITO CERTO

Sobre a gestão pública e a gestão privada, analise os itens a seguir.

68 - Comparativamente à gestão privada, a gestão pública apresenta piores índices de qualidade nos serviços prestados ao cliente, pois a modernização das práticas gerenciais e a excelência no desempenho se restringem ao setor privado.

Comentário

O item está **INCORRETO** ao afirmar que comparativamente à gestão privada, a gestão pública apresenta piores índices de qualidade nos serviços prestados ao cliente. A comparação entre gestão pública e privada não pode ser generalizada dessa forma, pois:

Qualidade nos Serviços: Existem exemplos tanto no setor público quanto no privado de organizações que alcançam altos níveis de qualidade nos serviços prestados ao cliente.

Modernização e Excelência no Desempenho: A modernização das práticas gerenciais e a busca pela excelência no desempenho não são exclusividades do setor privado. Muitos órgãos públicos têm implementado iniciativas de modernização e melhorias no serviço público.

Exemplo: Alguns serviços públicos podem ter índices de qualidade comparáveis ou até superiores aos do setor privado, dependendo do contexto, dos recursos disponíveis e das políticas de gestão adotadas.

GABARITO ERRADO

69 - As ferramentas de gestão privada e da gestão pública diferem substancialmente, não se prestando a adaptação dessas ferramentas para utilização em outro ambiente distinto daquele para que foi concebido inicialmente.

Comentário

Embora existam diferenças significativas entre a gestão pública e a gestão privada, muitas ferramentas de gestão podem ser adaptadas e utilizadas em ambos os contextos. Princípios e práticas como planejamento estratégico, gestão de desempenho, análise de processos e melhoria contínua são aplicáveis tanto no setor privado quanto no setor público, com as devidas adaptações para atender às especificidades e necessidades de cada ambiente. A adaptação e aplicação cruzada de ferramentas de gestão entre os dois setores pode resultar em melhorias na eficiência, eficácia e prestação de serviços públicos.

GABARITO ERRADO

70 - Visando dar maior celeridade e efetividade à ação pública, a gestão pública deve adotar os mesmos pressupostos gerenciais de eficiência e eficácia da gestão privada.

Comentário

O conceito de eficiência e eficácia apresenta necessariamente contornos diferenciados em organizações privadas e públicas. Nas organizações públicas, o que deve prevalecer é o interesse ou a necessidade dos cidadãos; nas organizações privadas, predominam o interesse financeiro dos proprietários e a maximização do lucro.

GABARITO ERRADO

No que se refere à excelência nos serviços públicos, julgue os itens a seguir.

71 - A excelência em gestão pública pressupõe atenção prioritária ao usuário dos serviços públicos.

Comentário

A Constituição Brasileira estabelece princípios que orientam a atuação da Administração Pública, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. O espírito público está intrinsecamente ligado à observância desses princípios e à busca pela excelência em gestão pública.

Essa excelência implica priorizar o atendimento ao cidadão e à sociedade, reconhecendo-os como usuários dos serviços públicos e destinatários finais da ação estatal. O objetivo é oferecer serviços públicos que atendam às suas necessidades e expectativas, garantindo qualidade, acessibilidade, eficiência e resposta ágil.

Portanto, a priorização do usuário vai além da prestação de serviços de alta qualidade: envolve também a promoção de transparência, conveniência e respeito às demandas cidadãs, alinhando-se aos valores do Estado Democrático de Direito.

Referências:

Moreira, Elisabete de Abreu e Lima. Administração Geral e Pública para Concursos. Salvador: JusPODIVM, 2016.

Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA). Documento de Referência. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Brasília, 2007.

GABARITO CERTO

72 - Para alcançar excelência na prestação de serviços públicos, o Estado deve promover amplos debates com a sociedade para estabelecer prioridades e dar transparência quanto a seu papel e seus espaços de atuação.

Comentário

Para alcançar a excelência na prestação de serviços públicos, é indispensável que o Estado promova debates amplos e participativos com a sociedade. Esse diálogo permite definir prioridades de forma democrática e transparente, garantindo que as políticas públicas e os serviços ofertados atendam às necessidades e expectativas dos cidadãos.

A participação cidadã é um elemento-chave nesse processo, pois auxilia na definição de prioridades que assegurem a aplicação eficaz e eficiente dos recursos públicos, concentrando esforços em áreas de maior impacto social. Esse modelo de gestão participativa reforça o princípio da eficiência na administração pública.

Além disso, a transparência sobre o papel do Estado e seus limites de atuação é essencial para consolidar a confiança entre os cidadãos e o governo. Quando o Estado comunica de forma clara suas responsabilidades, processos decisórios e critérios de alocação de recursos, ele fomenta uma gestão pública aberta e responsável.

A transparência também possibilita o monitoramento e a avaliação das ações governamentais pela sociedade, promovendo melhorias contínuas nos serviços públicos e fortalecendo a democracia, ao engajar os cidadãos no acompanhamento das políticas públicas e no exercício do controle social.

Referências:

Moreira, Elisabete de Abreu e Lima. Administração Geral e Pública para Concursos. Salvador: JusPODIVM, 2016.

Paludo, Augustinho Vicente. Administração Pública. 5.ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2016.

GABARITO CERTO

73 - A excelência no serviço público prestado depende da prática de um pensamento sistêmico, que seja capaz de manter relações eficazes e restritas às redes formais de usuários, cidadãos e parceiros, bem como centradas nos elementos internos à organização.

Comentário

O erro na questão está na afirmação final, que restringe o pensamento sistêmico às redes formais de usuários, cidadãos e parceiros e o centra exclusivamente nos elementos internos da organização. Essa visão não reflete a abrangência do conceito de pensamento sistêmico, fundamental para a excelência na gestão pública.

O pensamento sistêmico é um dos fundamentos do Modelo de Excelência da Gestão (MEG) e envolve a compreensão das relações de interdependência e das consequências mútuas entre os diversos componentes internos da organização e o ambiente externo com o qual ela interage. Ele amplia a análise, incluindo as conexões com todos os stakeholders e com o ambiente externo, não se limitando às redes formais de usuários, cidadãos e parceiros.

O próprio MEG define o pensamento sistêmico como:

“Reconhecimento das relações de interdependência e consequências entre os diversos componentes que formam a organização, bem como entre estes e o ambiente com o qual interagem.” (FNQ, Fundação Nacional da Qualidade, 2016).

Portanto, o pensamento sistêmico abrange:

- Interações internas: entre os diferentes componentes e processos da organização.
- Interações externas: com usuários, cidadãos, parceiros e o ambiente macro (econômico, social, tecnológico, político, etc.).
- Stakeholders em geral: considerando todas as partes interessadas e suas interconexões.

Conclusão:

Pensar sistemicamente significa adotar uma visão ampla e integrada, observando tanto os elementos internos quanto os fatores externos e como esses contextos interagem para a excelência nos serviços públicos. O erro da questão foi limitar esse conceito apenas às redes formais e ao ambiente interno.

GABARITO ERRADO

74 - A cortesia, a rapidez no atendimento, a confiabilidade e o conforto são requisitos para um serviço público de qualidade e devem ser oferecidos a todos os usuários indistintamente.

Comentário

Correto, os requisitos descritos fazem parte dos princípios da Administração Pública que visam garantir que o atendimento ao cidadão seja eficiente e acessível, proporcionando uma experiência positiva e confiável a todos os usuários, sem discriminação. Esses aspectos estão alinhados com os princípios constitucionais, especialmente os da eficiência e isonomia.

GABARITO CERTO

No que se refere à gestão de qualidade, julgue os itens a seguir.

75 - A gestão da qualidade é o exercício em que se supervisionam as atividades, as tarefas e os processos utilizados na criação de um produto ou serviço para que possam ser mantidos em um padrão alto e consistente.

Comentário

A gestão da qualidade, conforme descrita por Paladini, enfatiza a integração da qualidade em todas as etapas do processo produtivo ou de prestação de serviços, promovendo uma abordagem sistemática e contínua para garantir altos padrões e consistência. A gestão da qualidade vai além da simples inspeção final, sendo um processo proativo que define padrões, monitora continuamente e implementa melhorias nos processos. Esse conceito é sustentado por teorias e práticas que visam à otimização dos processos e à satisfação do cliente, aspectos cruciais para organizações produtivas.

As 4 Áreas da Gestão da Qualidade:

1) Planejamento da Qualidade

- Define os objetivos de qualidade e os padrões a serem alcançados.
- Determina os processos e recursos necessários para atender aos requisitos do cliente e das partes interessadas.
- Exemplos incluem o uso de ferramentas como diagrama de Pareto ou QFD (Desdobramento da Função Qualidade).

2) Controle da Qualidade

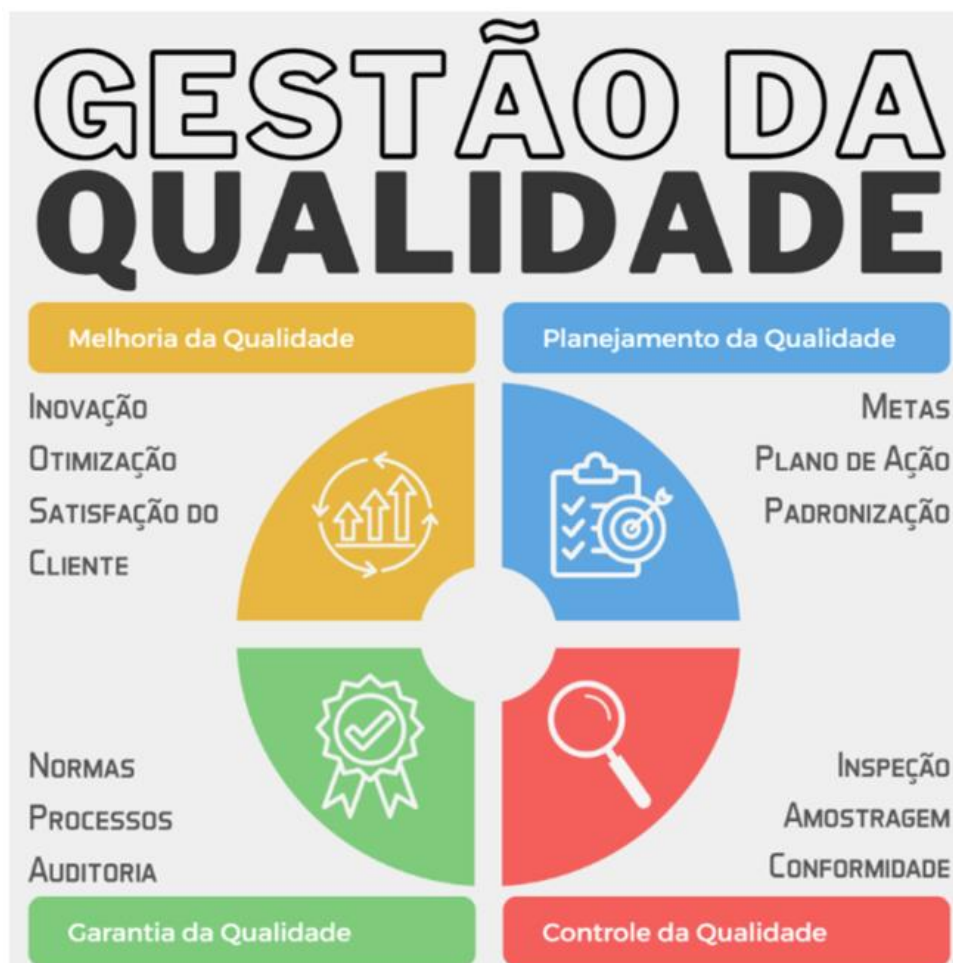
- Monitora e mede os processos e os produtos/serviços para garantir que atendam aos padrões estabelecidos.
- Envolve a utilização de inspeções, auditorias e testes para identificar desvios e implementar correções.

3) Garantia da Qualidade

- Assegura que os processos são seguidos de forma consistente para garantir a conformidade com os requisitos.
- Abrange auditorias de sistemas e certificações, como a ISO 9001, que avaliam se os processos estão alinhados às melhores práticas de mercado.

4) Melhoria Contínua da Qualidade

- Foca em identificar oportunidades de aperfeiçoamento nos processos e produtos.
- Utiliza metodologias como Ciclo PDCA (Planejar, Fazer, Checar, Agir), Kaizen e Seis Sigma para reduzir erros, aumentar a eficiência e melhorar a satisfação do cliente.



Conclusão:

A gestão da qualidade é um esforço contínuo e integrado que permeia todas as áreas de uma organização, garantindo que cada processo e produto atenda ou exceda as expectativas dos clientes e padrões do mercado. O equilíbrio entre planejamento, controle, garantia e melhoria contínua é essencial para alcançar a excelência organizacional.

GABARITO CERTO

76 - Qualidade percebida diz respeito à qualidade efetivamente reconhecida pelo consumidor durante sua experiência de consumo.

Comentário

David Garvin, renomado especialista em gestão da qualidade, propôs oito dimensões da qualidade que servem como ferramentas estratégicas para organizações que buscam alinhar seus produtos e serviços às necessidades e expectativas dos clientes. Essas dimensões são: desempenho, características, confiabilidade, conformidade, durabilidade, atendimento, estética e qualidade percebida. Elas podem ser aplicadas de forma complementar, considerando a natureza das atividades organizacionais e suas estratégias.

A análise dessas dimensões permite às organizações identificar as expectativas dos clientes e direcionar esforços para melhorar continuamente seus produtos e serviços, atendendo ou superando as expectativas dos consumidores.

Resumo das 8 Dimensões da Qualidade:

Desempenho

- Características operacionais básicas de um produto ou serviço.
- Exemplo: Velocidade de um carro ou eficiência de um software.

Características

- Funções adicionais que complementam o funcionamento básico.
- Exemplo: Recursos extras, como câmeras de segurança em automóveis.

Confiabilidade

- Probabilidade de o produto ou serviço funcionar sem falhas.
- Exemplo: Eletrodomésticos que raramente necessitam de reparos.

Conformidade

- Grau de aderência do produto ou serviço a normas e especificações predefinidas.
- Exemplo: Produtos que atendem a padrões internacionais de segurança.

Durabilidade

- Vida útil do produto, considerando fatores técnicos e econômicos.
- Exemplo: Um smartphone que funciona perfeitamente após anos de uso.

Atendimento

- Facilidade e eficiência na assistência ao cliente.
- Exemplo: Atendimento rápido para reparos ou substituições de produtos.

Estética

- Aspectos subjetivos ligados à aparência e preferências individuais.
- Exemplo: Design inovador de um dispositivo eletrônico.

Qualidade Percebida

- Opinião subjetiva do cliente, influenciada por fatores como marca, reputação e propaganda.
- Exemplo: Percepção de qualidade de uma marca de luxo, mesmo sem experiência direta.

Conclusão:

Essas dimensões são ferramentas essenciais para o gerenciamento estratégico da qualidade, permitindo que organizações identifiquem e priorizem melhorias de acordo com a percepção e as necessidades dos clientes. A qualidade percebida, por exemplo, destaca a importância de branding e marketing para influenciar positivamente a percepção dos consumidores. O uso dessas dimensões de forma integrada é fundamental para alcançar a excelência em produtos e serviços.

Referência: MARSHAL JUNIOR, Isnard. et al. Gestão da Qualidade e Processos. Série Gestão Empresarial. Rio de Janeiro: Editora FGV. 8ª ed. 2012.

GABARITO CERTO

77 - O controle da qualidade total tem por objetivo avaliar o nível de qualidade dos produtos e dos serviços ofertados pela organização.

Comentário

Na era do **Controle da Qualidade Total (TQC)**, a qualidade passou a ser considerada um pilar estratégico para o sucesso das organizações. Diferentemente das abordagens anteriores, focadas apenas na inspeção ou controle de produtos finais, o TQC integra todos os processos organizacionais, com foco na **prevenção de defeitos**, na **melhoria contínua** e, sobretudo, na **satisfação das necessidades dos clientes**.

Características do Controle da Qualidade Total:

1. **Responsabilidade Compartilhada:** A qualidade deixa de ser responsabilidade exclusiva de setores específicos, como o de controle de qualidade, e passa a ser compromisso de toda a organização, incluindo líderes do nível estratégico.
2. **Envolvimento dos Fornecedores:** O sistema de qualidade se expande para englobar os fornecedores, garantindo alinhamento em toda a cadeia de valor.
3. **Foco no Cliente:** A qualidade não está apenas relacionada à prevenção de defeitos, mas também à entrega de valor e à satisfação total do cliente.
4. **Melhoria Contínua:** A qualidade passa a ser um processo contínuo e sistemático, envolvendo todas as etapas de concepção, produção e entrega.
5. **Qualidade como Diferencial Estratégico:** A busca pela excelência em qualidade torna-se uma oportunidade para diferenciar-se da concorrência, integrando a qualidade desde o projeto inicial de um produto ou serviço.

No entanto, o enunciado da questão é **incompleto**, pois apresenta uma visão restrita e simplificada do TQC, ignorando aspectos fundamentais, como a **melhoria contínua** e o papel estratégico da qualidade como diferencial competitivo. A afirmação também não reflete a abrangência do TQC, que vai além da simples avaliação de produtos e se estende a todos os processos organizacionais.

Contraposição à Era da Inspeção:

Na era da **Inspeção**, o foco era a verificação de produtos prontos, orientando-se para a detecção de falhas e correção de defeitos. Já no TQC, o objetivo principal é **prevenir falhas** por meio do controle sistemático em todas as etapas do processo produtivo.

Referências:

- **PALADINI, Edson Pacheco.** *Gestão da Qualidade: Teoria e Casos.* 2ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- *Fundamentos do TQC e sua aplicação prática em organizações contemporâneas.*

Portanto, a questão está **INCORRETA**, pois não descreve de forma precisa e completa os objetivos e características do Controle da Qualidade Total.

GABARITO ERRADO

78 - A busca por qualidade nas organizações iniciou-se sob a ótica da qualidade estratégica e evoluiu para a lógica da inspeção de produtos e serviços.

Comentário

A evolução da busca por qualidade nas organizações seguiu um processo histórico, conforme estruturado por **David Garvin**, um dos principais estudiosos da área. A trajetória começa com a **Inspeção da Qualidade** e culmina na **Gestão Estratégica da Qualidade**, refletindo uma crescente integração da qualidade como elemento estratégico no ambiente organizacional. Portanto, a afirmação da questão está **invertida**, já que a qualidade iniciou-se sob uma lógica focada em inspeção e evoluiu para uma abordagem estratégica.

As quatro eras da qualidade, conforme David Garvin:

1. Inspeção da Qualidade:

- Representa o estágio inicial da busca por qualidade.
- Prática predominante no início da Revolução Industrial, quando a inspeção era realizada pelo próprio artesão.
- Tornou-se essencial com a produção em massa e a necessidade de peças intercambiáveis.
- **Foco principal:** Identificação de defeitos no produto final.

2. Controle Estatístico da Qualidade:

- Introdução de técnicas matemáticas para controle de processos.

- Enfoque em monitorar e reduzir variações no processo produtivo por meio de ferramentas estatísticas.
- **Foco principal:** Prevenir falhas durante o processo produtivo, distinguindo variações normais de anormais.

3. Garantia da Qualidade:

- Transição de uma abordagem focada apenas na produção para uma visão mais global e holística.
- Toda a organização passou a ser envolvida nos esforços pela qualidade.
- **Foco principal:** Garantir a qualidade em todas as etapas e departamentos, não apenas no produto final.

4. Gestão Estratégica da Qualidade:

- Década de 1980 em diante, a qualidade foi reconhecida como elemento estratégico e essencial para a competitividade no mercado.
- Adoção dos princípios da **Gestão da Qualidade Total (GQT)**.
- **Foco principal:** Qualidade integrada aos objetivos estratégicos, valorizada pelo mercado e pelos clientes.

Correção do erro na questão:

A questão afirma erroneamente que a qualidade evoluiu da gestão estratégica para a inspeção. O **CORRETO** é que o processo iniciou-se com a **Inspeção da Qualidade** e evoluiu gradativamente até alcançar o nível mais sofisticado e abrangente, que é a **Gestão Estratégica da Qualidade**.

Referência:

- **Marshal Junior, Isnard. et al. Gestão da Qualidade e Processos. Série Gestão Empresarial. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.**

GABARITO ERRADO

79 - Entre as dimensões de estudo da qualidade está o desempenho, que diz respeito à probabilidade de falha no funcionamento de um produto.

Comentário

David Garvin, renomado especialista em qualidade, definiu **oito dimensões da qualidade**, que são amplamente reconhecidas e aplicáveis em diversas organizações. Essas dimensões ajudam as empresas a identificar áreas para melhoria, alinhar seus produtos e serviços às necessidades dos clientes e, assim, atender às suas expectativas.

No contexto da questão, é necessário destacar duas dimensões específicas mencionadas:

1. **Confiabilidade:**

- Trata da **probabilidade de um produto ou serviço apresentar mau funcionamento ou falhar dentro de um período determinado**.
- Um alto índice de confiabilidade reduz as chances de frustração do cliente e melhora a percepção de qualidade.
- É a dimensão apontada no enunciado.

2. **Desempenho:**

- Está relacionado às **características operacionais básicas do produto**.
- Refere-se à capacidade do produto de cumprir sua função principal de maneira eficaz.

As oito dimensões da qualidade, resumidas:

1. **Desempenho:** Foco nas características operacionais básicas do produto ou serviço.
2. **Características:** Funções complementares ou adicionais que aumentam o valor percebido.
3. **Confiabilidade:** Probabilidade de falhas ou mau funcionamento, sendo crítica para a satisfação do cliente.
4. **Conformidade:** Alinhamento às especificações e padrões previamente estabelecidos.
5. **Durabilidade:** Refere-se à vida útil do produto, considerando fatores econômicos e técnicos.
6. **Atendimento:** Envolve aspectos como rapidez, facilidade de reparo e cortesia no suporte ao cliente.
7. **Estética:** Baseia-se em julgamentos pessoais e preferências individuais sobre a aparência do produto.
8. **Qualidade percebida:** Está relacionada à opinião subjetiva do cliente, influenciada por fatores como propaganda e reputação da marca.

Aplicação na Questão:

- A dimensão correta para tratar da **possibilidade de falhas ou mau funcionamento em determinado período** é a **Confiabilidade**.

- A **dimensão Desempenho**, mencionada no texto, refere-se às características operacionais do produto, que não abordam diretamente a questão de falhas ou confiabilidade.

Referência:

- **Marshal Junior, Isnard. et al. Gestão da Qualidade e Processos. Série Gestão Empresarial. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.**

GABARITO ERRADO

GESTÃO DE PESSOAS

No que se refere à gestão de pessoas, julgue os itens a seguir.

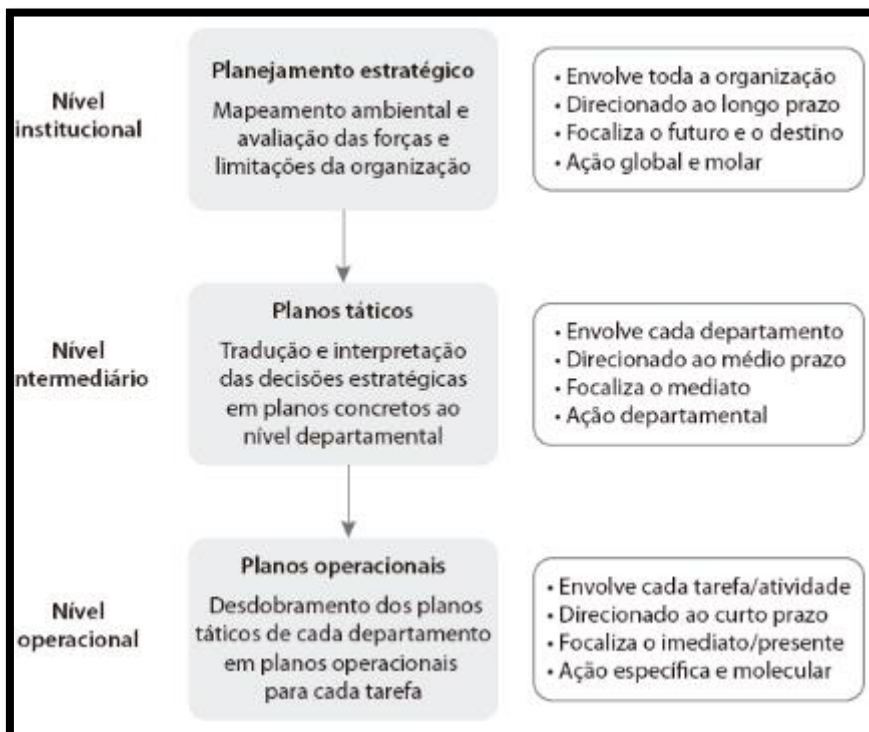
80 - Atualização de registros e processamento de benefícios são exemplos de atividades de gestão de pessoas executadas no nível operacional.

Comentário

Segundo Chiavenato:

Os planos podem cobrir diferentes horizontes de tempo. O administrador do nível institucional ou estratégico está mais voltado para planos de longo prazo que cobrem a organização inteira para proporcionar um senso de direção ao futuro, que pode estender-se por vários anos. Os planos táticos envolvem quase sempre o ano contábil da organização e os planos operacionais referem-se a dias, semanas ou meses.

Nível organizacional	Tipo de planejamento	Conteúdo	Tempo	Amplitude
Institucional	Estratégico	Genérico e sintético	Longo prazo	Macro-orientado Aborda a organização como um todo
Intermediário	Tático	Menos genérico e mais detalhado	Médio prazo	Aborda cada unidade organizacional em separado
Operacional	Operacional	Detalhado e analítico	Curto prazo	Micro-orientado Aborda cada operação em separado



Portanto, levando em consideração que a atualização de registros e processamento de benefícios são exemplos de tarefas feitas no dia a dia, estamos falando do nível operacional.

GABARITO CERTO

81 - No âmbito da gestão de pessoas, os empregados das organizações são considerados recursos humanos objetificados como parte do patrimônio físico da organização.

Comentário

O item está errado, pois, No âmbito da gestão de pessoas, os empregados das organizações são considerados recursos humanos objetificados como parte do patrimônio INTELECTUAL da organização. (e não "físico")

Chiavenato assim explica sobre a moderna GTH (gestão de talentos humanos):

1. Pessoas como seres humanos: dotados de personalidade própria, inteligência e profundamente diferentes entre si, com uma história pessoal particular e diferenciada, possuidores de conhecimentos, habilidades e competências indispensáveis à adequada gestão dos demais recursos organizacionais. Pessoas como pessoas e não como meros recursos da organização. Não se trata mais de administrar recursos, mas de gerir o talento humano que as pessoas oferecem à organização.

2. Pessoas como ativadoras de recursos organizacionais: como impulsionadoras da organização e capazes de dotá-la do talento indispensável à sua constante renovação e competitividade em um mundo cheio de mudanças e desafios. As pessoas como fonte de impulso próprio que dinamiza a organização e não como agentes passivos, inertes e estáticos. Não existem organizações sem pessoas até hoje.

3. Pessoas como parceiras da organização: capazes de conduzir a organização à excelência e ao sucesso. Como parceiras, as pessoas fazem investimentos na organização – como esforço, dedicação, responsabilidade, comprometimento, riscos etc. – na expectativa de colherem retornos desses investimentos – por meio de salários, incentivos financeiros, crescimento profissional, satisfação, carreira etc. Todo investimento só se justifica quando traz um retorno razoável. Na medida em que o retorno é bom e sustentável, a tendência será manter ou aumentar o investimento. Daí o caráter de reciprocidade na interação entre pessoas e organizações. E também de autonomia e ação e não mais de passividade, inércia e dependência. Pessoas como parceiras ativas e não como sujeitos passivos.

4. Pessoas como talentos fornecedores de competências: como elementos vivos e portadores de competências essenciais ao sucesso organizacional. Qualquer organização pode comprar máquinas ou equipamentos, comprar tecnologias para se equiparar aos concorrentes. Isso é

relativamente fácil, mas construir competências é extremamente difícil, leva tempo, aprendizado e maturação.

5. Pessoas como o capital humano do negócio: como o principal ativo organizacional que agrega inteligência e foco ao negócio da organização.

GABARITO ERRADO

82 - A relação entre o indivíduo e a organização em geral é um processo conflituoso, uma vez que o indivíduo possui interesses específicos que normalmente não são conciliáveis com os interesses e objetivos organizacionais.

Comentário

O item está errado, pois são conciliáveis sim. A conciliação reduz o conflito e aumenta a produtividade! A conciliação dos interesses individuais com os organizacionais gera o equilíbrio organizacional, que é perseguido por todas as organizações e indivíduos, pois dele resulta o cumprimento dos objetivos pessoais e organizacionais.

As organizações são compostas por pessoas que, ao mesmo tempo em que buscam alcançar seus **objetivos individuais**, colaboram para que, por meio da **sinergia de esforços coletivos**, os **objetivos organizacionais** também sejam atingidos. Essa interdependência destaca a necessidade de **harmonizar os interesses pessoais e organizacionais**, promovendo um ambiente de trabalho equilibrado e reduzindo conflitos.

Conciliando Interesses

Conforme Chiavenato, os interesses individuais e organizacionais não apenas **podem**, mas **devem ser conciliados**, pois as pessoas dependem das organizações para realizar seus **objetivos pessoais**, como desenvolvimento, crescimento profissional e realização pessoal. Em contrapartida, as organizações dependem das pessoas para cumprir seus **objetivos estratégicos**, como produção, atendimento ao cliente e competitividade.

Impacto da Conexão Entre Pessoas e Organizações

Chiavenato destaca a dificuldade de separar o trabalho da vida pessoal, dado o impacto significativo que ele exerce sobre as pessoas. Da mesma forma, o sucesso organizacional é diretamente influenciado pelo desempenho e engajamento dos colaboradores. Esse relacionamento reforça a ideia de que a **relação simbiótica entre organizações e pessoas** é essencial para o crescimento mútuo.

Referência Teórica

Chiavenato, Idalberto. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Barueri: São Paulo. 4ª edição. 2014, p. 6.

GABARITO ERRADO

83 - Para que o equilíbrio organizacional seja mantido, a instituição oferece incentivos, tais como salários, benefícios, gratificações, elogios, oportunidades de crescimento, ao mesmo tempo em que o trabalhador, em troca, oferece empenho e dedicação ao trabalho.

Comentário

A questão fala sobre a Teoria do Equilíbrio Organizacional.

A Teoria defende a ideia de que o sucesso organizacional depende de uma adequada **RELAÇÃO DE TROCA** (relação de reciprocidade) entre a organização e seus participantes.

Contribuições: São realizadas pelos participantes.

Incentivos: São dados pela organização.

GABARITO CERTO

Acerca das principais abordagens da administração, julgue os itens a seguir.

84 - Segundo a abordagem sistêmica da administração, as organizações funcionam de forma estanque e isolada.

Comentário

O item está errado. Segundo a abordagem sistêmica da administração, as organizações não funcionam de forma estanque e isolada. Pelo contrário, essa abordagem enfatiza que as organizações são sistemas abertos, interagindo constantemente com seu ambiente externo.

1) Sistemas Abertos: A abordagem sistêmica vê as organizações como sistemas abertos que dependem de entradas (recursos, informações) do ambiente externo e que produzem saídas (produtos, serviços) que afetam esse ambiente. Isso implica uma interação contínua e adaptativa com o ambiente.

2) Interdependência: A abordagem sistêmica destaca a interdependência entre as várias partes de uma organização. As unidades e departamentos dentro da organização estão interligados e as ações em uma parte podem afetar outras partes, bem como o sistema como um todo.

3) Retroalimentação (Feedback): As organizações, como sistemas abertos, dependem de mecanismos de feedback para ajustar e corrigir seu funcionamento. Esse feedback pode vir tanto do ambiente interno quanto do externo, permitindo que a organização se adapte às mudanças e incertezas.

4) Ambiente Externo: A abordagem sistêmica reconhece a importância do ambiente externo, que inclui fatores econômicos, tecnológicos, sociais, políticos e culturais. As organizações precisam monitorar e responder a esses fatores para sobreviver e prosperar.

5) Complexidade e Dinamismo: A abordagem sistêmica considera as organizações como entidades complexas e dinâmicas que estão em constante mudança. Essa complexidade exige uma visão holística e integrada para gerenciar as interações internas e externas de maneira eficaz.

GABARITO ERRADO

85 - A abordagem básica da escola da administração científica fundamenta-se na ênfase colocada nas tarefas.

Comentário:

De fato, a abordagem básica da Escola da Administração Científica, desenvolvida por Frederick Taylor, fundamenta-se na ênfase colocada nas tarefas. Essa escola de pensamento visa aumentar a eficiência e a produtividade através da análise detalhada e da padronização das tarefas realizadas pelos trabalhadores.

Análise das Tarefas:

- Estudo de Tempos e Movimentos: Taylor e seus seguidores realizavam estudos detalhados dos tempos e movimentos necessários para realizar cada tarefa, com o objetivo de identificar a maneira mais eficiente de executá-las. Esse método buscava eliminar desperdícios e otimizar o desempenho.
- Divisão do Trabalho: A Administração Científica promovia a divisão do trabalho em tarefas menores e mais simples, permitindo que os trabalhadores se especializassem em suas atividades específicas.

Padronização dos Métodos de Trabalho:

- Métodos Padronizados: A padronização dos métodos de trabalho era fundamental para garantir que todos os trabalhadores executassem as tarefas da mesma maneira eficiente. Isso incluía a definição de procedimentos detalhados e instruções claras.
- Ferramentas e Equipamentos Padronizados: Além dos métodos, as ferramentas e equipamentos utilizados também eram padronizados para garantir consistência e eficiência.

Treinamento e Capacitação:

- Treinamento dos Trabalhadores: A administração científica enfatizava a importância do treinamento adequado dos trabalhadores para que eles pudessem executar suas tarefas de acordo com os métodos padronizados.

Seleção Científica: Taylor defendia a seleção científica dos trabalhadores, escolhendo aqueles mais adequados para cada tipo de tarefa com base em suas habilidades e aptidões.

Incentivos e Remuneração:

- Incentivos Financeiros: A administração científica propunha sistemas de remuneração baseados no desempenho, com incentivos financeiros para motivar os trabalhadores a atingir níveis mais altos de produtividade.

GABARITO CERTO

86 – Disciplinar a execução do trabalho é uma prática associada ao princípio da execução, típico da teoria da administração científica.

Comentário

ABORDAGEM CLÁSSICA	
ESCOLA DA ADMINISTRAÇÃO CIENTÍFICA	ESCOLA DA TEORIA CLÁSSICA
Desenvolvida por Frederick Taylor	Proposta por Henri Fayol
Taylor propunha a divisão do trabalho de forma especializada, a determinação de padrões de tempo e movimento, e a implementação de incentivos salariais para aumentar a produtividade.	Fayol destacava funções administrativas como planejamento, organização, comando, coordenação e controle. Além disso, defendia a importância da hierarquia para o bom funcionamento das organizações.
A Administração Científica focava na eficiência operacional e na produtividade dos trabalhadores.	A Teoria Clássica buscava princípios gerais para a gestão das organizações.
Ênfase na execução de tarefas	Ênfase na estrutura organizacional
É característica da abordagem clássica da administração dar ênfase à eficiência.	

GABARITO CERTO

87 - O estudo dos tempos de movimentos foi o fundamento da teoria da burocracia, baseada nos estudos de Weber.

Comentário

O estudo dos tempos e movimentos está diretamente relacionado à Teoria da Administração Científica, idealizada por Frederick Taylor. Esse método foi desenvolvido com o objetivo de otimizar a produção, identificando a forma mais eficiente de realizar as tarefas no menor tempo possível, ao mesmo tempo em que eliminava movimentos considerados desnecessários.

Conforme destaca Chiavenato (2003), uma das principais consequências desse estudo foi a introdução da divisão do trabalho e da especialização dos operários. Com isso, cada trabalhador passou a se dedicar à execução de uma única tarefa específica, ajustando-se a padrões e normas previamente definidos. Essa abordagem visava aumentar a produtividade e a eficiência dos processos organizacionais.

A aplicação desses princípios resultou em um aumento significativo da produção, mas também trouxe críticas devido à monotonia e à alienação do trabalhador, uma vez que a repetição contínua de tarefas simples limitava a criatividade e a satisfação no ambiente de trabalho.

Fonte: CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração. Rio de Janeiro: Elsevier, 7ª edição revista e atualizada, 2003. P. 59.

GABARITO ERRADO

88 - No modelo burocrático, os cargos públicos não são profissionalizados e as esferas econômica e política se apresentam unificadas.

Comentário

O enunciado apresenta uma afirmação equivocada: no modelo burocrático, **os cargos públicos não são profissionalizados e as esferas econômica e política se apresentam unificadas.**

Na realidade, o modelo burocrático, conforme idealizado por **Max Weber**, destaca justamente o **oposto**. Uma das características centrais desse modelo é a **profissionalização dos cargos públicos**, com ênfase na competência técnica e na meritocracia. Além disso, o modelo promove a **separação das esferas econômica e política**, garantindo maior organização e racionalidade administrativa.

Principais características do modelo burocrático, segundo Weber:

1. **Caráter legal das normas e regulamentos:** as ações são orientadas por regras e leis.
2. **Formalidade nas comunicações:** toda a comunicação é registrada formalmente, o que aumenta a transparência.
3. **Divisão do trabalho racional:** tarefas são distribuídas de forma lógica, baseando-se na especialização.
4. **Impessoalidade nas relações:** as decisões não dependem de favoritismos, mas de critérios objetivos.
5. **Hierarquia da autoridade:** as organizações possuem uma estrutura clara de autoridade e comando.
6. **Rotinas e procedimentos padronizados:** processos são definidos para garantir uniformidade.
7. **Competência técnica e meritocracia:** a seleção e promoção dos funcionários são baseadas em suas habilidades e desempenho.

8. **Especialização:** os funcionários desempenham funções específicas em suas áreas de conhecimento.
9. **Profissionalização dos participantes:** os cargos são ocupados por indivíduos qualificados e comprometidos.
10. **Previsibilidade do funcionamento:** as atividades organizacionais seguem padrões previsíveis e consistentes.

Dica para memorizar as características do modelo burocrático:

FIP – Formalidade, Impessoalidade e Profissionalismo.

Com base nisso, a afirmativa está **INCORRETA**, pois contraria os fundamentos principais da teoria burocrática de Weber.

GABARITO ERRADO

Julgue os itens subsequentes, relacionados à avaliação de desempenho.

89 - O método de avaliação de desempenho 360 graus, apesar de fornecer uma visão abrangente do desempenho dos colaboradores, é menos suscetível a vieses interpretativos, uma vez que envolve o feedback de múltiplas fontes, tais como o de supervisores, de colegas e de subordinados.

Comentário

Embora o método de avaliação 360 graus forneça uma visão mais abrangente do desempenho dos colaboradores, pois envolve feedback de múltiplas fontes (supervisores, colegas, subordinados e, às vezes, clientes), isso não significa que seja menos suscetível a vieses interpretativos. Pelo contrário, o fato de envolver diversas pessoas pode aumentar o risco de vieses, como:

- Vieses de simpatia ou antipatia pessoal: Colegas ou subordinados podem emitir feedbacks influenciados por relações pessoais com o avaliado.
- Vieses de reciprocidade: Subordinados podem temer represálias ou buscar agradar o avaliador, oferecendo avaliações menos objetivas.

- Falta de objetividade: Nem todos os avaliadores estão bem preparados para fornecer feedback estruturado e construtivo, o que pode levar a avaliações baseadas em impressões subjetivas.

Apesar de suas vantagens em oferecer uma visão múltipla do desempenho, o método 360 graus ainda está sujeito a vieses, que precisam ser gerenciados por meio de treinamento e da aplicação cuidadosa do processo.

GABARITO ERRADO

90 - O método de avaliação de desempenho por resultados é considerado o mais eficaz para medir as competências interpessoais, porque seu foco é direcionado para a realização de metas e objetivos específicos, refletindo com precisão as habilidades de comunicação e trabalho em equipe dos colaboradores.

Comentário

O método de avaliação de desempenho por resultados não é o mais eficaz para medir as competências interpessoais, como habilidades de comunicação e trabalho em equipe. Embora esse método seja útil para avaliar o cumprimento de metas e objetivos específicos, ele se concentra principalmente em resultados mensuráveis, como produtividade e desempenho em tarefas específicas. No entanto, as competências interpessoais envolvem aspectos mais subjetivos, como a capacidade de interagir com outras pessoas, colaborar, resolver conflitos e se comunicar de maneira eficaz, o que não é necessariamente refletido de maneira precisa nos resultados quantitativos de metas alcançadas.

Para avaliar essas competências interpessoais, métodos como avaliação 360 graus, feedback ou autoavaliação são mais adequados, pois envolvem a percepção de colegas, subordinados e superiores em relação ao comportamento e à interação no ambiente de trabalho. Esses métodos capturam melhor o desempenho interpessoal, enquanto o método de avaliação por resultados é mais direcionado para a medição de entregas objetivas e metas.

GABARITO ERRADO

91 - A avaliação ou o monitoramento do desempenho deve considerar apenas os aspectos comportamentais dos indivíduos, devendo-se evitar uma avaliação sobre os resultados das equipes ou da organização como um todo.

Comentário

O enunciado afirma que a avaliação ou o monitoramento do desempenho deve considerar **apenas** os aspectos comportamentais dos indivíduos, excluindo a análise dos resultados das equipes ou da organização como um todo.

Correção do Enunciado:

Na prática, a avaliação e o monitoramento do desempenho **não se limitam aos aspectos comportamentais individuais**. Eles abrangem também os **aspectos coletivos** (relacionados às equipes) e **organizacionais**.

Fundamento Teórico:

De acordo com **Chiavenato (2014)**, a avaliação de desempenho é um processo abrangente, que tem como objetivo **estimar o valor, a excelência e as competências** tanto das **pessoas** quanto das **equipes**. Além disso, considera a **contribuição global** de ambas para os objetivos da organização. Portanto, é um processo voltado para o **indivíduo, a equipe e o desempenho organizacional como um todo**.

Conclusão:

A afirmativa do enunciado está **incorreta**, pois ignora a visão sistêmica e integrada da avaliação de desempenho. O processo deve contemplar tanto os aspectos individuais quanto os coletivos, alinhando-se aos objetivos estratégicos da organização.

Referência:

CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. 4ª ed. São Paulo: Manole, 2014.

GABARITO ERRADO

92 - O objetivo primordial de um processo de avaliação de desempenho no setor público deve ser promover o monitoramento das atividades executadas pelos servidores.

Comentário:

O enunciado afirma que o objetivo primordial de um processo de avaliação de desempenho no setor público deve ser **promover o monitoramento das atividades executadas pelos servidores**.

Correção do Enunciado:

Embora o monitoramento das atividades possa ser um dos componentes da avaliação de desempenho, **não é o objetivo primordial** desse processo. A avaliação de desempenho visa, principalmente, **julgar, estimar e aprimorar o valor, a excelência e as competências dos indivíduos ou equipes**, além de mensurar sua **contribuição para os objetivos organizacionais**.

Ponto-chave:

A avaliação de desempenho é um processo **amplo e dinâmico**, que vai além do simples monitoramento. Ela pode incluir o uso de **instrumentos de avaliação** (como escalas gráficas ou escolha forçada), acompanhados de **feedbacks estruturados**, com o objetivo de:

- Identificar problemas de desempenho (motivação, supervisão, liderança, integração, etc.);
- Propor ações corretivas, como **treinamentos, recompensas e programas de desenvolvimento**;
- Garantir alinhamento entre as atividades executadas e os objetivos estratégicos da organização.

Conclusão:

A afirmativa está **INCORRETA**, pois restringe a avaliação de desempenho a um aspecto limitado, ignorando sua natureza abrangente e estratégica.

GABARITO ERRADO

Julgue os itens a seguir a respeito dos sistemas de informações gerenciais.

93 - Os sistemas ERP (enterprise resource planning) são utilizados para integrar processos de negócio de modo que a informação, anteriormente fragmentada em sistemas distintos, seja

armazenada em um único repositório de dados abrangente, a partir do qual pode ser utilizada por muitas partes diferentes da organização.

Comentário

Os sistemas ERP (Enterprise Resource Planning) são projetados para integrar processos de negócios e centralizar informações em um único repositório de dados. Eles eliminam fragmentações de dados que, anteriormente, ficavam espalhados por sistemas distintos, permitindo que informações sejam compartilhadas em tempo real por diversas áreas da organização. Isso melhora a eficiência, reduz redundâncias e facilita a tomada de decisão, além de promover a integração entre diferentes departamentos, como finanças, recursos humanos, produção e vendas.

GABARITO CERTO

94 - O sistema de informações gerenciais é utilizado para prover regularmente a administração de dados de apoio ao processo decisório.

Comentário

O enunciado afirma que o Sistema de Informações Gerenciais (SIG) é utilizado para "prover regularmente a administração de dados de apoio ao processo decisório". Contudo, essa afirmação está ERRADA, pois um SIG não tem como objetivo apenas prover dados, mas sim transformar esses dados em informações úteis para apoiar o processo decisório.

De acordo com a literatura especializada, como Oliveira (2004), um SIG coleta dados brutos, organiza e processa esses dados, transformando-os em informações com valor agregado. É essa transformação que torna o SIG uma ferramenta essencial para os gestores tomarem decisões informadas.

- Dados são elementos isolados, como números ou registros, sem contexto ou significado por si só.
- Informações, por outro lado, são o resultado do processamento e análise desses dados, contendo relevância e contexto, prontos para subsidiar decisões.

Portanto, ao afirmar que o SIG é utilizado para prover dados, o enunciado desconsidera a principal função do sistema, que é oferecer informações processadas, e não apenas dados brutos. Assim, o item está INCORRETO.

GABARITO ERRADO

95 - Os sistemas CRM (customer relationship management) auxiliam fornecedores, empresas de compras, distribuidores e empresas de logística a compartilhar informações sobre pedidos, produção, níveis de estoque e entrega de produtos e serviços, com o objetivo principal de buscar insumos, produzir e entregar mercadorias e serviços com eficiência.

Comentário

Os sistemas de gerenciamento de relacionamento com o cliente (CRM) são projetados principalmente para otimizar a interação e o relacionamento com os clientes, e não diretamente com fornecedores ou a logística de produção. O CRM concentra-se em melhorar a satisfação do cliente, otimizando a receita, e a retenção de clientes ao longo do tempo, utilizando dados e interações para fornecer suporte personalizado e marketing direcionado. A explicação apresentada mistura conceitos que são mais tipicamente associados ao SCM.

GABARITO ERRADO

Julgue os itens a seguir a respeito da Lei nº 8.112/1990.

96 - De acordo com a Lei n.º 8.112/1990, a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal por inexistência de provas.

Comentário

Nos termos da legislação, o item está **ERRADO**, porque a responsabilidade administrativa do servidor **somente será afastada** no caso de absolvição criminal que **negue a existência do fato ou sua autoria**.

Isso significa que, para a esfera administrativa ser afetada pela decisão da esfera criminal, deve haver a comprovação no processo criminal de que:

1. **O fato não existiu**, ou
2. **O servidor não foi o autor do fato**.

Caso a absolvição criminal ocorra por falta de provas, isso não exclui a possibilidade de condenação administrativa. A esfera administrativa opera sob regras probatórias e padrões de decisão distintos, onde se aplica o princípio da "verdade material" e não o princípio do "in dubio pro reo" (típico do direito penal).

Fundamento legal:

O disposto está previsto no **art. 126 da Lei nº 8.112/90**:

Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Portanto, se a absolvição criminal for baseada na **inexistência de provas**, isso **não vincula a esfera administrativa**, e o servidor ainda poderá ser responsabilizado administrativamente.

GABARITO ERRADO

97 - De acordo com o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, as ordens superiores, mesmo quando manifestamente ilegais, devem ser cumpridas.

Comentário

Quando manifestamente ilegal, o servidor público não tem a obrigação de cumprir a ordem:

O disposto está previsto no **art. 116 da Lei nº 8.112/90**:

Art. 116. São deveres do servidor:

[...]

IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

GABARITO ERRADO

98 - Durante o período de fruição da licença para atividade política ou para desempenho de mandato classista, o servidor público pode exercer outras atividades remuneradas.

Comentário

De acordo com a legislação, **é vedado ao servidor exercer atividade remunerada apenas durante a licença por motivo de doença em pessoa da família**. Essa vedação está expressamente prevista no § 3º do art. 81 da referida lei, que regulamenta as diversas situações em que é possível conceder licenças aos servidores.

Fundamento legal:

O disposto está previsto no **art. 81 da Lei nº 8.112/90**:

Art. 81. Conceder-se-á ao servidor licença:

- I - por motivo de doença em pessoa da família;
- II - por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro;
- III - para o serviço militar;
- IV - para atividade política;
- V - para capacitação;
- VI - para tratar de interesses particulares;
- VII - para desempenho de mandato classista.

§ 3º É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença prevista no inciso I deste artigo.

GABARITO CERTO

99 - Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença de cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteados, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, independentemente de comprovação por perícia médica oficial.

Comentário

Se não houver **comprovação da doença**, o servidor **não poderá usufruir da licença**. Isso ocorre porque a **perícia médica oficial** é indispensável para atestar a regularidade do pedido, garantindo que o benefício seja concedido apenas nos casos legítimos. A perícia médica é realizada por órgão médico vinculado à Administração Pública, o que assegura maior credibilidade e reduz o risco de fraudes.

Fundamentação legal:

Conforme dispõe a **Lei nº 8.112/1990**:

Art. 83. **Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional**, mediante comprovação por perícia médica oficial.

Conclusão:

Sem a **comprovação pericial**, a licença não pode ser concedida, reforçando o caráter obrigatório da avaliação médica oficial. A questão está, portanto, **INCORRETA**.

GABARITO ERRADO

100 - Aos servidores que exerçam cargos de atribuições iguais do mesmo Poder é assegurada a isonomia de vencimentos, independentemente da natureza e do local de trabalho.

Comentário

A assertiva está **INCORRETA**, pois, embora seja assegurada a **isonomia de vencimentos** para cargos de atribuições iguais ou semelhantes no mesmo Poder, existem **ressalvas expressamente previstas na legislação**. São elas: as vantagens de caráter individual e aquelas relacionadas à **natureza ou ao local de trabalho**, que podem justificar diferenças na remuneração.

Fundamentação Legal:

Conforme o disposto na **Lei nº 8.112/1990**:

Art. 40. [...]

§ 4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

GABARITO ERRADO

101 - O servidor público que mudar de domicílio em caráter permanente, para exercício em nova sede, no interesse do serviço, fará jus a ajuda de custo para compensar despesas de instalação.

Comentário

A assertiva está **CORRETA**, pois está em conformidade com o disposto na **Lei nº 8.112/1990**, que assegura ao servidor público o direito à ajuda de custo para compensar despesas de instalação em caso de mudança de domicílio em caráter permanente, desde que seja no **interesse do serviço**.

Conforme prevê a legislação:

Art.53. A ajuda de custo destina-se a **compensar as despesas de instalação** do servidor que, **no interesse do serviço**, passar a ter exercício em nova sede, com **mudança de domicílio em caráter permanente**, sendo **vedado o duplo pagamento de indenização** caso o cônjuge ou companheiro, também servidor, venha a exercer função na mesma sede.

GABARITO CERTO

102 - Ao servidor é facultado abater de suas férias as faltas injustificadas, de modo a preservar a remuneração referente aos dias em que deixar de comparecer ao serviço.

Comentário

O item está INCORRETO, pois o § 2º do art. 77 da Lei 8.112/90 veda levar à conta de férias qualquer falta ao serviço:

Art. 77. O servidor fará jus a trinta dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica. (Redação dada pela Lei nº 9.525, de 10.12.97)(Vide Lei nº 9.525, de 1997)

§ 1º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§ 2º É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.

GABARITO ERRADO

103 - Um servidor público submetido ao regime jurídico dado pela Lei n.º 8.112/1990 não pode receber adicional por serviço extraordinário, sendo obrigatória a sua liberação no mesmo montante de horas que tenha extrapolado sua jornada habitual.

Comentário

A assertiva está **INCORRETA**, pois a legislação estabelece que o servidor será remunerado pelo serviço extraordinário com um **acréscimo de 50%** sobre a hora normal de trabalho. Tal previsão está claramente disposta no **art. 73, caput**, da referida lei.

Fundamentação Legal:

Art.73. O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho.

GABARITO ERRADO

104 - As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Comentário

O item está correto, pois transcreve literalmente o art. 125 da Lei 8.112/90:

Art. 125. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

GABARITO CERTO

105 - Nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.

Comentário

O item está correto, pois transcreve literalmente o art. 126-A previsto na **Lei nº 8.112/90**:

Art. 126-A. Nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública. [\(Incluído pela Lei nº 12.527, de 2011\)](#)

GABARITO CERTO

GESTÃO DE CONTRATOS

Com base na Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

106 - Na contratação de projetos e serviços de desenvolvimento de softwares, os autores devem ceder à administração pública todos os direitos patrimoniais a eles relativos; assim, os softwares poderão ser livremente alterados e utilizados em outras ocasiões, sem necessidade de novas autorizações por parte dos autores.

Comentário

A **assertiva está CORRETA**, pois o **art. 93**, caput, da referida lei, estabelece que, nas contratações de projetos ou serviços técnicos especializados, o autor deve **ceder todos os direitos patrimoniais** relativos à Administração Pública. Essa cessão permite que a Administração utilize e altere os projetos ou serviços livremente em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do autor. No entanto, é necessário que o autor seja **comunicado** do fato, e os registros correspondentes devem ser feitos nos órgãos ou entidades competentes.

Fundamentação Legal:

Art.93. Nas contratações de projetos ou de serviços técnicos especializados, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) — e a respectiva documentação técnica associada —, o autor deverá ceder todos os direitos patrimoniais a eles relativos para a Administração Pública, hipótese em que poderão ser livremente utilizados e alterados por ela em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização de seu autor.

GABARITO CERTO

107 - Independentemente do prazo ou da duração contratual, é obrigatória a previsão em edital de índice de reajustamento de preço com data-base vinculada à data do orçamento estimado ou da assinatura do contrato, conforme seja mais vantajoso para a administração.

Comentário

A **data-base** para reajuste de preços em contratos administrativos não pode ser definida conforme a conveniência da Administração Pública, mas deve estar vinculada à **data do orçamento estimado** do contrato.

O que a legislação permite variar é o **índice de reajustamento**, não o prazo ou a data-base.

Fundamentação Legal:

Art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações):
"Independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e

com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos."

Conclusão:

Assim, fica claro que a data-base é fixada na data do orçamento estimado, e o edital pode prever diferentes índices de reajuste conforme as necessidades do contrato e as condições de mercado.

GABARITO ERRADO

108 - Entre as situações que justificam a extinção de um contrato, que deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, está o não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos.

Comentário

O item está certo, conforme inciso I do art. 137:

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

GABARITO CERTO

109 - A extinção do contrato administrativo pode ser determinada unilateralmente pela administração pública, ainda que o descumprimento contratual tenha decorrido de conduta da própria administração.

Comentário

O item está errado. A Administração pode extinguir unilateralmente o contrato, salvo se o descumprimento contratual tenha decorrido de conduta da própria administração. Vejamos:

Art. 138. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

GABARITO ERRADO

110 - Comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado, a administração responderá subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se o contrato for de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

Comentário

O item está correto, nos termos do §2º do art. 121 da Lei 14.133/2021, vejamos:

Art. 121. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

§ 1º A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º deste artigo.

§ 2º Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.

[...]

GABARITO CERTO

111 - O contratado é responsável pelos danos causados a terceiros, salvo se a administração pública realizar o acompanhamento da execução do contrato.

Comentário

A questão aborda a Lei nº 14.133/2021, que rege as licitações e contratos administrativos. A assertiva está INCORRETA, pois a legislação estabelece que o contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros durante a execução do contrato, independentemente do acompanhamento ou fiscalização realizados pelo contratante. Esses mecanismos de controle não eximem nem reduzem a responsabilidade do contratado.

Art. 120 da Lei nº 14.133/2021: "O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante."

Dessa forma, a norma deixa claro que a responsabilidade do contratado é plena e não sofre mitigação ou exclusão por eventuais ações de fiscalização realizadas pela Administração Pública.

GABARITO ERRADO

112 - É vedado aos órgãos de controle interno prestar auxílio ao fiscal do contrato, sob pena de comprometer a segregação das funções de execução, fiscalização e controle da contratação.

Comentário

O item está errado, pois os órgãos de controle interno da Administração deverão auxiliar o fiscal do contrato, dirimindo dúvidas e subsidiando-o com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual:

Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

[...]

§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

GABARITO ERRADO

113 - Um contrato com dispensa de licitação poderá ter prazo de vigência de 10 anos, nas hipóteses previstas na referida lei.

Comentário

O item está correto, pois, de fato, a duração dos contratos, decorrentes de alguns casos de dispensa de licitação, poderá ser de até 10 anos, conforme podemos extrair da leitura conjunta do art. 108, caput, c/c art. 75, inciso IV, alínea "f", da Nova Lei:

Art. 108. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 10 (dez) anos nas hipóteses previstas nas alíneas "f" e "g" do inciso IV e nos incisos V, VI, XII e XVI do caput do art. 75 desta Lei.

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

IV - para contratação que tenha por objeto:

[...]

f) bens ou serviços produzidos ou prestados no País que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional;

GABARITO CERTO

114 - A vigência máxima do contrato para operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação é de 15 anos ao passo que é de 5 anos a vigência máxima do aluguel de equipamentos bem como a da utilização de programas de informática.

Comentário

O item está de acordo com os artigos 106 e 114:

"Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos (...)

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática.

Art. 114. O contrato que prever a operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação poderá ter vigência máxima de 15 (quinze) anos."

GABARITO CERTO

115 - Considere-se que, durante a execução de um contrato de aquisição de equipamentos, tenha sido detectada a necessidade de aumentar o quantitativo. Nesse caso, a administração poderá alterar o contrato unilateralmente.

Comentário

O item está certo, pois, de fato, A Administração pode realizar, unilateralmente, alterações tanto qualitativas quanto quantitativas, conforme veremos abaixo.

Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

[...]

GABARITO CERTO

Julgue os itens a seguir a respeito da Instrução Normativa nº 5/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

116 - Empregados de instituições sem fins lucrativos poderão ser contratados pela administração pública, mediante terceirização, para exercício de atividades de cargos públicos extintos ou em extinção, porém tais instituições não poderão participar em processos licitatórios destinados à contratação de empresário, de sociedade empresária ou de consórcio de empresa.

Comentário

De fato, a regra constante no art. 7º, §1º, permite a contratação de terceirizados para o exercício de atividades relativas a cargos extintos ou em extinção.

"Art. 7º.

§ 1º A Administração poderá contratar, mediante terceirização, as atividades dos cargos extintos ou em extinção, tais como os elencados na Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998."

Além disso, no parágrafo único do art. 12, encontramos a regra segundo a qual essas instituições sem fins lucrativos, por terem benefícios fiscais e previdenciários, não podem participar de licitações.

"Art. 12.

Parágrafo único. Considerando-se que as instituições sem fins lucrativos gozam de benefícios fiscais e previdenciários específicos, condição que reduz seus custos operacionais em relação às pessoas jurídicas ou físicas, legal e regularmente tributadas, não será permitida, em observância ao princípio da isonomia, a participação de instituições sem fins lucrativos em processos licitatórios destinados à contratação de empresário, de sociedade empresária ou de consórcio de empresa."

GABARITO CERTO

117 - Em uma licitação cujo objeto seja caracterizado exclusivamente como fornecimento de mão de obra, é vedado à administração e aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da contratada.

Comentário

O enunciado afirma que, em uma licitação cujo objeto seja exclusivamente o fornecimento de mão de obra, é vedado à administração e aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da contratada.

Essa afirmação está **INCORRETA**, pois a própria norma citada (IN 05/2017) veda que o objeto da licitação seja exclusivamente caracterizado como fornecimento de mão de obra. Ou seja, esse tipo de contratação é proibido e não deveria sequer existir, independentemente de eventuais atos de ingerência por parte da Administração Pública.

Base Legal:

Art. 3º da IN 05/2017:

"O objeto da licitação será definido como prestação de serviços, sendo vedada a caracterização exclusiva do objeto como fornecimento de mão de obra."

Dessa forma, a caracterização de uma licitação como exclusivamente fornecimento de mão de obra é incompatível com o regramento da administração pública federal, o que torna inválida qualquer análise sobre ingerência nesse contexto.

GABARITO ERRADO

118 - O mapa de riscos deve ser atualizado e juntado aos autos do processo de contratação sempre antes da fase de seleção do fornecedor.

Comentário

O enunciado trata do Mapa de Riscos, questionando se ele pode ser atualizado e juntado aos autos do processo após a fase de seleção do fornecedor.

De acordo com a norma, o Mapa de Riscos pode, sim, ser atualizado e anexado aos autos após a fase de seleção do fornecedor, entre outras ocasiões. Isso está claramente disposto no Art. 26, § 1º, que determina as etapas mínimas em que o Mapa de Riscos deve ser atualizado e registrado:

Art. 26, § 1º: O Mapa de Riscos deve ser atualizado e juntado aos autos do processo de contratação, pelo menos:

I: ao final da elaboração dos Estudos Preliminares;

II: ao final da elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico;

III: após a fase de Seleção do Fornecedor; e

IV: após eventos relevantes, durante a gestão do contrato pelos servidores responsáveis pela fiscalização.

GABARITO ERRADO

119 - A fase de seleção do fornecedor inicia-se com o encaminhamento do termo de referência ou projeto básico ao setor de licitações e encerra-se com a publicação do resultado de julgamento após adjudicação e homologação.

Comentário

O item está certo nos termos do art. 33:

Art. 33. A fase de Seleção do Fornecedor inicia-se com o encaminhamento do Termo de Referência ou Projeto Básico ao setor de licitações e encerra-se com a publicação do resultado de julgamento após adjudicação e homologação.

GABARITO CERTO

120 - Durante a gestão do contrato, caso não produza os resultados ou deixe de executar as atividades contratadas, a empresa contratada poderá sofrer tanto a aplicação de glosa quanto a retenção de pagamentos.

Comentário

O item está CORRETO.

Glosa é a redução ou a suspensão de pagamento por serviços não executados ou mal executados. Essa penalidade é aplicada quando os serviços prestados não atendem aos padrões de qualidade exigidos ou quando há falhas na execução das atividades.

Retenção de pagamentos é a suspensão temporária de pagamentos devidos à contratada até que ela corrija as falhas ou deficiências identificadas na execução do contrato.

GABARITO CERTO

GABARITO

1C	2E	3E	4E	5C	6E	7E	8C	9C	10C	11C	12E
13E	14C	15E	16E	17E	18E	19E	20C	21E	22E	23C	24C
25C	26E	27E	28C	29C	30C	31C	32E	33C	34E	35C	36E
37E	38E	39C	40C	41C	42E	43C	44C	45C	46E	47E	48C
49E	50C	51E	52C	53C	54E	55C	56E	57C	58C	59C	60E
61E	62E	63C	64C	65C	66E	67C	68E	69E	70E	71C	72C
73E	74C	75C	76C	77E	78E	79E	80C	81E	82E	83C	84E
85C	86C	87E	88E	89E	90E	91E	92E	93C	94E	95E	96E
97E	98C	99E	100E	101C	102E	103E	104C	105C	106C	107E	108C
109E	110C	111E	112E	113C	114C	115C	116C	117E	118E	119C	120C